



DOSSIÊ

ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS
CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
BRASILEIRAS EM 2021

BRUNA G. BENEVIDES

ANTRA - 2022

DOSSIÊ

ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS
CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
BRASILEIRAS EM 2021

BRUNA G. BENEVIDES



BRASIL – 2022

Coordenação, Pesquisa & Análise

Bruna Benevides

Fontes Complementares de Informações

Observatório Trans

Yara Canta – ATRAC/CE

Gilney Matos – ANLGBT/CE

Leonardo Bittencourt – ABGLT

Acontece Arte e Política LGBTI+

Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão

Bianca Lopes - Comitê de Combate a LGBTfobia de Goiás

Mario Leony – Rede Nacional de Operadores de Segurança LGBTQIA+ (RENOSP-LGBTQIA+)

Conselho de Ética – ANTRA

Pitty Serrano Barbosa

Cleonice Araújo

Alexandre Peixe

Rachel Shineyder

Apoio

Frente Nacional TransPolítica

Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PR3/ UERJ)

Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTI + da UFMG

Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos

Rede Nacional de Operadores de Segurança LGBTQIA+ (RENOSP-LGBTQIA+)

Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina – UNIFESP

Consultor técnico - Metodologia

Pedro Cortés Ruiz – Colômbia

Manual de como produzir informes de direitos humanos

Revisão Textual

Sara Wagner York (GESDI/FFP – UERJ)

Diagramação e design

Raykka Rica

Apoio à publicação

Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA

Embaixada da Noruega

Distrito Drag

Editora Expressão Popular

“A rua é mundo cão. É faca, navalha.
É a cara da morte a todo momento.
Vacilou, um passo em falso, um erro, no ponto.
Uma falha um retalho, remato sangrento.

Na rua não tem paz pra mim ou pra mana.
A polícia, o cliente, o tráfico, o ocó.
Eu vivo numa selva urbana, insana

É a cidade inteira que quer me matar!

Você não duraria nem ao menos 10 minutos,
se estivesse em minha pele pelas ruas da cidade.
Você não duraria...”

Trecho do Musical Brenda Lee e o Palácio das Princesas¹

¹ Musical conta a história de Brenda Lee. Disponível em: <https://canseideserpop.com/teatro/musical-conta-a-historia-de-brenda-lee-e-o-palacio-das-princesas/>

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL
(ANTRA)**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D729

Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

144f.

ISBN: 978-65-992959-7-3

1. Direitos e liberdades fundamentais. 2. LGBTI+. 3. Estatística. 4. Transfobia. 5. Travestis. 6. Pesquisa Social I. Bruna G. Benevides. II. Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil, ANTRA.

CDU 342.722(81)

CDD 342.81023

Bibliotecário: Marcos Felipe Gonçalves Maia

CRB-2 / 1.445

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do/a autor/a (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Distribuição Gratuita – Venda Proibida

SUMÁRIO

Introdução

Transfobia, a epidemia que não entra de quarentena 8

1. A PESQUISA 16

A) Objetivos 18

B) Metodologia 21

PARTE I – ASSASSINATOS 2021 28

2. Assassinatos 2021 30

2.1 Assassinatos por Estado 34

2.2 Assassinatos por Região 37

2.3 Assassinatos no Exterior 37

2.4 Perfil das vítimas 39

A) Idade 39

B) Classe e contexto social 45

C) Raça 49

D) Gênero 51

E) Elementos Comuns 54

3. Assassinatos de Defensores/as de direitos humanos Trans 57

4. A identidade de gênero das vítimas na mídia 59

5. Tipos de assassinatos 62

A) Ferramentas Empregadas e métodos utilizados 62

B) Local dos Assassinatos 65

6. Perfil dos suspeitos 66

7. Tentativas de assassinatos 68

8. Dados internacionais - 2021	70
A) O Pior país para ser LGBTQIA+ do mundo	70
B) 2021: Brasil novamente na liderança dos assassinatos contra pessoas trans do mundo	71
C) Brasil x EUA.....	73
D) Denúncias Internacionais	73

PARTE II – VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E OUTRAS VIOLÊNCIAS

75

9. Violações de Direitos Humanos	75
A) Negativas de aplicação da Lei Maria da Penha para a proteção de mulheres trans	77
B) Uso dos banheiros e a dignidade trans	80
C) Tortura e violência pública por agentes do estado.....	83
D) A violência política de gênero cissexista	87
E) Duplo assassinato: o apagamento da identidade de gênero das vítimas no processo <i>post mortem</i>	91
F) Um olhar sobre a COVID	97
10. Suicídio e a saúde mental da população trans	98
11. Recomendações	102
12. Artigos:	
I. Operações policiais contra travestis na ditadura e na democracia Bruna Benevides, Sara Wagner York e Renan Quinalha.....	106
II. Jornalismo transfóbico: Uma análise da imprensa na cobertura sobre pessoas trans Caê Vasconcelos e Vitória Régia da Silva	115
III. Juventudes trans na encruzilhada do presente - Carta à Teresa Céu Cavalcanti.....	123
IV. A epidemia crescente de transfobia nos feminismos Bruna Benevides.....	130

Introdução

Transfobia, a epidemia que não entra de quarentena

É importantíssimo iniciar esta apresentação resgatando dados de 2020 que evidenciam que enquanto o número de assassinatos de pessoas trans² aumentou em todo mundo, inclusive de forma desproporcional no Brasil, como demonstrado em nossa pesquisa publicada³, foi noticiado uma diminuição nos números de assassinatos de Lésbicas, gays e bissexuais (LGB) cisgêneros mapeados pelo *Grupo Gay da Bahia* em parceria com o Acontece Arte e Política LGBTI+ e a própria *Letra Ese* do México⁴ – responsável pelo levantamento anual sobre violência contra pessoas LGBTQIA+ naquele país.

Temos assistido a um levante contra as discussões sobre linguagem inclusiva de gênero para pessoas Não-Binárias, projetos de Lei antitrans e o discurso que incluiu o ódio religioso contra direitos LGBTQIA+ tem ganhado mais espaço, trazendo impactos significativos no dia a dia, também fora das redes sociais, colocando os corpos de pessoas trans em risco aumentado de serem violadas e violentadas fisicamente. Dentre a comunidade LGBTQIA+, o grupo mais violado e que sofre as maiores violações de direitos humanos são as travestis e mulheres trans.

Já nos primeiros dias do ano a sociedade foi surpreendida com um caso de assassinato violento, contendo requintes de crueldade e uso excessivo de força contra a uma jovem trans de 13 anos de idade. Observamos com perplexidade diversos casos de pessoas trans vítimas de abordagens vexatórias, humilhantes e que incluíram tortura por parte de agentes de segurança pública. Assim como casos em que travestis e mulheres trans tiveram seus corpos incendiados ainda vivas, denunciando o quanto o ritual macabro em torno do fogo, em moldes medievais que lembram a queima às bruxas, reaparece com maior recorrência, na violência contra pessoas trans.

2. Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans, Transmasculines e demais pessoas Trans, são as identidades políticas que serão utilizadas durante a construção desse dossiê.

3. Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas trans brasileiras em 2020 (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021). Disponível em: www.antrabrazil.org/assassinatos

4. La otra pandemia – Muertes violentas en México, 2020. Disponível em: <https://letraese.org.mx/crimes-de-odio/>

E um caso absurdo de negligência médica contra uma mulher trans/travesti negra que seria submetida a uma cirurgia para implante de próteses mamárias de silicone, onde após um incêndio na clínica, a mesma fora deixada para morrer. Os responsáveis pela clínica foram indiciados por homicídio culposo – quando não há intenção de causar morte - e foi levantado o debate sobre acesso e cuidados em saúde pública, assim como as modificações corporais para pessoas trans e a precariedade com que esse serviço vem sendo apresentado pelo desinteresse de gestores em investir e implementar as políticas de saúde integral da população LGBTQIA+ no Sistema Único de Saúde (SUS).

Direitos sexuais e reprodutivos estão sob constante ameaça. Vimos a situação da pobreza menstrual - que não é pauta exclusiva de mulheres cisgenêras, mas que segue excluindo homens trans, pessoas Intersexo e Não-Binárias com útero. Completamente invisibilizados para políticas públicas e/ou discussões sobre direitos trans, homens trans e pessoas transmasculinas gestantes têm sido submetidos a violência transfóbica quando em busca de cuidados e atendimentos de saúde sexual e reprodutiva, como a pobreza menstrual e violência obstétrica.

A violência política de gênero seguiu atingindo de forma desproporcional as parlamentares trans/travestis, assim como as respostas têm sido insuficientes no sentido de enfrentar a violência destinada a elas. Especialmente porque incluem diversas formas de ameaças e ataques motivadas por suas identidades de gênero, raça e pautas que defendem.

A violência transfóbica, o discurso de ódio e uma ideologia antitrans tem crescido e ganhado muita força nas redes sociais desde 2014, e fez-se mais presente em 2020 e em 2021, diante da crise política, econômica e humanitária em que nos encontramos. Aliado a cena caótica, houve à disseminação de *fakenews* e o recorrente uso do *trans panic*⁵ como forma de ter alcance (e muitas vezes, relevância sobre a pejorativização dos grupos) na internet, angariando adeptos e aproximando grupos antagônicos para a unificação e fortalecimento de uma disputa *cissexista*.

O sentido inferiorizante das identidades de trans, assim como o desejo de manter essa população invisibilizada e em um lugar subalterno gera engajamento e tem promovido adoecimento, contribuindo para a vulnerabilização e criminalização de pessoas trans e Não-

5. Disseminar *trans panic* é uma estratégia adotada por grupos antitrans, RADFEM/TERF, fundamentalistas religiosos e outros, especialmente nas redes sociais, através de meias verdades ou a manipulação de dados pouco confiáveis ou difíceis de verificar/comprovar, para criar medo e disseminar mitos, estigmas e tabus contra pessoas trans a fim de desumanizar, ridicularizar, negar acesso a espaços e a direitos, assim como criminalizar pessoas trans através do medo de uma convivência social com pessoas trans <Lee, Cynthia. "The Trans Panic Defense Revisited." *Am. Crim. L. Rev.* 57 (2020): 1411.>.

Binárias, com diversos casos sendo denunciados em perfis no Twitter, Instagram, TikTok, Facebook e grupos de WhatsApp/Telegram.

Dentre eles, diversos ataques organizados pela aliança entre grupos historicamente LGBTIfóbicos, políticos de extrema direita, milícias paramilitares e grupos neo-nazistas que ganharam força desde a eleição do atual governo, líderes religiosos fundamentalistas, diversos grupos que compõem as redes *bolsonaristas*, grupos de Lésbicas, Gays e Bissexuais cisgêneros antitrans e do feminismo radical trans excludente (RADFEM/TERF)⁶ tem se mobilizado em torno de construir, fortalecer e disseminar narrativas antitrans que incitam o ódio, o medo e a desumanização de travestis e demais pessoas trans.

Seja por ação ou por omissão, muitos estados têm se furtado de reconhecer a existência de uma violência específica, que inclui a orientação sexual e/ou a identidade de gênero das pessoas como fator determinante dessa violência e das violações de direitos humanos, sociais e políticos, e pautar política de enfrentamento das mesmas, que garantam dignidade, respeito, proteção e a garantia dos direitos as pessoas trans e Não-Binárias.

Acompanhamos uma onda de casos de suicídios de pessoas LGTQIA+ em unidades prisionais, somente em Belo Horizonte foram **cinco tentativas e cinco suicídios** no primeiro semestre desse ano⁷, onde mais uma vez o estado falhou em garantir a vida e oferecer saúde a essas pessoas que já apresentavam sinais de necessidade de atenção específica, e alguns desses casos se confirmaram como sendo assassinatos⁸ ainda que informados pela administração penitenciária como se fossem suicídios. Seguimos vendo graves violações de direitos humanos dentro do sistema prisional, falta de proteção e protocolos específicos para o enfrentamento dos impactos da COVID-19 e/ou protocolos de vacinação da população carcerária.

Desrespeito aos pronomes, aos nomes sociais e às identidades de gênero das pessoas trans continuam naturalizados e com constantes denúncias devido à ausência de políticas e campanhas de conscientização sobre os direitos das pessoas trans.

6. A epidemia crescente de transfobia nos feminismos (BENEVIDES, 2021). Disponível em: <https://brunabenevidex.medium.com/a-epidemia-crescente-de-transfobia-nos-feminismos-bbb0a40ea8d0>

7. Deputadas denunciam série de suicídios de pessoas LGBTI+ em presídios da grande BH. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/09/08/interna_gerais,1303741/deputadas-denunciam-serie-de-suicidios-de-lgbts-em-presidio-na-grande-bh.shtml

8. Mulher trans assassinada em unidade prisional. Caso havia sido anteriormente informando como se fosse um suicídio. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/seguranca/familia-de-mulher-morta-em-presidio-move-acao-contra-o-governo-do-estado>

Travestis e mulheres trans continuam sendo expulsas de banheiros públicos de uso coletivo, no mesmo instante em que a autora infanto-juvenil, JK Rowling usa de sua notoriedade junto aos seus leitores à ação de política trans-excludente (RADFEM/TERF). Os grupos antitrans tentam emplacar uma narrativa de que pessoas transfemininas supostamente oferecem riscos aos direitos das mulheres cisgenêras, incluindo argumentos falaciosos sobre a possibilidade de aumento de casos de estupro contra mulheres cisgenêras devido ao direito a afirmação de gênero de pessoas trans⁹ – mesmo sem nenhum dado que justifique essa afirmação. O discurso de ódio leva a crimes de ódio. Por isso é importante observar porque a discussão sobre a transfobia da autora JK Rowling e os absurdos que sua voz propaga vire mais um debate sobre se é ético ou não consumir Harry Potter, do que sobre discurso de ódio e a transfobia, propriamente dita.

Diversas violações de direitos humanos e dos tratados internacionais cometidas pelo governo brasileiro vem sendo observadas e denunciadas por instituições de direitos humanos no tocante ao cotidiano das pessoas trans, sob a perspectiva de políticas anti-gênero. Políticas estas que vêm sendo implementadas em uma agenda crescente ao redor do mundo, onde o Brasil se destaca por ser um dos países que assume publicamente posição ao lado de países como a Polônia, Hungria, Rússia e o Reino Unido¹⁰, este último que passou a ser incluído com um país com grande disseminação de ódio transfóbico nas redes sociais.

A violência contra mulheres cisgêneras, incluindo a doméstica, estupros e o feminicídio aumentaram de forma assustadora em 2021¹¹, ações e projetos de enfrentamento da violência de gênero vem sendo enfraquecidas e sofre queda nos investimentos para o efetivo enfrentamento das violências de gênero. Dados sobre feminicídio e violência doméstica, campanhas do disque 180 ou pelo número internacional da mulher, MeToo e outros que lutam contra as violências de gênero, em geral não tem incluído informações sobre mulheres lésbicas cisgenêras, travestis e mulheres trans. Deixando uma lacuna sobre, e como, a violência de gênero alcança a população trans. Exatamente quando o G1 noticia que 1 a cada 4 mulheres cis são vítimas de alguma forma de violência, de acordo com nossos levantamentos, esse índice aumenta para 3 a cada 4, quando falamos de travestis e

9. A autodeclaração de gênero de mulheres trans expõe mulheres cis a predadores sexuais? Disponível em: <https://brunabenevidex.medium.com/a-autodeclara%C3%A7%C3%A3o-de-g%C3%AAnero-de-mulheres-trans-exp%C3%B5e-mulheres-cis-a-predadores-sexuais-11b27e1ff85e>

10. Reino Unido posto ao lado da Rússia, Polônia e Hungria no relatório de ódio contra LGBT+ devido a transfobia. Disponível em: <https://sarawagneryork.medium.com/reino-unido-posto-ao-lado-da-r%C3%BAssia-pol%C3%B4nia-e-hungria-no-relat%C3%B3rio-de-%C3%B3dio-contra-lgbt-devido-%C3%A0-3174b2fc654b>

11. Pandemia fez aumentar a violência contra a mulher. Disponível em: <http://metoobrasil.org.br/artigos/pandemia-fez-aumentar-violencia-contra-a-mulher>

mulheres trans. Somente em 2020 vimos o primeiro caso de transfeminicídio ser registrado como vítima de feminicídio¹². Discutir esse tema junto aos órgãos e agentes de segurança pública faz-se urgente, assim como no sistema judiciário a forma com a qual as identidades de gênero feminina de uma travesti/mulher trans, foram determinantes para a escolha da vítima e conseqüentemente o seu assassinato, reconhecendo o transfeminicídio como uma espécie de feminicídio – por analogia.

A influência religiosa junto ao estado se agrava em momentos de crise e faz crescer um forte sentimento conservador com ideais misóginos, machistas e LGBTIfóbicos, promovendo ataques a democracia, ameaças ao estado laico, enfraquecimento de políticas sociais e de apoio ao trabalhador. Contribuindo de forma direta para o cenário distópico que temos vivenciado e colocando mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+ em risco aumentado de violências, como evidenciado por todas as organizações de direitos humanos com seus dados produzidos sobre intensa violência contra os defensores de direitos humanos e de proteção a grupos minorizados.

O Brasil não tem assumido a proteção de raça (etnia e grupo) em suas ações governamentais, campanhas e políticas públicas, mesmo comprometendo-se nas assembleias da ONU e junto a outros órgãos internacionais. O mesmo tem ocorrido em relação a violência de gênero e àquela motivada pela discriminação por orientação sexual e/ou pela identidade de gênero das pessoas LGBTQIA+. Temos nos constituído cada vez mais como uma nação racista, feminicida e LGBTIfóbica, com graves violações dos Direitos Humanos dessas populações, a ponto do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), junto à Comissão interamericana de Direitos Humanos (CIDH) criarem mecanismos de cooperação, como planos de trabalho e protocolos orientadores, a fim de monitorar o cumprimento das recomendações feitas pela CIDH para prevenir e reparar as violações de direitos encontradas em fiscalizações realizadas no Brasil¹³.

O projeto de governo autoritário, patriarcal, negacionista, anti-científico, anti-direitos humanos, anti-gênero, anti-LGBTQIA+ coloca um desafio ainda maior quando vemos o aparelhamento das instituições do estado, o fortalecimento de correntes alinhadas com ideologias fascistas que unem a base bolsonarista no executivo e no legislativo, nos estados e municípios, e avança no judiciário com a indicação de mais um ministro “terrivelmente

12. Polícia de SP registra primeira transexuais como vítima de feminicídio. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/31/policia-de-sp-registra-primeira-transexual-como-vitima-de-femicidio-casos-aumentam-54percent-no-1o-quadrimestre.ghtml>

13. CNJ vai monitorar violações de DH em parceria com a CIDH. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CXbk_czsVY7/?utm_medium=copy_link

evangélico”, fundamentalista e subserviente ao presidente. Consolidando-se como um dos piores cenários para a democracia e especialmente para as pessoas LGBTQIA+.

Continuamos com uma ausência extrema de dados governamentais e sem informações sobre a população LGBTQIA+ vinda do estado. Sejam dados populacionais ou específicos sobre acesso a saúde e os impactos da violência, sobre como a COVID-19 atingiu essa população, entre outros. A invisibilização continua junto ao apagão e a subnotificação. Assim como a dificuldade de busca de informações nos estados e municípios, que seguem omissas as respostas diante da situação geral em que pessoas LGBTQIA+ vem sendo (ex)postas. Restando as organizações da sociedade civil a realização de pesquisas a fim de levantar informações para o debate público e a proposição de projetos e ações pró LGBTQIA+.

O “Atlas da Violência 2020” (CERQUEIRA et al., 2020) apontou bastante incisivamente para a urgência da produção, sistematização e publicização de dados e indicadores de violência contra LGBTQI+ no Brasil. Tal urgência persiste em 2021, já que o recenseamento que seria realizado este ano não contaria com perguntas relativas à identidade de gênero e orientação sexual. Paralelamente, não se identificaram iniciativas para melhorar a qualidade e a especificidade dos dados produzidos pelas pastas da Saúde e dos Direitos Humanos, ou de se começar a produzi-los no caso da Segurança Pública. (Atlas da violência, 2021)

É urgente traçar estratégias de fortalecimento das instituições de luta pelos direitos das pessoas LGBTQIA+, a proteção de defensores de direitos humanos, e pela garantia da sobrevivência de nossa comunidade em governos patriarcais, machistas e contrário aos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIA+. Sobretudo quando o país vive o maior êxodo populacional de sua história¹⁴, com índices alarmantes de empobrecimento, desemprego, inflação e instabilidade econômica e política. Pois se torna muito difícil a luta contra a violência e às violações de direitos humanos quando estes vem sendo impactados por fatores sociais.

Algumas ações têm sido pensadas, como a aproximação intersetorial entre instituições que defendem os direitos humanos com diversos grupos e coletivos a fim de fortalecer a luta LGBTQIA+. Dentre elas destacamos a criação da 1ª Frente Nacional TransPolítica¹⁵, que vem discutindo as dificuldades de inserção de pessoas trans na política institucional, a violência política e o desafio dessa permanência nesse espaço. Além disso, a Frente reúne

14. Maior êxodo da historia. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/sob-bolsonaro-brasil-vive-o-maior-exodo-de-sua-historia-com-4-2-milhoes-de-brasileiros-no-exterior>

15. Criada a Frente trans politica. Disponível em: <https://www.generonumero.media/frente-transpolitica/>

parlamentares trans e travestis eleitas no Brasil e os movimentos sociais organizados para garantir o pleno exercício e uma atuação qualificada em defesa dos direitos desta parte da população. Deste modo também pudemos observar mobilizações contra projetos de lei que pretendem institucionalizar a LGBTIfobia, como o PL 504/2020 da ALESP, que pretendia criminalizar propagandas que incluísse a diversidade de pessoas LGBTQIA+, ou como o PL apresentado no Rio de Janeiro - ALERJ, e considerado inconstitucional, pois pretendia proibir mulheres trans no esporte.

Vimos o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubar, assim como fez com o Escola sem Partido e a falaciosa “Ideologia de Gênero”, uma lei aprovada em Rondônia que proibia o uso da linguagem neutra¹⁶. Vimos, ainda sobre o STF, determinar que Sistema Único de Saúde (SUS) adeque seu sistema para as corporalidades de pessoas Trans e reconheça a injúria racial como racismo – aplicado diretamente a injúrias raciais LGBTIfóbicas; o Conselho Nacional de justiça (CNJ) aprovar uma resolução sobre direitos de pessoas Intersexo, e vibramos com a criação da Comissão parlamentar de inquérito (CPI) dos assassinatos na câmara de São Paulo – Presidida pela Vereadora travesti Erika Hilton.

Chegamos ao quinto ano dessa pesquisa, e os ataques e tentativas de desqualificar as informações que temos levantado tem saído do armário. Tentando de diversas formas usar de falácias para afirmar que o Brasil não seria o país que mais assassina pessoas trans do mundo ou que a baixa expectativa de vida das pessoas trans seria, de alguma forma, uma farsa. Desconsiderando que a validação dessa pesquisa acontece sobretudo a partir de pares e estudiosos no assunto, que não apenas a reconhecem como uma importante ferramenta de luta contra a transfobia, mas que também tem oportunizado campo para outras pesquisas, ampliado discussões, denúncias e a proposição de políticas públicas contra as diversas faces da transfobia. Um aspecto que por si demonstra o quanto esse trabalho é relevante e inclui posicionamentos éticos, estéticos e políticos em relação a forma com a qual a pesquisa é realizada.

Desde 2017, trabalhar com a morte de pessoas trans, assim como as violências diversas e constantes violações de direitos humanos tem sido um grande desafio. E na pandemia vimos acirrar casos dos mais diversos, sem que houvesse qualquer indicio de mudança para os próximos anos ou mesmo para esse período específico. E embora as oscilações das métricas sobre violência contra pessoas LGBTQIA+ transitem entre aumentos e diminuições sem uma explicação ou resposta fáceis, podemos perceber que nos últimos cinco anos a situação geral da população trans no país é uma das piores do mundo e vem piorando a cada ano.

16. Ministro do STF derruba lei que proibia linguagem neutra. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/11/ministro-do-stf-derruba-lei-de-rondonia-que-proibia-linguagem-neutra-em-escolas.shtml>

Mesmo com as constantes manipulações de nossos dados, com a inclusão de narrativas falaciosas para manobrar a opinião pública, advindas de agentes do estado, é muito difícil acreditar que haja qualquer sinalização por parte do estado, destinação de verba e investimento ou avanço em políticas pró-trans. A realidade é que pessoas trans não tem proteção e tampouco se sentem seguras em existir e viver em uma sociedade *cissexista*, que desumaniza essas existências, incluindo os requintes de crueldade. E onde o próprio estado, governos e agentes público tem sido parte do problema sob diversas óticas.

A ANTRA tem plena convicção que os dados analisados nessa pesquisa não representam exatamente toda a complexidade que envolve o assassinato e a violência contra pessoas trans. Que os dados encontrados em nossa pesquisa são apenas uma parte desses casos. Não se tratando apenas de uma pesquisa, mas de um projeto de vida e de luta que não deve ser apenas celebrado, mas fortalecido e reconhecido pela nossa comunidade e aliados. Essa é uma luta pelo direito de não ter medo.

Não menos importante, atendendo ao pedido de afastamento feito em caráter formal, a professora Sayonara Nogueira passa, a partir deste ano, a se dedicar a outros projetos, o que foi bem recebido por nós que desenvolvíamos essa parceria desde 2018. Seguimos à continuidade do trabalho e agradecemos todo aprendizado com/junto ao longo da caminhada.

1. A pesquisa

Os dados apresentados nessa pesquisa, além de denunciarem a violência, explicitam a necessidade de políticas públicas focadas na redução de homicídios contra pessoas trans, traçando um perfil sobre quem seriam estas pessoas que estão sendo assassinadas a partir dos marcadores de idade, classe e contexto social, raça, gênero, métodos utilizados, além de outros fatores que colocam essa população como o principal grupo vitimado pelas mortes violentas intencionais no Brasil. As respostas a situação geral em que se encontram as pessoas trans ainda são insatisfatórias por parte da administração pública, dos estados e do governo federal.

Inclusive a disseminação de um entendimento ampliado sobre os impactos da transfobia deve ser incluído às discussões sobre políticas públicas, projetos de lei, direitos, nas investigações e na forma como o estado, e sobretudo as instituições de segurança pública e da justiça lidam com as violência que tem vitimado a população trans. É preciso urgentemente uma mobilização intersetorial para que a criminalização seja colocada em prática, e para que o reconhecimento da identidade de gênero como agravante e qualificador dessas violências passe a constar na forma com que os casos são registrados, investigados e analisados, a fim de que o enfrentamento eficaz da transfobia considere que a violência contra corpos transgenerificados traz diversos elementos que nos denunciam um cenário onde a identidade de gênero e a expressão não normativa dessas pessoas, assim como os requintes de crueldade, a forma e a intensidade com que os crimes são cometidos, foram motivadas pelo ódio transfóbico considerado na escolha da vítima pelos suspeitos.

A transfobia, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 e o Mandado de Injunção 4733 – que criminalizaram a homofobia e a transfobia nos moldes da Lei 7716/89, homotransfobia e/ou LGBTIfobia como vem sendo mencionada por alguns operadores do direito que atuam com o tema da diversidade, ficou categorizada como “qualquer ação e/ou discriminação motivada pela identidade de gênero de um indivíduo”.¹⁷

Isso significa que o comportamento transfóbico, em nosso entendimento, diz respeito a quaisquer atitudes inferiorizantes, degradantes ou humilhantes que pode ou não incluir agressões físicas, verbais, simbólicas, materiais, patrimoniais e/ou psicológicas manifes-

17. Inteiro teor do julgamento do STF sobre a criminalização LGBTIfobia. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15344606459&ext=.pdf>

tadas com o intuito de violar direitos, negar acesso ou dificultar a cidadania, coibir a livre expressão de gênero, assim como a de negar o reconhecimento da autodeclaração de gênero de travestis, transexuais e demais pessoas trans, quando sua identidade de gênero for um fator determinante para essas violências ou violações, seja por ação direta ou por omissão.

Os Estados têm a obrigação de atuar com a devida diligência para prevenir, investigar, punir e reparar a privação de vida e outros atos de violência. Os mecanismos das Nações Unidas exortaram os Estados a cumprir esta obrigação, adotando medidas legislativas e outras para proibir, investigar e processar todos os atos de violência e incitação à violência motivados por preconceito e dirigidos contra LGBT e Intersexo, bem como para fornecer reparação às vítimas e proteção contra represálias. Esses mecanismos instaram as autoridades dos Estados a condenar publicamente esses atos e a registrar estatísticas sobre esses crimes e os resultados das investigações, processos judiciais e medidas de reparação. (...) Os Estados também têm a obrigação de abordar a discriminação contra crianças e jovens que se identificam ou são percebidos como LGBT ou pessoas Intersexo. Esses atos incluem assédio, intimidação em escolas, falta de acesso a informações e serviços de saúde e tratamento médico coercitivo.¹⁸

O que se pode perceber através deste excerto é o fato de como muitas as vezes a mídia, gestores e figuras públicas, a polícia e mesmo o judiciário tratam questões relacionadas as pessoas trans, em um total apagamento sobre questões específicas em relação à problemática que envolve a violência transfóbica e de como ela alcança as pessoas trans. Nesse sentido, é importante observar que o Brasil além de não implementar as orientações citadas, ainda segue como um dos principais perpetradores de violação desses tratados.

E embora pessoas trans também possam ser vítimas de homofobia, lesbofobia e/ou bifobia, é a transfobia que tem sido a maior responsável pela violência e violações de direitos humanos que pessoas trans sem sofrido. Isso se dá em muitas medidas pela forma como o Cissexismo é colocado como ponto central, atuando através da transfobia para negar a existência, a humanidade e portanto, qualquer possibilidade de acesso a cidadania e direito para travestis, transexuais e demais pessoas trans.

A sensação, enquanto corpo trans, é de insegurança em todo espaço. Parte de uma estrutura cis-centrada que sequer está preparada (e disposta) para lidar e acolher nossos

18. Informe de la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. Disponível em: https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/HRC/29/23&referer=/english/&Lang=S

corpos e como resultado, somos obrigadas a assistir e temer a agressão, a violência e a morte, todos os dias de nossas mortes em vida. Muitas vezes motivados pelo discurso de ódio que leva aos crimes violentos como travesticídio, transfeminicídio, e diversas outras formas de violência, e violações de direitos humanos. Em um processo que se assemelha a eugenia a fim de assegurar exclusivamente o lugar da norma as pessoas cisgenêras.

E como já vinha sendo alertado nas edições anteriores, os dados não refletem exatamente a realidade sobre os assassinatos e/ou a violência contra pessoas trans devido as próprias limitações dessa pesquisa na busca dos dados, sobretudo pela inexistência de informações governamentais sobre violência LGBTIfóbica, onde os estados e o governo federal insistem em uma política de manutenção da subnotificação sistêmica para negar a violência específica contra essa população, mas demonstram, a partir das informações alcançadas, que o Brasil vem passando por um processo de recrudescimento em relação à forma com que trata travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas transmasculinas e demais pessoas trans.

A) Objetivos

Um dos principais objetivos dessa pesquisa é o levantamento de informações sobre os assassinatos e as violências contra pessoas trans brasileiras para confrontar a omissão do estado frente à necessidade do tipo de informação, para que sejam pensadas políticas públicas e traçadas estratégias de enfrentamento e erradicação da transfobia. Considerando que essas informações são inexistentes ou limitadas aos atendimentos de saúde no caso do SINAN e dos dados controversos (e falhos) constantes nos relatórios do Disque 100, que em 2021 passou a incluir a “ideologia de gênero” como uma violação de direitos humanos, no mesmo momento em que se omite de trazer informações sobre como a NecroTransPolítica (BENEVIDES, 2021), segue fazendo vítimas diariamente neste país que “naturalizou um processo de marginalização e precarização para a aniquilação das pessoas trans” (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021).

O objetivo do presente dossiê é garantir que as Gisbertas, Dandaras e tantas outras possam ter o direito à vida assegurado e que o país deixe de ser o que mais assassina pessoas trans do mundo. Para tal, lutamos para que as informações que vêm sendo construídas sejam atualizadas e utilizadas para pensarmos em formas de erradicar a transfobia, a travestifobia, o transfeminicídio e outras violências diretas e indiretas contra a população trans não apenas no Brasil, mas possam, com as janelas que se abrem a partir das trocas de informações, alcançar uma oposição

eficaz em todo o ciclo da violência transfóbica, que é estrutural e estruturante de nossa sociedade. (Dossiê ANTRA – 2020).

Proporcionando uma ferramenta importante ao traçar as análises dos casos de forma direta e objetiva, a fim de contribuir para o processo de reconhecimento público da situação de violência e das violências dos direitos humanos contra pessoas trans no país, proporcionar novas pesquisas a partir do que for levantado por esse dossiê, busca respostas institucionais sobre ações que devem ser tomadas, efetivação de denúncias junto aos órgãos de controle do estado, formalização do envio de informações qualificadas para cortes e tribunais internacionais, fóruns de discussões e conferências dos mais diversos campos, com ênfase em uma segurança pública que pense o racismo transfóbico na formação de seus agentes e principalmente para que o estado e os governos deixem de ser as principais instituições com uma grande parcela de responsabilidade sobre a atual situação das pessoas trans no país.

Como já vem sendo denunciado desde a primeira edição dessa pesquisa, em 2017, e apesar de nossos esforços, pedidos através da Lei de acesso a informação e busca por acesso a fontes de dados, e conforme publicado no Atlas da violência 2021 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, “faltam dados sobre população LGBTQIA+¹⁹”. Existe uma lacuna sobre informações governamentais a respeito de assassinatos de pessoas LGBTQIA+, sejam advindas das secretarias de segurança pública como boletins de ocorrência, inquéritos policiais, laudos dos Institutos de Médico-Legais (IMLs) ou outras fontes da administração pública dos estados, ou mesmo na esfera federal, e ainda aqueles que poderiam compor informações sobre processos judiciais.

Conforme noticiado pelo Jornal da Globo, “de cada cem crimes pelo país, mais de 90 nunca foram descobertos. E, assim, somente uma faixa de 5% a 8% dos assassinos são punidos²⁰.” Relembramos que mesmo nos dados publicados por órgãos de segurança pública, não constam informações específicas sobre pessoas trans quando há a divulgação desse tipo de informação, deixando uma lacuna sobre como tem se comportado o sistema de justiça em relação as pessoas trans, quando observamos que são baixíssimos os índices de identificação e prisão dos suspeitos dos crimes e de como são tratados pela polícia e pelos juizados criminais.

19. Atlas da violência 2021: Faltam dados sobre população LGBTQI. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/lgbt/atlas-da-violencia-2021-faltam-dados-sobre-populacao-lgbtqi/>

20. Maioria dos crimes no Brasil não chega a ser solucionado pela polícia. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/04/maioria-dos-crimes-no-brasil-nao-chega-ser-solucionada-pela-policia.html>

Pretendemos, ainda, incentivar a discussão sobre a urgência e necessidade de uma correta e sistemática aplicação dos efeitos da criminalização da LGBTIfobia, assim como pensarmos em políticas públicas, dentro e fora do âmbito de segurança pública, para tentar estancar essa ferida que segue aberta há tanto tempo. **Sem acesso à saúde no seu sentido amplo, à educação, ao emprego e à renda, à segurança, à dignidade e à cidadania, torna-se ineficaz o combate à violência.** (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021).

Diversos fatores se mostram presentes diante desta política de morte, apresentando-se como ferramentas para a manutenção da violência no cenário que vemos anualmente ser apresentado e que precisam ser enfrentados.

Destacamos aqui:

- Ideologia politicamente dominante colonialista, cissexista, racista, autoritária, patriarcal, negacionista, anti-ciência e anti-gênero na estrutura do estado;
- Criminalização e tentativas de proibição das discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade nas escolas e disseminação de uma política institucional antitrans através da narrativa falaciosa de uma suposta “ideologia de gênero”;
- Interferência direta no Estado de uma ideologia religiosa em detrimento do Estado laico;
- Manutenção e contratação de grupos que adotam uma ideologia antitrans nas esferas públicas e institucionais;
- Falta de campanhas de educação/prevenção da violência transfóbica;
- Ausência de projetos, ações e campanhas sobre educação e empregabilidade para a população trans;
- Dificuldade no acesso ou negação de atendimento de pessoas travestis e mulheres transexuais nas Delegacias da Mulher e demais aparelhos de proteção às vítimas de violência de gênero e/ou doméstica;
- Ausência de dados populacionais e estatísticos sobre a população LGBTQIA+;
- Dificuldade no acesso à saúde, especialmente no acesso aos procedimentos previstos no processo transexualizador e cuidados com a saúde mental;
- Ausência de casas-abrigo para LGBTQIA+ que são expulsos de casa, em retorno de migração forçada ou tráfico de pessoas, perseguidos politicamente, em situação de rua ou que, por algum outro motivo, não tenha acesso a moradia/local para viver.

- Omissão frente às violações de direitos humanos e a necessidade de mapeamento, acompanhamento e controle quantitativo sobre a população trans privada de liberdade;
- Ausência de campos ou informações sobre nome social e identidade de gênero das vítimas no registro das ocorrências;
- Dificuldade no entendimento e na correta aplicação da decisão do STF que reconheceu a LGBTIfobia como crime de racismo nos termos da lei nº 7716/89; e
- Não reconhecimento e garantia da proteção através da Lei Maria da Penha ou a tipificação das mortes como feminicídio.

B) Metodologia

Este levantamento é feito de forma quantitativa, visto que não existem dados demográficos a respeito da população trans²¹ brasileira que possibilite um cruzamento a fim de levantarmos a proporção população trans *versus* o número de assassinatos a fim de traçar a proporção de casos/habitantes. E são colhidos a partir de pesquisa dos casos em fontes primárias e secundárias.

Sendo consideradas como fontes primárias, aquelas onde os dados são obtidos a partir de informações governamentais (Disque 100, SINAN, etc), dos órgãos de segurança pública e/ou dos processos judiciais, e casos publicados em diversos veículos jornalísticos e mídias, hegemônicas, alternativas ou locais – que devido à ausência ou dificuldade de acesso ou subnotificação por parte do estado, acabam se tornando as principais fontes dessa pesquisa. Alguns inquéritos estão digitalizados e as informações são altamente difíceis de acessar ou são ausentes, e um número considerável ainda existe exclusivamente de modo físico. O processo de arquivamento digital ainda é demasiadamente embrionário e precário na estrutura pública.

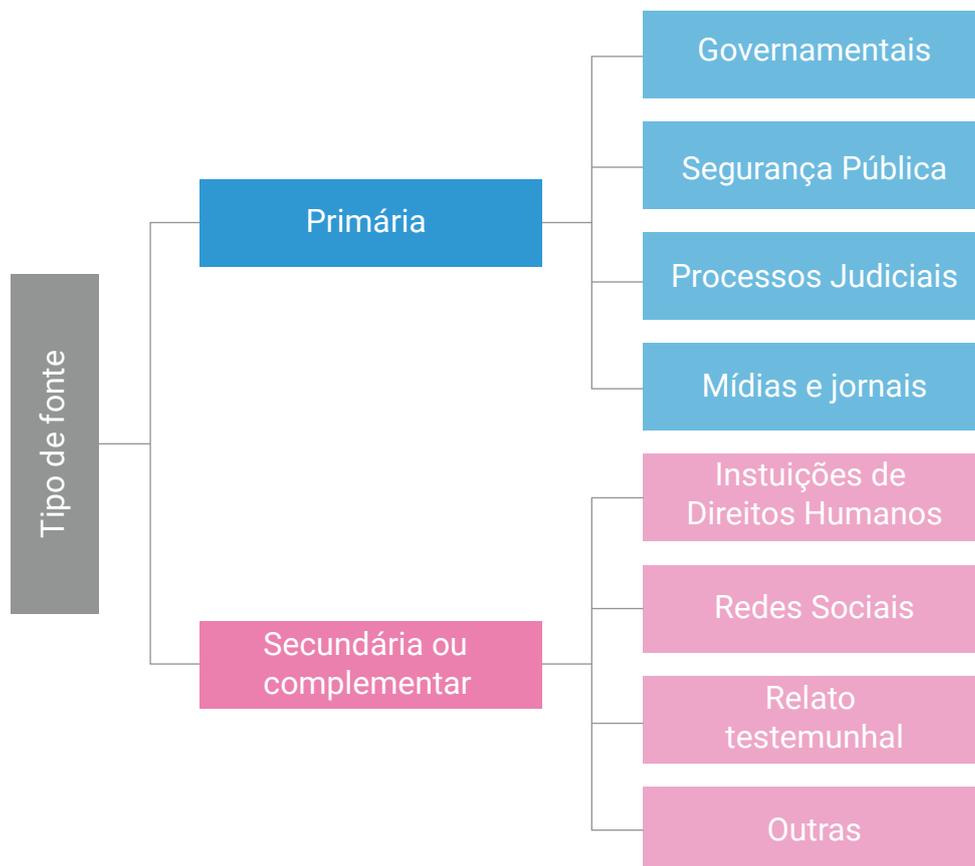
Há, ainda, as fontes secundárias ou complementares, que são aquelas informações em que nenhuma mídia cobre ou publica o assassinato e que nos são trazidas por ativistas e/ou representantes de instituições de direitos humanos, através de *relato testemunhal*²² e, por conta disso, as informações que chegam através de instituições de direitos humanos

21. Pessoas trans é a forma que será usada ao longo desse texto para falar sobre o coletivo das identidades trans que serão mencionadas no decorrer do mesmo.

22. A **prova testemunhal** é obtida por meio da inquirição de testemunhas a respeito de fatos relevantes que, no caso dessa pesquisa, incluem as informações trazidas por ativistas e/ou instituições de direitos humanos. De uma forma geral, o depoimento da testemunha é sobre aquilo que presenciou, podendo, também, narrar fato que ouviu, mas não presenciou. E trata-se de instrumento importantíssimo, que foi regulado pelo novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) em seus artigos 442 a 463.

LGBTQIA+ que publicam informações sobre pessoas assassinadas, da rede de afiliadas da ANTRA e parceiros, além dos mais diversos meios e canais de comunicação (e-mail, Facebook, WhatsApp, etc.), e através de publicações nas redes sociais, dentre outras não classificadas.

Figura: Tipos de fontes



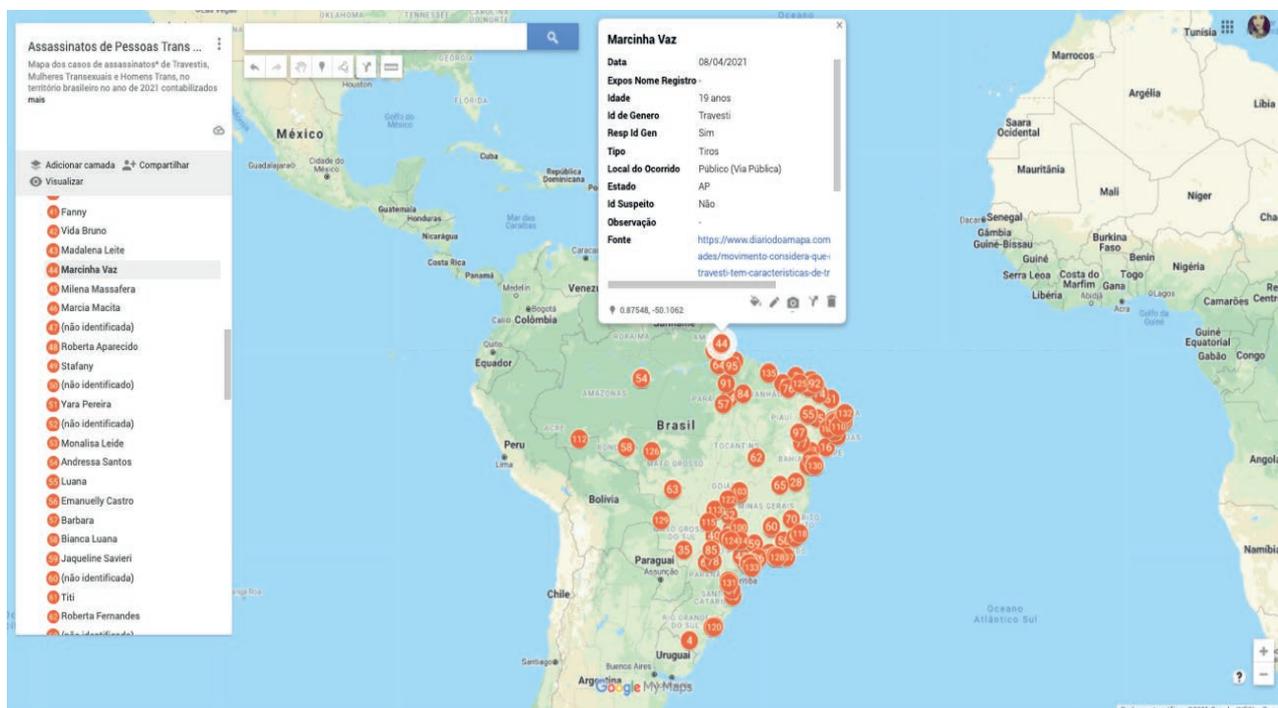
Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

De posse das informações, realizamos as análises e o cruzamento de dados até que a fonte esteja verificada e apta a ser incluída em nossa base principal. E para isso, elaboramos o Mapa dos assassinatos no Google Maps, que se torna a principal base de dados ao término de cada ano. Criando uma ferramenta interativa sobre a situação da violência e dos assassinatos de pessoas trans que pode ser usada em pesquisas posteriores.

Os principais padrões utilizados nas investigações e análises preliminares são aqueles de maior incidência nas fontes primárias e são: o nome, a data do ocorrido, se houve a veiculação do nome (de registro) anterior da vítima, a idade, identidade de gênero e se a identidade de gênero foi respeitada pela fonte, o tipo do assassinato, local do ocorrido, estado, se há informações sobre a identidade do suspeito e se ele foi detido/preso, observações e a fontes

(se primárias ou secundárias). O próprio mapa inclui a geolocalização e marca através de um ponto o local do ocorrido – de acordo com as informações constantes nas matérias.

Figura: Mapa dos Assassinatos de pessoas trans brasileiras em 2021



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

Os dados não seguem um padrão e há muitos casos em que não existe respeito à identidade de gênero ou mesmo ao nome social das vítimas, quando da veiculação dos casos na mídia. Isso faz aumentar ainda mais a dificuldade na busca desses dados, além de invisibilizar a motivação do caso e aumentar a subnotificação.

Pensando nisso, incluímos alguns alertas nos principais mecanismos de busca para que, de forma automatizada, as palavras-chave previamente informadas sejam capazes de direcionar os casos de assassinatos e violência contra pessoas trans. Casos envolvendo palavras como “travesti” e “transexual”, ou ainda “mulher trans”, tem mais retornos em buscas e a partir dos alertas de notícia que trazem esses marcadores.

Quadro: Parâmetros de alertas em mecanismos de busca por assassinatos

FONTES	TIPO
Travestis	Travesti + assassinada
	Travesti + assassinado
	Travesti + morta
	Travesti + morto
	Homossexual + morto
	Homossexual + assassinado
Mulher trans ou transexual	Mulher Trans + assassinada
	Mulher Trans + morta
	Transexual + assassinada
	Transexual + assassinado
	Transexual + morta
	Transexual + morto
Homem Trans e pessoas transmasculinas	Homem Trans + assassinado
	Transexual + assassinada
	Transexual + assassinado
	Lésbica + assassinada
	Lésbica + morta
Pessoas Não Binárias	Não Binário + morto
	Não Binário + morta
	Não Binário + assassinado
	Não Binário + assassinada
	Homossexual + morto
	Homossexual + assassinado
	Lésbica + assassinada
	Lésbica + morta

Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

São comuns casos em que diversos canais vêm reportando assassinatos de travestis como se fossem *“homens vestidos de mulher”* ou, ainda, *“homossexual assassinado com roupas femininas”*. O mesmo ocorre no caso de homens trans, quando são identificados como sendo *“lésbicas”* pelos jornais e meios de comunicação. Estimamos que 95% dos casos nos quais a notícia diz se tratar de *“homem ves-*

“...tudo de mulher é encontrado morto” se refiram, na verdade, ao assassinato de uma travesti ou mulher transexual que é noticiado de forma transfóbica. (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021)

Um dos grandes problemas dos alertas, é que recebemos toda e qualquer matéria contendo essas palavras, e as vezes uma não está relacionada a outra. E como isso, mensalmente recebemos uma média de 500 alertas e que necessitam de análise individualizada. Sendo descartadas as matérias replicadas integralmente em vários veículos até que a fonte seja considerada. O que é um trabalho extremamente difícil, visto que a identidade da vítima fica sob a responsabilidade de quem escreveu a matéria, muitas vezes a partir de informações preliminares da própria polícia (sem formação adequada sobre diversidade de gênero) e que as investigadoras dessa pesquisa acabam também tendo que “atribuir uma identidade presumida” sobre aquela pessoa para fins de pesquisa. Muitas vezes é preciso recorrer a rede social para buscar mais informações sobre a pessoa na tentativa de minimizar o risco de que seja atribuída uma identidade que condiz com a sua realidade quando ainda estava em vida.

Homens trans, pessoas transmasculinas e Não-Binárias ainda enfrentam grande invisibilização ou ausência de informações sobre assassinatos, nos veículos de mídia e a maioria dos casos que temos contabilizados, vem de fontes complementares. Sendo as fontes complementares também as principais responsáveis pelos casos de suicídios, violações de direitos humanos e outros tipos de violência. O que não quer dizer que estes casos não existam, mas nos ajuda a perceber que ao longo dos últimos cinco anos, a violência mortal-intencional é muito mais direcionada as pessoas *transfemininas*²³.

Qualquer pesquisa simples em um mecanismo de busca na internet, denuncia o quanto a violência direcionada a pessoas trans segue presente no cotidiano dessas pessoas. Assustadoramente, observamos o mesmo cenário em que, 8 entre cada 10 notícias com as palavras “travesti” ou “mulher trans” na aba notícia nos principais mecanismos de busca, encontramos resultados de notícias relacionadas a violência e/ou violações de direitos humanos. (BOLETIM nº 002/2021, ANTRA²⁴)

23. Termo utilizado para referenciar as pessoas trans que foram designadas homens ao nascer, mas que reivindicam e constroem uma forma própria de se constituir no espaço público, demonstrando sua indignação com o gênero atribuído e alterando sua expressão de gênero a fim de marcar sua identidade feminina, muitas vezes expressa em seu próprio corpo. Exemplos: Travestis, mulheres trans, Hijras, etc.

24. Os boletins periódicos tem sido utilizados desde 2020 como forma de disseminar informações parciais sobre o assassinato de pessoas trans ao longo do ano, e estão disponíveis em www.antrabrasil.org/assassinatos

Todas as análises passam por revisões individuais posteriores e uma busca complementar sobre a atualização dos casos a fim de buscarmos informações sobre o estado da responsabilização e/ou prisão dos suspeitos, se a vítima foi identificada (quando a informação não consta na fonte inicial), situação de óbitos posteriores a desaparecimentos e às tentativas de assassinatos, etc.

Não contamos com nenhum apoio para realizar este levantamento, no ambiente virtual ou mesmo *in loco*, em todo o Brasil, em cada município, estado, delegacia, hospital, IML, etc., a fim de realizar um cruzamento de dados mais efetivo. Isso significa que não contamos com recursos (financeiros ou materiais) destinados a este fim, o que dificulta o devido acesso às informações, que, muitas vezes, são negadas, sigilosas ou inexistentes.

Principais desafios enfrentados para a realização da pesquisa:

1. Não há uma equipe que realiza essa pesquisa. Apesar de nossos esforços e das pessoas que nos alimentam com algumas informações, a maioria dos casos é monitorada/encontrada por uma única pessoa;
2. A busca ativa das notícias, apesar do uso de tecnologias como os alertas em mecanismos de buscas, ainda é feita manualmente e requer monitoramento constante na rede social e outro meios de publicações de notícias, ocupando muito tempo no ambiente virtual;
3. Dificuldade de verificação das informações sobre os dados vindos de fontes complementares.
4. Dificuldade de incluir pessoas, principalmente trans, para esse tipo de trabalho voluntário, seja devido ao tema e sobretudo pelas formas explícitas de violência, exposição a notícias que mostram corpos dilacerados e informações constates de várias formas de violações de direitos humanos e violências a que estarão submetidas;
5. Impactos na saúde mental das investigadoras, o que acaba despertando sentimentos de angústia, insônia, estresse, ansiedade, dificuldade de relacionamentos em ambientes sociais públicos, irritabilidade, sensação de perseguição e medo de ser vítima de violência;
6. Falta de apoio financeiro e/ou investimentos para a realização da pesquisa, incluindo a formação de uma equipe qualificada para a coleta e tratamento dos dados;
7. Falta de equipamentos específicos para a realização da pesquisa. O que acaba comprometendo o uso de computadores e celulares pessoais, que acabam ficando

cheios de informações sobre violência e com pouco espaço para o próprio arquivo da base de dados dessa pesquisa;

8. Ausência de dados governamentais e dificuldade de acesso a informações das secretarias de segurança e/ou de órgãos de justiça através da Lei de acesso a informação (LAI) e a burocracias que inviabilizam esse processo;
9. Dificuldade de concorrer em editais, visto que a temática da violência transfóbica muitas vezes é negligenciada e enfrenta tentativas de apagamento; e
10. Transfobia estrutural e institucional que muitas vezes invisibilizam e desqualificam essa pesquisa ignorando se tratar de única fonte²⁵ de dados sobre violência transfóbica – especialmente em relação aos homicídios de pessoas trans.

A partir desta edição, foi incluído o conselho de ética da ANTRA e constituído um conselho técnico para resolver questões específicas e casos não previstos, dirimir dúvidas e/ou coibir manipulações enviesadas sobre os resultados alcançados e publicados. Durante todas as etapas dessa pesquisa são feitas revisões, discussões e reuniões com parceiros, ativistas e instituições de vários campos de atuação, tendo sido realizadas formações, fóruns e oficinas intersetoriais a fim de qualificar e aperfeiçoar este trabalho, conferir legitimidade, e validação entre pares.

As informações aqui apresentadas são resultados das análises a partir dos dados encontradas durante nossas investigações e não representam a totalidade de casos de assassinatos, violência e/ou violações de direitos humanos contra pessoas trans no Brasil, são apenas uma parte desse problema social. E são constituídas como hipóteses que consideram o contexto geral, político, econômico, geográfico, social, nacional e internacional.

25. Única fonte que traz dados exclusivamente sobre pessoas trans.

Parte I

Assassinatos 2021

Em 2021, mesmo com tanta invisibilização, a violência contra pessoas trans se fez ainda mais perceptível pela sociedade em geral, no mesmo momento em que discursos de ódio contra essas pessoas passou a também ocupar as redes sociais de forma mais incisiva, o ambiente político e o próprio estado através de mobilizações de grupos antitrans que de alguma forma se sentem ameaçados pelo avanço e conquista de direitos por parte da população de travestis e demais pessoas trans, organizando um levante contra a humanização dessas pessoas.

O conceito de backlash (utilizado por nós como efeito backlash ou retrocesso) cunhado em inglês e traduzido como “contramovimento”, tenta dar conta da emergência de movimentos neoconservadores apoiados pela inversão da narrativa sobre direitos, reivindicando direitos de grupos politicamente hegemônicos que estariam supostamente sendo violados pelos avanços na promoção de direitos de grupos subalternizados (PAYNE; SANTOS, 2020). (...) Os contramovimentos, ou backlashes, resultam em deslocamentos das expectativas funcionais do Estado, cujas responsabilidades são transferidas, passando a ser depositadas no núcleo de um tipo específico e normalizado de família branca, cis, heterossexual e bipolar, implicando em transformações importantes na gestão da máquina pública. (Atlas da violência, 2021)

Pudemos observar casos graves entrando no debate público e ocupando espaço no cotidiano das pessoas através de diversas matérias e jornais veiculando os dados compilados pelo trabalho de pesquisa e denuncia da ANTRA, assim como os casos absurdos de violências e violações de direitos humanos que foram publicados ao longo do ano.

É sempre muito controverso quando tentamos discutir sobre dados de violência contra pessoas LGBTI+ no país - especialmente em se tratando de uma população que enfrenta diversas formas de violência direta e indireta, institucionais e estruturais, muitas vezes naturalizadas e que seguem enraizadas em nossa cultura. É uma violência específica, visto que sua motivação parte de uma ideia equivocada a respeito da forma com que pessoas LGBTI+ são vistas na sociedade. (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021)

Porém, quando observamos os dados constantes do SINAN publicados no Atlas da violência 2021, é assustador pensar que 98,8% dos registros (do SINAN) não possuem a informação sobre a identidade de gênero das pessoas. E que no caso do disque 100, este sequer traz referência sobre as denúncias em relação as pessoas trans. O Relatório 2019 do MMFDH foi alvo de críticas por omissão e inconsistência na contabilização dos dados.

A falta de dados, e de intervenções estatais pela promoção de direitos LGBTQI+, tende a aprofundar a vulnerabilidade de tal população à violência, especialmente de seu subgrupo mais vulnerável, constituído de pessoas jovens e negras LGBTQI+.” (Atlas da violência, 2021)

Nos casos de assassinatos, muitas vezes esses dados se perdem nos próprios registros de ocorrência. Da mesma forma, nos laudos dos IMLs, ignora-se a identidade de gênero da pessoa, se destoante do padrão sexual binário. Com isso, torna-se evidente que são os estados, as polícias e órgãos de segurança os responsáveis pela falta de dados e manutenção da subnotificação dos dados de assassinatos de pessoas trans no Brasil.

Existe, ainda, um histórico de violações por parte de agentes e trabalhadores da segurança pública, seja no atendimento ou abordagem desta população, seja no não reconhecimento das diversas formas de violência que enfrenta. Essa situação torna difícil denunciar atos e mecanismos simbólicos de discriminação, violência psicológica e mesmo violências físicas, visto que essas denúncias são constantemente enquadradas sem levar em conta o qualificador da LGBTIfobia, gerando subnotificação ou ausência de dados. Muitas vezes, isso se deve ao despreparo do atendente para o atendimento da população trans, ou pelo preconceito institucional ao se deparar com uma vítima LGBTQI+. (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021)

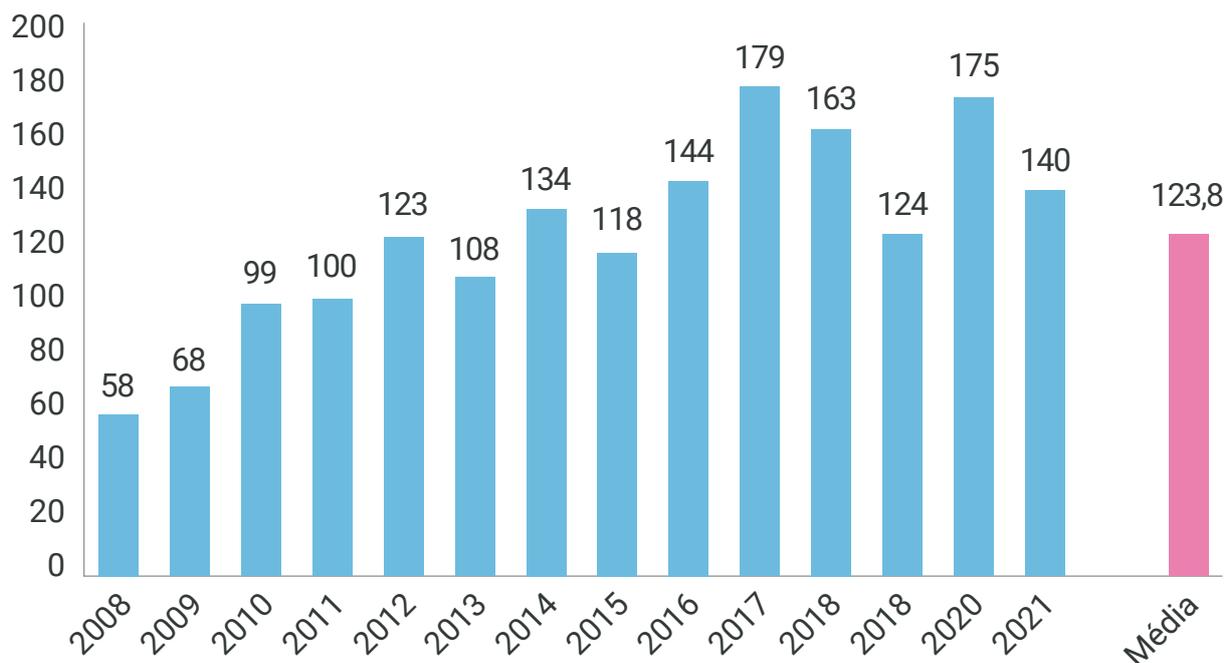
O que denuncia a completa omissão do estado em relação a violência contra pessoas trans ou aquelas onde a motivação se deu devido a identidade de gênero das vítimas. Chamando atenção para um cenário em que, por um lado vemos mais casos aparecendo e sendo denunciados, por outro lado o estado vem ignorando essas informações deliberadamente.

2. Assassinatos

Um corpo trans não é invisível, é um corpo invisibilizado. Quando este corpo aparece, a violência também se faz presente.

No ano de 2021, tivemos pelo menos 140 (cento de quarenta) assassinatos de pessoas trans, sendo 135 (cento e trinta e cinco) travestis e mulheres transexuais, e 05 (cinco) casos de homens trans e pessoas transmasculinas. Não foram encontradas informações de assassinatos de pessoas não binárias em nossas pesquisas esse ano.

Gráfico: Dados dos Assassinatos de pessoas trans no Brasil entre 2008 e 2021²⁶



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

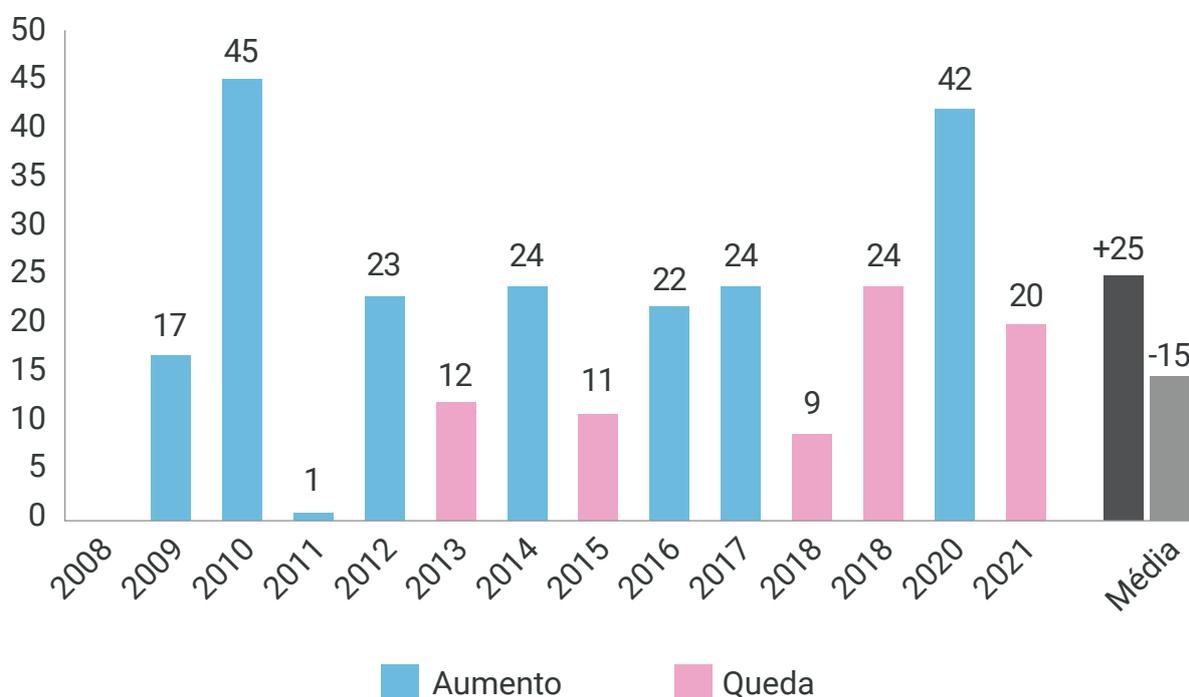
Ressaltamos que a média dos anos considerados nesta pesquisa (2008 a 2021) foi de 123,8 assassinatos/ano. Observando o ano de 2021, com 140 casos encontrados, vemos ele continua acima de média de assassinatos em números absolutos.

26. Dados entre 2008 e 2016 foram publicados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB).

O ano de 2021 revelou ainda um **aumento de 141%** em relação a 2008, o ano que a ONG Transgender Europe (TGEU) inicia o monitoramento global e que apresentou o número mais baixo de casos relatados, saindo de 58 assassinatos em 2008 para 140 em 2021. De lá para cá, a cada ano, os números se mantêm ainda muito acima quando observamos o dado inicial de análise. Denunciando que, embora as oscilações métricas revelem uma aparente diminuição dos números mapeados por esta pesquisa no ano de 2021, isso não se reflete exatamente em uma queda na violência ou no número dos assassinatos contra pessoas trans em geral, visto que em 2021 o Brasil seguiu sem qualquer ação do estado para enfrentar a violência transfóbica; permaneceu como o que mais assassina pessoas trans do mundo pelo 13º ano consecutivo (TGEU/2021); está acima da média geral considerando os números totais ano a ano; e a aparente queda de 20% em 2021 está bem abaixo do aumento observado em 2020, que foi de 42% , mais que o dobro.

No mesmo período entre os anos considerados nessa pesquisa, 2008 a 2021, pudemos observar uma sequência de 8 oscilações de aumento na quantidade de casos, com média acumulada de 25%, enquanto foram identificadas oscilações de queda de 15% em relação às 5 diminuições nos dados.

Gráfico: Percentual de aumento e diminuição dos assassinatos – entre 2008 e 2021



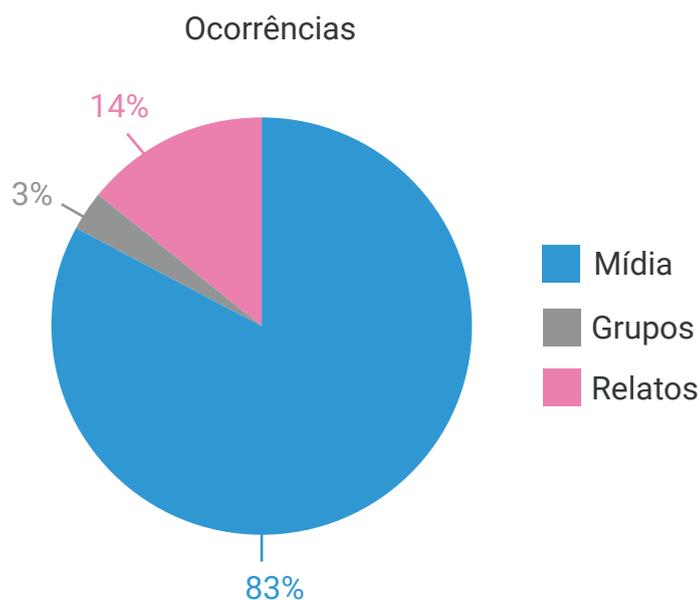
Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

Quando observamos as variações entre aumento e queda, notamos que em todos os cenários os aumentos são maiores em relação à média, que às diminuições nos números.

Deixando nítido que as diminuições não informam que há qualquer tendência de queda nos casos, visto que ela não se mantém em uma constante, e que a média geral entre aumento e queda não demonstra qualquer mudança no cenário que nos leve a verificar melhor o quadro de homicídios contra pessoas trans, mantido ainda alto o número de assassinatos, mesmo em 2021.

Este ano foram identificados 154 casos inicialmente. Tendo sido descartados devido a insuficiência de dados constantes ou por terem ocorrido em situações em que não foi possível afirmar o assassinato. E dos 140 que foram considerados nessa pesquisa, 23 deles vieram de fontes complementares, sejam de relatos testemunhais e/ou de grupos específicos como já mencionado na metodologia. Chama-nos à atenção o porquê em não terem sido noticiados ou motivo pelo qual deixaram de constar em qualquer tipo de publicação em veículos da mídia. No decorrer desse dossiê, veremos ainda que a localidade onde ocorrem os crimes, não noticiados, tem relação com a manutenção de sua invisibilidade.

Gráfico: Fontes da pesquisa sobre assassinatos de pessoas trans no Brasil em 2021

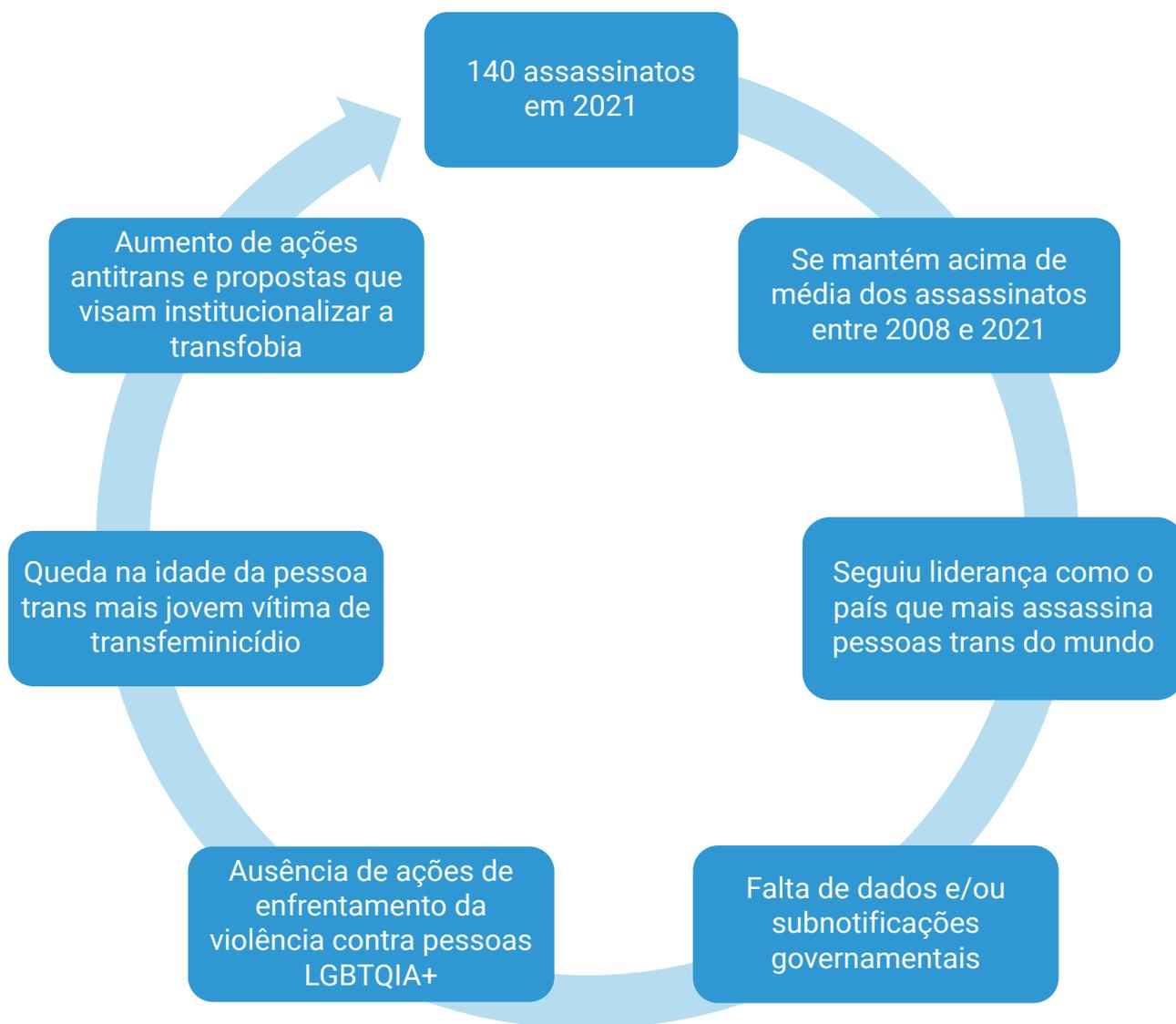


Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

Não há uma resposta capaz de explicar o porquê da queda observada em 2021, mas ao longo dos últimos cinco anos em que estamos realizando esse monitoramento, apesar de todas as limitações que enfrentamos, uma hipótese que tem chamado à atenção, é o fato de que o uso de fontes de mídia ainda é um grande desafio que muitas vezes nos coloca em um cenário impreciso pois deixamos de considerar a subnotificação estatal, o apagão dos dados públicos e a falta de informações sistematizadas em todos os estados, assim como a forma com que a própria mídia trabalha com essas informações.

O quadro abaixo demonstra os principais elementos considerados em nossas análises para pensarmos o enfrentamento efetivo da violência transfóbica e complexificar o contexto da violência contra pessoas trans no Brasil. Exatamente para chamar atenção de que a análise deve se basear nas informações que atravessam os números e não exclusivamente eles, sob o risco de ser dada uma falsa sensação de melhora, quando qualquer ação aponta tal sentido.

Quadro: Cenário geral dos Assassinatos de pessoas trans no Brasil em 2021



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

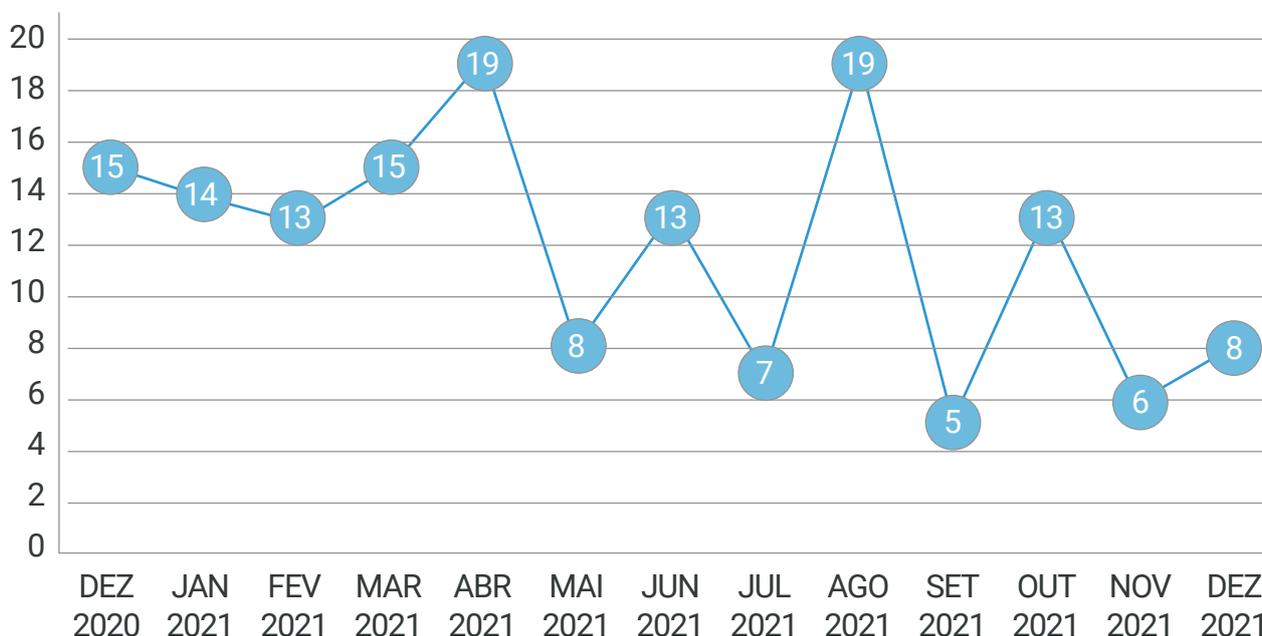
Ademais queremos excluir qualquer tentativa de apropriação e uso indevido do nosso trabalho ou a manipulação destes dados, em qualquer narrativa falaciosa sobre a diminuição destes números serem fruto de qualquer ação do governo federal ou dos estados. Queremos, também, afirmar que, mesmo diante de um cenário controverso e violento, as

conquistas que temos alcançado têm sido frutos da luta dos movimentos da sociedade civil organizada. Sugerimos, ainda, a leitura das pesquisas anteriores, assim como todos os boletins publicados ao longo de 2020.

Assassinatos mês a mês

Os meses com o maior número de assassinatos foram: janeiro, fevereiro, março, abril, junho, agosto e outubro, tendo número superiores à média em 2021, que foi de 11,7 assassinatos/mês.

Gráfico: Assassinatos 2021 – Mês a Mês



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

2.1 Assassinatos por Estado

Em números absolutos, São Paulo foi o estado que mais matou a população trans em 2021, com 25 assassinatos, se mantendo no topo do ranking pelo terceiro ano consecutivo; seguido da Bahia, que saiu da terceira posição para a segunda, com 13 casos; Rio de Janeiro em terceiro, que aumentou de 10 casos em 2020 para 12 em 2021, e o Ceará teve 11 assassinatos ficando na quarta posição; Pernambuco em quinto com 11 casos, subindo duas posições em relação ao ano anterior quando teve 7 casos. Minas Gerais com 9 assas-

sinatos; Goiás e Paraná com 7, e o Pará com 6 notificações; Amazonas, Maranhão e Rio Grande do Sul com 4 casos cada; Espírito santo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso com 3 casos; Alagoas, Amapá, Paraíba, Piauí e o Distrito Federal com 2 casos cada; e o Acre, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe com 1. Não foram encontrados casos reportados em Roraima e Tocantins.

São Paulo, Bahia, Ceará e o Rio de Janeiro aparecem entre os cinco primeiros estados com mais assassinatos de pessoas trans desde 2017.

Tabela: Ranking por estado

Ranking	Estado	2021	Estado	2020	Estado	2019	Estado	2018	Estado	2017
1º	SP	25	SP	29	SP	21	RJ	16	MG	20
2º	BA	13	CE	22	CE	11	BA	15	BA	17
3º	RJ	12	BA	19	BA	8	SP	14	CE	16
4º	CE	11	MG	17	PE	8	CE	13	SP	16
5º	PE	11	RJ	10	RJ	7	PA	10	RJ	14
6º	MG	9	AL	8	PR	7	MG	9	PE	13
7º	GO	7	PE	7	RS	7	MT	8	PB	10
8º	PR	7	RN	7	GO	6	PR	8	PR	9
9º	PA	6	PB	5	AM	5	RS	8	AL	7
10º	AM	4	PR	5	MA	5	PE	7	ES	7
11º	MA	4	RS	5	MG	5	AM	6	PA	7
12º	RS	4	GO	4	MT	5	ES	6	MT	6
13º	ES	3	MT	4	PB	5	GO	6	AM	5
14º	MS	3	PA	4	ES	4	RN	6	GO	5
15º	MT	3	SC	4	PA	4	PB	5	RO	5
16º	AL	2	AM	3	RN	4	SE	5	SC	5
17º	AP	2	ES	3	AL	2	SC	4	TO	3
18º	DF	2	MA	3	RO	2	AL	3	DF	2
19º	PB	2	RO	3	TO	2	MA	3	MA	2
20º	PI	2	DF	2	MS	1	DF	2	MS	2
21º	SC	2	MS	2	PI	1	MS	2	SE	2
22º	AC	1	PI	2	RR	1	PI	2	AC	1
23º	RN	1	SE	2	SE	1	RO	1	AP	1
24º	RO	1	AC	1	AC	0	RR	1	PI	1
25º	SE	1	RR	1	AP	0	TO	1	RN	1
26º	RR	0	TO	1	SC	0	AC	0	RR	1
27º	TO	0	AP	0	DF	0	AP	0	RS	1

Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

Entre 2017 e 2021, tivemos 781 assassinatos de pessoas trans brasileiras. No ranking por estado, levando em consideração dados absolutos, São Paulo, com 105 casos, aparece em 1º. Em 2º, o Ceará com 73 casos e a Bahia em 3º com 72 assassinatos; Minas Gerais com 60 em 4º; o Rio de Janeiro, com 59, está na 5ª posição; Pernambuco em 6º, com 46 casos, Paraná com 36; Pará em 8º, com 31 assassinatos, Goiás com 28 e Paraíba com 27 em 10º.

Tabela: Estados que mais assassinaram pessoas trans (2017-2021)



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022

Durante o ano de 2021, o estado de Pernambuco²⁷ chamou a atenção pelos recorrentes casos ao longo do ano, gerando uma grande mobilização nacional, que culminou em ações locais e articulações entre os movimentos sociais e o poder público a fim de que fossem pensadas propostas conjuntas para o enfrentamento da violência no estado. Mas até o lançamento deste dossiê, pouco havia sido feito na prática. Foram identificados ainda um caso de *Serial Killer* que visava travestis em São Paulo²⁸, e um grupo organizado para promover agressões contra travestis e profissionais do sexo na Paraíba²⁹.

27. Mobilizações em Pernambuco contra a Transfobia. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/direitos/transexuais-e-travestis-protestam-contraterminio-em-recife>

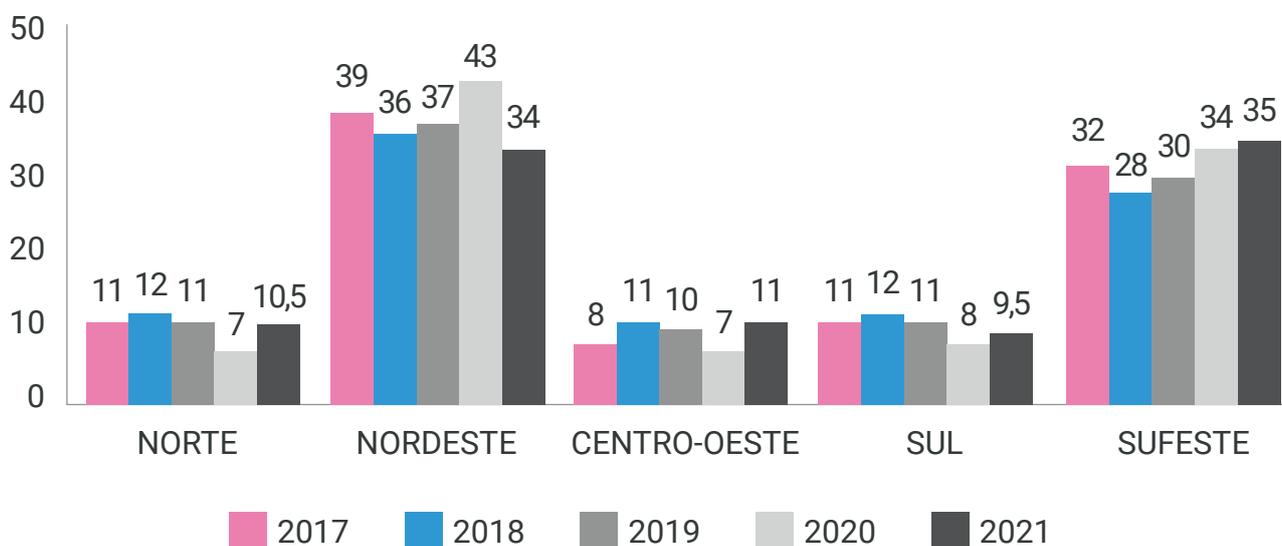
28. Serial Killer em São Paulo. Disponível em: <https://www.topmidianews.com.br/geral/serial-killer-de-gays-travestis-e-usuarios-de-drogas-e-identificado/155890/>

29. Grupo que age agredindo travestis na Paraíba. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/12/09/grupo-que-age-no-centro-de-joao-pessoa-agredindo-mulheres-transexuais-e-investigado-pela-policia.ghtml>

2.2. Assassinatos por Região

Pela primeira vez nesta série histórica, a maior concentração dos assassinatos foi observada na região sudeste, com 49 assassinatos (35% dos casos). Em seguida, vemos a região nordeste, com 47 casos (34%) casos; a região centro-oeste com 15 (11%) assassinatos; o Norte, com 14 (10,5%) casos; e o sul com 13 (9,5%) assassinatos. **Em 2021, o nordeste apresentou queda, enquanto as demais regiões apresentaram aumento no número de casos, com destaque para o sudeste que vem aumentando desde 2018.**

Gráfico: Assassinatos por região em porcentagem (%)



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022

2.3 Assassinatos no Exterior

A cada ano, além dos casos de assassinatos no Brasil, monitoramos aqueles ocorridos contra pessoas trans brasileiras fora do país, a fim compreender como a violência transfóbica e o assassinato continuam a fazer parte da vida dessas pessoas, mesmo quando são simbolicamente expulsas de seus países. Em 2021, tivemos 2 travestis/mulheres transexuais brasileiras assassinadas fora do país, uma na França e outra em Portugal.

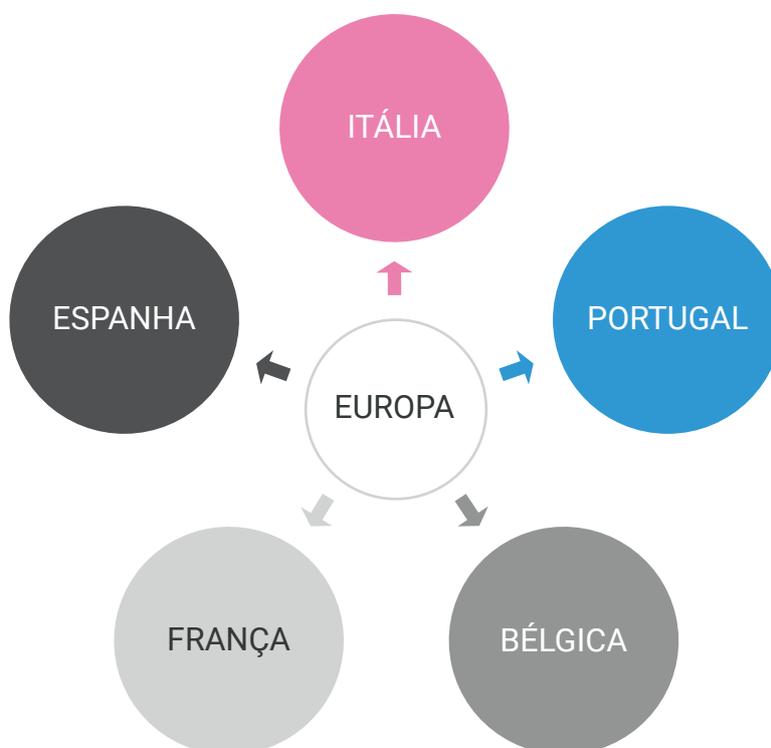
Resgatamos a memória de Gisberta Salce³⁰ – caso mais conhecido de uma travesti que fugiu do Brasil em busca de uma vida melhor devido a violência e dos constantes assassi-

30. Gisberta Salce. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2021/07/relembre-historia-de-gisberta-e-conheca-o-movimento-se-rua-fosse-minha.html> e <https://rosalux.org.br/um-vacuo-cis-na-historia-e-a-emergencia-do-corpo-trans/>

natos que aconteciam/acontecem aqui, e foi brutalmente assassinada no ano de 20026 em Portugal. **Como ela, tantas outras. Inclusive aquelas que não conseguimos alcançar.**

Seguimos acompanhando essas notícias, visto que no último período o Brasil bateu o recorde de evasão de brasileiros³¹. Seja pelas condições em que se encontravam ou em decorrência do *êxodo travesti* (BENEVIDES, 2020), travestis sempre buscaram refúgio fora do país. E ao longo dos últimos cinco anos pudemos observar que entre 2017 e 2021, 10 (dez) travestis/mulheres trans foram assassinadas fora do Brasil. Sendo 5 casos na Itália, 2 em Portugal e 1 na França, Bélgica e Espanha.

Figura: Países com incidência de assassinatos de Brasileiras Trans entre 2017 e 2021



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022

31. Brasil vive o maior êxodo de sua história. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-vive-o-maior-%C3%Aaxodo-de-sua-hist%C3%B3ria/a-59698193>

2.4 Perfil das vítimas

“Nossa maior vingança será envelhecer. Qualquer travesti que passe dos 35 anos estará se vingando desse CIS-tema.”

*Keila Simpson
Presidenta da ANTRA*

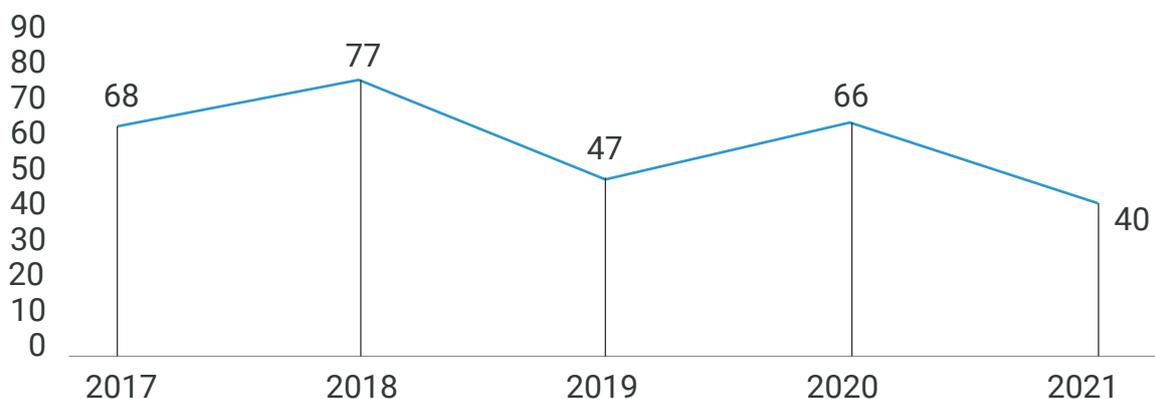
Ao longo dos últimos cinco anos em que essa pesquisa passou a ser realizada, identificamos a existência de um ciclo de exclusões/violências (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021), que têm sido identificadas como as principais responsáveis pelo processo de precarização e vulnerabilização das pessoas trans. Esse ciclo leva as pessoas trans à marginalização e, conseqüentemente, à morte, social e física, seja por falta de acesso a direitos fundamentais, sociais e políticos, ou, ainda, pela omissão do Estado em garantir o bem-estar social dessa população.

Os dados a seguir fazem parte dos marcadores mais presentes nas matérias consideradas nessa pesquisa.

A) Idade

Dentre os 140 casos considerados nas análises de 2021, 40 fontes não traziam qualquer informação a respeito da idade das vítimas, tendo sido considerados apenas os 100 casos onde onde foi possível identificar a idade. Em 2017, esse número foi de 68 fontes sem informações de idade, passando para 77 em 2018, chegando a 47 em 2019 e 66 em 2020. Do total de 781 assassinatos, 281 não trouxeram dados sobre idade.

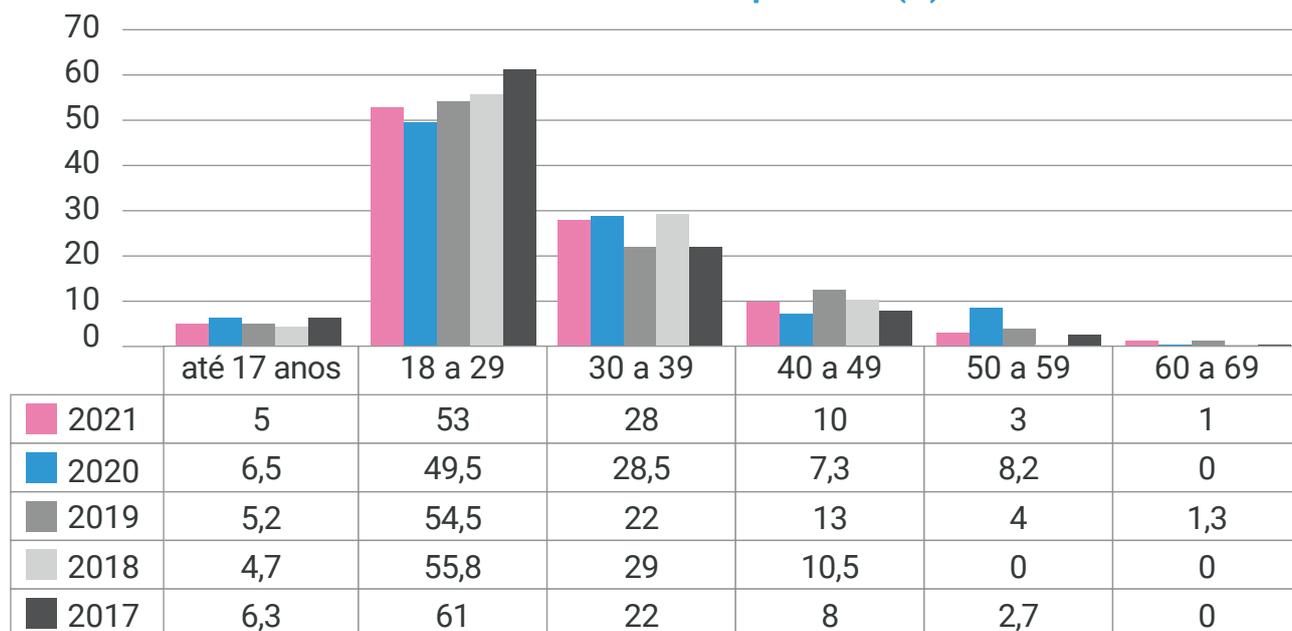
Gráfico: Fontes de dados que NÃO trouxeram a idade das vítimas entre 2017 e 2021



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022

O Mapa dos Assassinatos 2021 aponta ainda que, **5 (5%) vítimas tinham entre 13 e 17 anos, 53 (53%) vítimas tinham entre 18 e 29 anos; e 28 (28%) era a idade aquelas entre 30 e 39 anos;** 10 (10%) entre 40 e 49 anos; 3 (3%) entre 50 e 59 anos; e 1 (1%) entre 60 e 69 anos. **A idade média das vítimas foi de 29,3 anos.** A morte prematura de jovens (15 a 29 anos) por homicídio vem crescendo no Brasil desde a década de 1980, como nos alerta o Atlas da Violência.

Gráfico: Perfil das vítimas por idade (%)



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

Quando analisamos o perfil das vítimas, a idade se torna um dos principais marcadores. Tanto pela preocupação do quanto a juventude trans vem sendo assassinada cada vez mais cedo, quanto pelos impactos nas futuras gerações. **O total de vítimas menores de idade nos últimos cinco anos somam 27 casos ou 5,6% das 483 fontes que trouxeram informações sobre a idade das vítimas. Sendo 26 pessoas transfemininas e 1 pessoa transmasculina.**

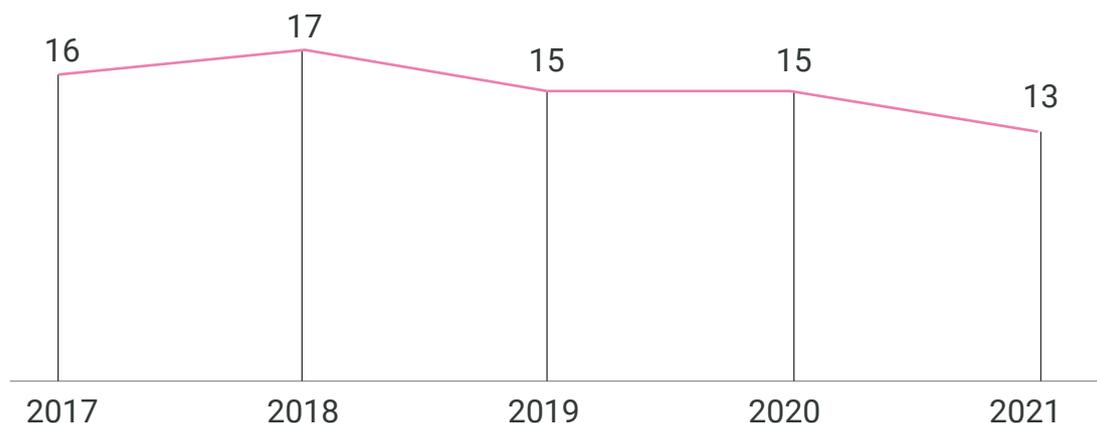
Figura: Vítimas menores de idade entre 2017 e 2021



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022

Vale ressaltar que em 2019 e 2021 a idade da mais jovem vítima era de 15 anos e que em 2021 esse dado caiu para 13 anos. A vítima mais jovem noticiada em 2017 tinha 16 anos, e em 2018, 17 anos. **O Assassinato precoce é o início da tentativa de destruição sistemática de uma população. É a consolidação de um projeto transfeminicida em pleno funcionamento no país – e no mundo.**

Gráfico: Idade das vítimas mais jovens entre 2017 e 2021



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

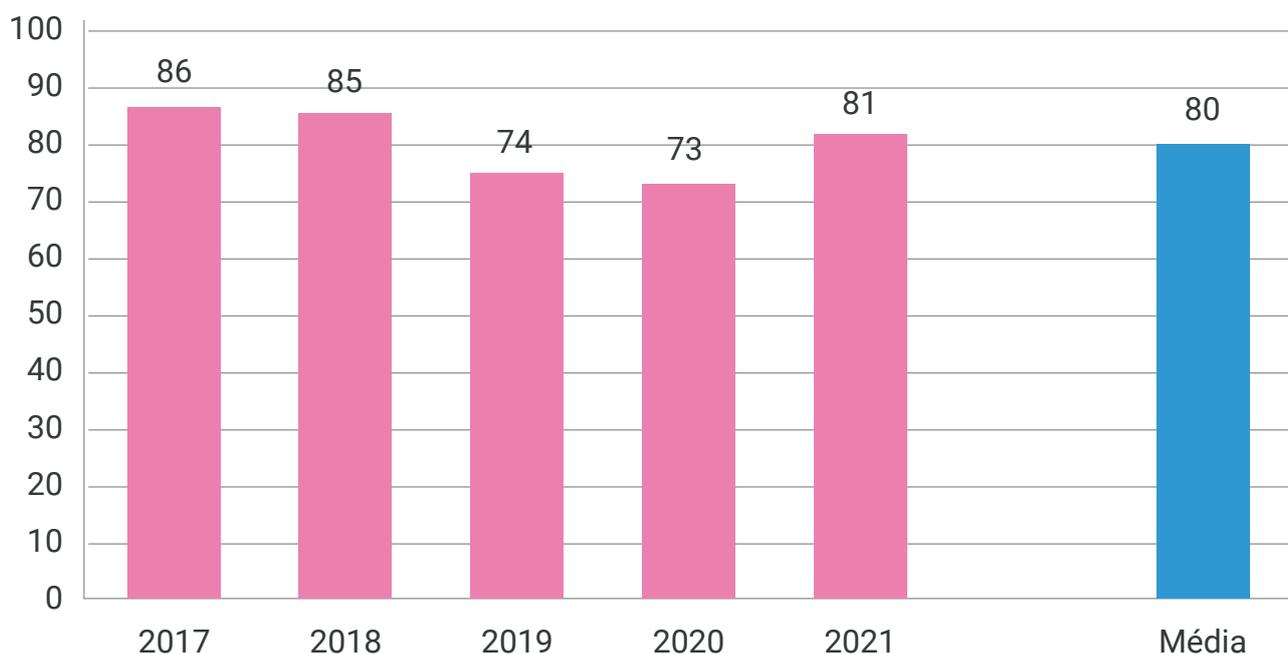
Entre 2017 e 2021, notamos uma queda e 4 anos na idade em que a mais jovem vítima foi assassinada. E esse dado traz impactos na perspectiva da juventude trans que está menos otimista sobre o futuro e consequentemente, na estimativa de vida dessa população.

A violência aparece como um dos motivos para a falta de expectativa do futuro para a juventude trans. Eles mencionam a preocupação com a organização de uma agenda contra os direitos trans e o aumento da hostilidade antitrans em vários campos, além de um foco implacavelmente negativo de políticos e ativistas transfóbicos sobre suas existências. Diante do aumento de leis anti trans, os **Estados Unidos** viram dobrar o número de assassinatos em 2021. (Artigo: Jovens trans estão menos otimistas sobre o futuro³²)

Outro aspecto importante, é o número de vítimas entre a idade mínima de cada ano e 35 anos, considerada a expectativa média da população trans. Em 2017, 86% das vítimas tinham entre 16 e 35 anos. Já em 2018, tivemos 85% entre 17 e 35 anos, e 2019 apresentou 74% das vítimas entre 15 e 35 anos. 2020 teve 73% dos casos entre 15 e 35 anos, e 2021 com 81% entre 13 e 35 anos. **A média entre os cinco anos ficou estabelecida em 80% como sendo a de pessoas até 35 anos assassinadas ao ano, entre 2017 e 2021.**

32. Jovens trans estão menos otimistas sobre o futuro. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2021/05/04/jovens-trans-estao-menos-otimistas-sobre-o-futuro/>

Gráfico: Vítimas até 35 anos (%)



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

Dentre diversos casos de violência e violações de direitos humanos contra crianças e/ou adolescentes trans ao longo do ano, destacamos o fato de não haver qualquer estimativa para que sejam pensadas políticas públicas que garanta a proteção e os direitos daquelas que não se identificam com o gênero designado no nascimento e que sejam menores de 18 anos. Muitas vezes, tendo seus direitos violados ainda dentro do ambiente familiar, pelos órgãos de proteção à infância que estão tomados por uma ideologia religiosa salvacionista, que dissemina racismo religioso e de gênero contra pessoas trans, e alimentam perseguições contra pais acolhedores.

Em uma campanha publicitária em prol da educação, promovida pela Secretaria de Direitos Humanos do Maranhão, a adolescente trans de 16 anos, Alexia Brito, conhecida como Bota Pó nas redes sociais, foi atacada publicamente por um senador da república³³, que não apenas foi transfóbico, mas incentivou através do seu discurso odioso, que mais pessoas passassem a atacar a adolescente. Tudo isso, tendo garantida sua imunidade pelo lugar que ocupada.

Entre tantos casos de violência, são as adolescentes trans as que mais enfrentam dificuldade de ter seus direitos respeitados, principalmente, quando não tem uma família aco-

33. Influencer é vítima de transfobia vinda de senador. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/holofote/noticia/63082-influencer-bota-po-e-vitima-de-transfobia-por-senador-do-maranhao.html>

lhedora. Muitas escolas não têm garantido o direito ao uso do nome social e/ou o respeito a identidade de gênero dessas pessoas, alargando os motivos que propiciam à exclusão do ambiente escolar, interrompendo o direito à Educação de uma parcela considerável da população. Não existem centros especializados em saúde integral de crianças e adolescentes trans. Além de duas iniciativas experimentais e limitadas às pesquisas, com difícil acesso para a demanda de todo o Brasil, políticas públicas para crianças e adolescentes excluem sistematicamente a juventude trans. Mais recentemente, temos observado uma intensa mobilização entre diversos grupos que sob pretexto de proteção da infância (cisgênera), violam direitos e deixam as crianças e adolescentes trans desprotegidas.

Conforme alertamos no dossiê 2021, “quando discutimos a necessidade de incluir o debate de gênero nas escolas, há uma intenção bem diferente daquela que é atribuída no discurso em torno do pânico moral gerado pela falaciosa “Ideologia de Gênero” – de que pessoas LGBTI, em especial as trans, representam o mal e “querem transformar pessoas cis-hetero em trans e/ou gays/lésbicas” (sic). É preciso pontuar que a “Ideologia de Gênero”, conforme publicizada, é uma ferramenta de ódio, de cunho religioso cristão, que admite uma postura em forma de política institucional e utilizada pelos seus fomentadores, a fim de interferir em setores do Estado, contra as discussões de gênero, contra os direitos das mulheres (cis e trans/travestis), principalmente, contra a existência de pessoas não-cisgêneras.

Incentivar e incluir a discussão sobre diversidade nas escolas pode proporcionar um cenário em que as pessoas LGBTI+ não mais sejam expulsas do ambiente escolar e possam se fortalecer dentro do processo educacional/formativo e, conseqüentemente, consigam a entrada no mercado formal de trabalho. O que se pretende, de fato, é naturalizar as relações sociais desde o ambiente familiar até o escolar, para que todas as pessoas acolham e convivam bem com a diversidade, para que interrompamos o ciclo de violência e para que as pessoas LGBTI, trans e outras, possam ser livres, sem o risco de serem violadas e violentadas devido à sua orientação afetivo/sexual ou de sua identidade de gênero.

Especialmente para enfrentarmos o aliciamento e a exploração sexual, assim como a violência sexual, abusos³⁴ e estupros – inclusive corretivos, que não ocorrem apenas contra homens trans e pessoas transmasculinas ou não binárias designadas mulheres ao nascer, mas também contra travestis e mulheres trans. Dados estes que muitas vezes são omitidos ou inexistentes em estatísticas sobre estupro e violência sexual que quase nunca trazem um olhar sobre a diversidade de gênero e o impacto da cultura do estupro em nossa comunidade.

34. Homem é preso praticando sexo com adolescente trans de 14 anos. Disponível em: https://tvjornal.ne10.uol.com.br/primeiro-impacto/2021/10/21/motorista-e-flagrado-praticando-sexo-com-menina-trans-de-14-anos-e-preso-pela-policia-em-santo-amaro-no-recife-218171?fbclid=IwAR1OqAspAfuMengv-jix1siRO7rLJI8mR1VA5eX3jMcdS4x6_iAJgdUkjK8

Em memória de Lohana Berkins, falecida no dia 5/02/2016, resgatamos o artigo "Travestis: una identidad política" de 2006.

Berkins foi presidenta da Asociación de Lucha por la Identidade Travesti y Transexual e militante do Partido Comunista Argentino

No artigo, Lohana pretende trazer uma reivindicação do termo travesti enquanto uma identidade política latino-americana, com destaque para a Argentina, comparando a situação das mulheres trans latinas com a das europeias e norte-americanas.

Ao tratar da relação das travestis com a morte precoce, Berkins escreve:

"Dentre as circunstâncias que dizem respeito tanto ao contexto político e social quanto a alguns lugares comuns pelos quais as travestis latino-americanas "transitamos", gostaria de me referir especialmente à experiência da morte. [...] Em Berkins e Fernández (2005, p. 12), menciona-se que em uma pesquisa que consultou 302 travestis se descobriu 420 nomes de travestis falecidas nos últimos cinco anos. Aproximadamente, 70% destas travestis falecidas tinham entre 22 e 41 anos

Esses dados nos ajudam a nos aproximar de duas questões. A primeira questão é que, diferentemente de grupos privilegiados, para as travestis a morte não tem nada de extraordinário, pois é uma experiência cotidiana. A segunda diz respeito a expectativa de vida de poucos anos que acompanha a maioria das travestis [...]

Acontece que faltam gerações de travestis maiores de trinta anos e que as jovens não conhecem travestis adultas que as ajudem a entrever um momento para além de um presente imediato e uma dimensão que transcenda a da individualidade."

Além de nos mostrar que a expectativa de vida das travestis é compartilhada em outros países da América Latina, também nos relembra da importância da inclusão dessa população nas pesquisas censitárias. Por meio dos dados reunidos, Lohana consegue mapear a realidade vivida por essa população na Argentina, compreender sua existência majoritariamente nas grandes cidades e, a partir daí, formular seu posicionamento político: a defesa não só da vida das travestis, mas também a união com os demais grupos urbanos oprimidos pela mão pesada do Estado.

Via @lgbtcomunistas³⁵

35. Postado originalmente em: https://www.instagram.com/p/CPZR4F8n0gA/?utm_medium=copy_link

B) Classe e contexto social

Em relação a comunidade trans, ao falarmos do marcador social da diferença “classe” torna-se, acima de tudo, lançar luz sobre os problemas sociais que alcançam de forma desproporcional essa parcela da população, especialmente pessoas trans negras, com deficiência e/ou periféricas, e que colocam uma parcela significativa dessas pessoas em situação de alta vulnerabilidade e precarização de suas existências. O Estado não tem sido apenas omissor, mas, também, é agente direto de diversas violações e violências contra pessoas trans.

Devido ao processo de exclusão familiar, social e escolar, como já mencionado em diversas ocasiões e em pesquisas anteriores, estima-se que 13 anos de idade seja a média em que travestis e mulheres transexuais sejam expulsas de casa pelos pais (ANTRA, 2017) - e que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-íris/Afro Reggae). Essa situação se deve muito ao processo de exclusão escolar, gerando uma maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social. (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2021)

Com a continuidade da pandemia, sem que houvesse qualquer tipo de ação pensada para mitigar o impacto da crise provocada pelo coronavírus junto a população LGBTQIA+, agravada pela má gestão do governo federal, o aumento da fome e do desemprego, a dificuldade de acesso e encerramento de auxílios governamentais, vimos o Brasil afundar ainda mais dentre os escombros em que já se encontrava. E para muitas pessoas, a escassez de oportunidades impõe desafios ainda maiores. Um nível de pobreza multidimensional, muitas vezes, levam as pessoas a cometer delitos e a fome não pode ser tratada como um problema criminal.

Apesar dos esforços e de uma leve mudança no cenário geral, a inclusão de pessoas trans ainda é um desafio no mundo corporativo, e existem diversas barreiras para a inclusão, a garantia de permanência e possibilidade de sucesso para pessoas trans serem contratadas ou continuarem empregadas.

As travestis e mulheres trans, pessoas *transfemininas* que vivenciam a transgeneridade no espaço público, constituem um grupo de alta vulnerabilidade à morte violenta e prematura no Brasil. Exatamente por estarem mais expostas a discriminação e violência motivadas pelo discurso de ódio e incentivo a aniquilação de suas existências, pelo lugar desumano e abominável em que tem sido colocadas. Como veremos a seguir, a maior parte dos

assassinatos são contra elas e ocorrem em sua maioria, no espaço público e muitas vezes a luz do dia. Como nos versos que apresentamos sobre a história de Brenda Lee, *“muitas pessoas não resistiriam muito na pele de uma travesti”*.

Embora a transfobia alcance as pessoas trans de diversas formas, pesquisas informam aquilo que os movimentos sociais já vem denunciando há anos, que mesmo dentro de um grupo tão vulnerável quanto a população trans, são as travestis e mulheres trans a parcela da comunidade trans que necessita maior atenção para a proposição de ações de proteção e acesso a direitos básicos.

A pesquisa “1º Mapeamento de pessoas Trans na cidade de São Paulo³⁶”, demonstrou por exemplo que *“em relação à identidade de gênero, observa-se que as categorias homens trans e de pessoas não binárias possuem maiores índices de conclusão do ensino médio (64% e 68% respectivamente) que as mulheres trans (48%) e travestis (39%)”; e em relação ao ensino superior completo, o mesmo cenário se repete: homens trans e pessoas não binárias apresentaram índices de conclusão do ensino superior de 18% e 21% respectivamente, enquanto travestis tiveram 7% e mulheres trans 9%.”*

Notou-se ainda que *“as pessoas não binárias são aquelas que apresentam o índice mais elevado de formação técnica ou específica, o que representa dez pontos percentuais acima dos homens trans (49%). Dentre as mulheres trans, a posse de formação profissional atinge 42% e, dentre as travestis, 36%”*.

Em relação a raça das pessoas que responderam a pesquisa, *“observa-se a prevalência da cor branca nas categorias homens trans (47%) e pessoas não binárias(58%). As mulheres trans apresentam os mesmos índices em relação às cores branca e parda (38%). Já, travestis registram índices aproximados entre as cores parda (36%) e preta (33%)”*. Dado sobre homens trans que corrobora com uma pesquisa publicada pelo Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), onde os respondentes eram em sua maioria brancos, chegando a 59,2%³⁷.

E com relação a idade em que deixou de morar com os pais, observou-se que no recorte de idade *entre 15 anos ou menos, 29% da amostra, 37% das travestis e 31% mulheres trans afirmaram ter saído de casa com 15 anos ou menos*, enquanto homens trans e pessoas não binárias somaram 17% e 14% respectivamente. Travestis e mulheres trans também eram maioria na prostituição.

36. 1º Mapeamento trans da Cidade de São Paulo (1ª Fase). Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LGBT/AnexoB_Relatorio_Final_Mapeamento_Pessoas_Trans_Fase1.pdf

37. A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil. Disponível em: https://raceandequality.org/wp-content/uploads/2021/10/TRANSMASCULINIDADES-BRASIL_FINAL.pdf

Estas são algumas amostras que, embora não representem a totalidade da população trans como esta pesquisa feita por nós, nos trazem elementos para refletir sobre os impactos do já mencionado *Ciclo da violência e da exclusão*, de como ele atinge as pessoas trans a partir da sua identidade de gênero, classe e raça, entre outros marcadores. Nenhuma dessas informações diminui a urgência da importância desses (e outros) dados levantados pelo IBGE.

Assassinatos contra profissionais do sexo ainda são maioria

Chama atenção que, não muito diferente dos anos anteriores, o fato de que **em 2021 pelo menos 78% dos assassinatos foram direcionados contra travestis e mulheres trans profissionais do sexo, que são as mais expostas à violência direta e vivenciam o estigma que os processos de marginalização impõem a essas profissionais.**

É exatamente dentro desse cenário em que se encontram a maioria esmagadora das vítimas, tendo sido empurradas para a prostituição compulsoriamente pela falta de oportunidades, onde muitas se encontram em alta vulnerabilidade social e expostas aos maiores índices de violência, a toda a sorte de agressões físicas e psicológicas. Não há estimativas sobre o percentual de homens trans/pessoas transmasculinas que estejam atuando na prostituição.

Com aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e de miseráveis, a crise econômica, a política e aumento do desemprego, acreditamos que se mantém atual a estimativa de que apenas 4% da população trans feminina se encontra em empregos formais, com possibilidade de promoção e progressão de carreira. Da mesma forma, vemos que apenas 6% estão em atividades informais e subempregos, mantendo-se aquele que é o dado mais preocupante: 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte primária de renda. (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021)

É importante salientar que não é exatamente a prostituição que necessariamente as coloca em situação de vulnerabilidade, mas é a urgência de suas necessidades, somadas as transfobias, as diversas exclusões (social, familiar, estatal, etc) e dificuldades de acesso a educação e ao mercado formal que as leva, em sua maioria, para o trabalho sexual.

Em diálogos informais com diversas profissionais do sexo trans ao longo do ano, em espaços virtuais e presenciais, a grande maioria afirma lidar com a prostituição como um trabalho, estabelecendo uma rotina própria. Um parcela considerável, em torno de 65%

delas afirma que se tivesse oportunidade estariam em outras atividades, destas, algumas firmaram que teriam dificuldade de se adaptar à nova rotina por diversos fatores, dentre eles o medo de serem vitima de transfobia no ambiente laboral, devido ao assédio (sexual e moral) e os baixos salários, enquanto outras 23% afirmaram que desejam continuar naquela atividade. As demais, 12% restantes, prefeririam não ter que decidir entre um e outro, e sugeriram que mesmo empregadas seguiriam fazendo uma espécie de complementação de renda na prostituição – realidade já observada por nós em outros momentos.

É comum ouvirmos a narrativa de que elas não acreditam que a atividade em si seja violenta, mas que devido ao processo de estigmas e criminalização da prostituição, assim como a falta de proteção legal da atividade, elas acabam ficando expostas a pessoas mal intencionadas, grupos de aliciamento e exploração sexual, e/ou a predadores sexuais – em sua maioria clientes em potencial, que tem sua própria sexualidade reprimida pela logica cis-hetero-normativa-cristã.

De certa forma, esse julgamento acaba por reprimir sentimentos e desejos, transformando-os em algo repulsivo ou errado. Esses homens então retrocedem ao ódio constantemente incentivado e disseminado em narrativas religiosas, políticas e outras antitrans, pelo seu objeto de cobiça, com coragem suficiente apenas para consumi-las em larga escala na internet, onde lhes é garantido o anonimato e a segurança de não serem julgados pelas mesmas ideologias religiosas, sociais ou políticas. (Artigo³⁸: Paradoxo entre o pornô e o assassinato de pessoas trans no Brasil. Revista Híbrida)

Percebe-se que os mesmos homens cisgêneros que tornam o ambiente doméstico/familiar o mais perigoso para mulheres³⁹, são aqueles mesmos que acabam trazendo esta violência também para o contato com as prostitutas travestis, as quais nos parece interagir como objeto de desejo/repulsa, sobretudo, facilmente descartável.

Quando observamos as mortes de pessoas trans, especialmente que 96% deles foram contra pessoas que expressam o gênero feminino e os **assassinatos contra profissionais do sexo travestis e mulheres trans**, eles geralmente acontecem em um cenário onde cerca de **80% das vítimas não conheciam o suspeito (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020)**. Isso porque, eram apenas clientes ou admiradores casuais. Também precisamos notar os requintes de crueldade e violência com que esses casos ocorrem, dando vasão ao ódio transfóbico também por meio do envolvimento sexual que normalmente antecede o assassinato.

38. Paradoxo entre o pornô e o assassinato trans no Brasil. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2020/05/11/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/>

39. O lar é o lugar mais perigoso para mulheres. Disponível em: <https://outline.com/H8WD92>

A maioria dos suspeitos são homens que buscam sexo pago, normalmente, não o fazem pelo sexo em si, mas pelo sigilo que a transação oferece. As vítimas geralmente vivem em isolamento social compulsório e são presas fáceis a envolvimento casual em ambientes que, ao mesmo tempo, preservam a identidade do possível assassino e as expõem a maior risco. Em muitos casos, o crime não satisfaz apenas a vontade sexual, com atos que eu não ousaria mencionar aqui, mas também gera uma necessidade quase imediata de aniquilar qualquer possibilidade de associação com aquela prática e os sentimentos que ela revela pós-coito em pessoas que seguem tendo sua sexualidade preterida pelas convenções cissexuais. São comuns os relatos de pessoas trans que contam sobre homens que, depois do gozo, mudam completamente a forma de tratamento à pessoa com quem acabaram de se relacionar, muitas vezes adotando posturas agressivas, repulsivas e violentas. Isso está diretamente relacionado ao avanço do pensamento fundamentalista cristão junto ao Estado e seu impacto no controle do corpo, do desejo e das relações afetivas e sexuais que seguem normatizando a função do homem de casar e ter filhos. Ao mesmo tempo, o ódio contra travestis e mulheres transexuais não é apenas incentivado, mas passado de geração para geração. Como consequência, o Brasil se torna esse universo paradoxal, como o país que mais consome pornografia e mais assassina trans no mundo, quase como uma tentativa de apagar o rastro do gozo da morte e de seus desejos perversos, abjetos e “antinaturais”. É cada vez mais urgente resgatarmos a discussão sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas e nos demais espaços sociais, nos movimentos feminista, negro e LGBTI+, para que as relações afetivas e sexuais entre pessoas cis e trans não sejam vistas como um ato de “coragem” ou um “erro”. Só com o combate ao pensamento que perpetua a criação de pessoas sexualmente frustradas seremos livres para experienciar nossos desejos e relacionamentos, não mais escondidas, mas livres. (Paradoxo entre o pornô e o assassinato de pessoas trans no Brasil. Revista Híbrida)

C) Raça e Etnia

Chama atenção que a desigualdade de vulnerabilidade à violência entre pessoas negras e brancas seja maior em função de identidade de gênero do que de orientação sexual, sinalizando para o fato de que políticas públicas de focalização refinada das intersecções entre gênero e raça são fundamentais para o enfrentamento às violências que atingem ambos os grupos, mas que pessoas trans negras possuem necessidades que demandam ainda mais focalização. (Atlas da violência, 2021)

Em 2021, dentre os casos analisados em nossa pesquisa nos quais foi possível identificar a identidade racial da vítima, percebemos através de atribuição direta, através de análises das imagens e perfis encontrados em redes sociais feitas, que 81% eram travestis/mulheres trans negras - pretas e pardas (de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial), explicitando ainda mais os fatores da desigualdade racial nos dados de assassinatos contra pessoas trans, como já estava ratificado nas edições anteriores.

Nos preocupa esse tipo de marcação ser designada *post mortem* devido a sua forma imprecisa. Sobretudo porque dentre as 140 fontes de dados há uma completa escassez de informações sobre a raça das vítimas. Ficando essa informação muitas vezes ausentes.

Embora reconheçamos que a questão racial se dá de diversas formas e contextos em cada região/estado, atentemos ao fato de que é a população negra a que tem maiores chances de ser assassinada.

Este ano, encontramos ainda o caso de uma travesti/mulher trans indígena assassinada, e ela se encontrava em um contexto de alta vulnerabilidade.

Gráfico: Perfil das vítimas por raça e etnia em 2021 (%)

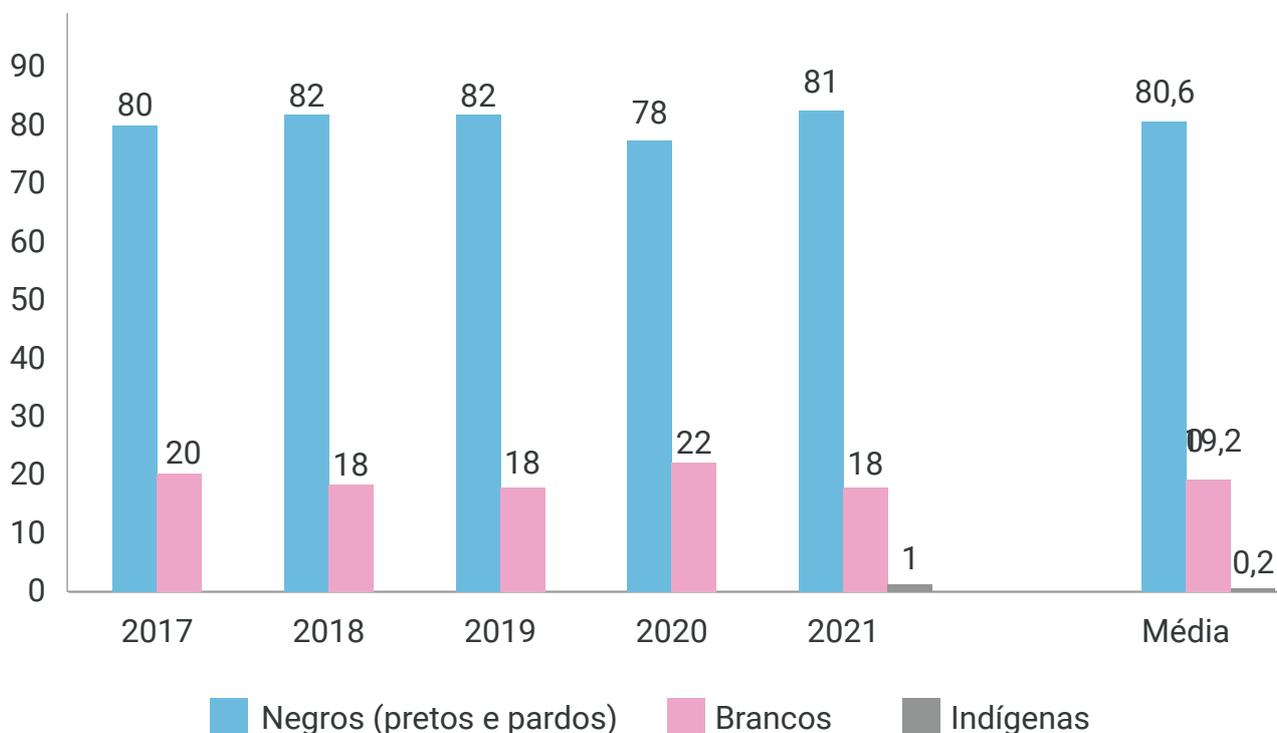


Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

As informações levantadas nos últimos cinco anos nos revelam que uma pessoa trans apresenta muito mais chances de ser assassinada do que uma pessoa LGB *cisgênera*. Porém, essas mortes acontecem com maior intensidade entre travestis e mulheres trans, principalmente contra negras, assim como são as negras as que têm a menor escolaridade, menor acesso ao mercado formal de trabalho e a políticas públicas. Travestis e transexuais negras são maioria na prostituição de rua. Proporcionalmente, são essas as que têm os maiores índices de violência e assassinatos.

Analisando os índices de assassinatos entre 2017 e 2021, a média de pessoas trans negras assassinadas é de 80,6%, enquanto para pessoas brancas, esse índice cai para 19,2% conforme tabela abaixo:

Gráfico: Perfil das vítimas por raça e etnia entre 2017 e 2021 (%)



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

D) Gênero

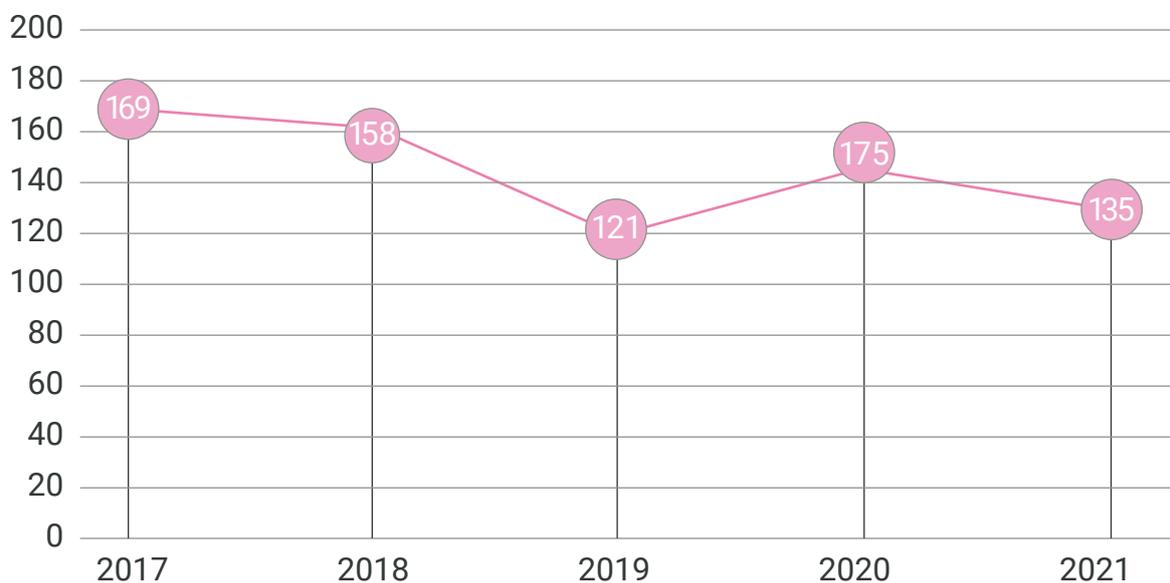
Como temos discutido até aqui e nos anos anteriores, os assassinatos contra pessoas trans não nos revelam uma única explicação/resposta. É preciso analisar o transfeminicídio e a violência que ele admite contra pessoas trans sob um olhar multifatorial, que entenda a complexidade do contexto em que essas pessoas estão ou são colocadas e os processos que enfrentam devido à sua condição enquanto pessoas não-cisgêneras.

Em 2021, das 140 vítimas de homicídios, 135 eram travestis/mulheres trans, **deixando nítido que a motivação, assim como a própria escolha da vítima tem relação direta com a identidade de gênero (feminina) expressa pelas vítimas, que representam 96% dos casos.**

Importante ressaltar que para pessoas cisgêneras, conforme exposto no Atlas da Violência, a maioria dos assassinados pertencem ao gênero masculino, enquanto pessoas trans, a maioria são do gênero feminino.

O número de vítimas do gênero feminino em 2017 foi de 169 assassinatos de travestis e mulheres trans, 158 casos em 2018, 121 assassinatos em 2019 e 175 em 2020.

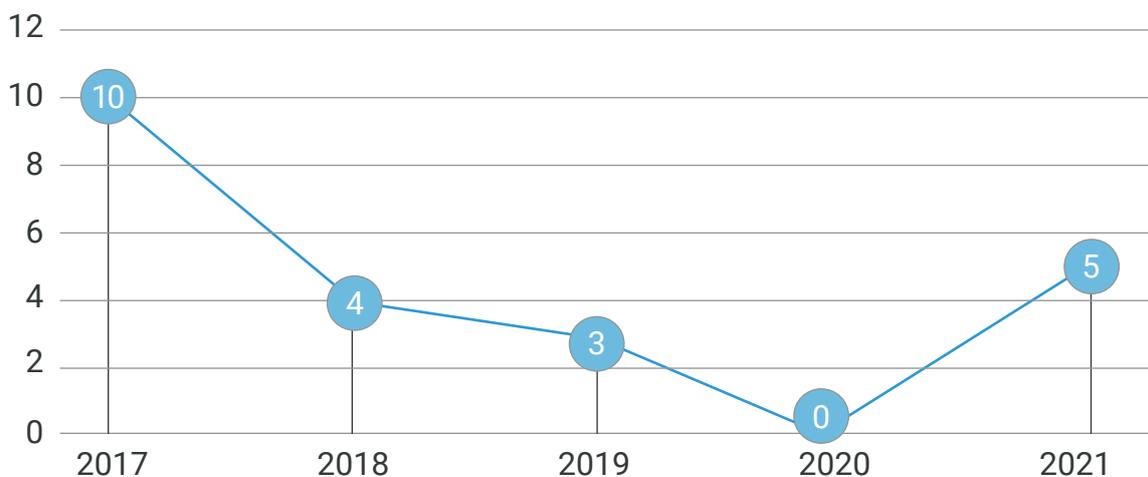
Gráfico: Assassinatos Travestis e mulheres trans (2017-2021)



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

Enquanto diminuíram em números absolutos os assassinatos de pessoas transfemininas, vimos aumentar para 5 o número de pessoas transmasculinas. E, a partir desse cenário, enquanto vemos a maior incidência de casos de assassinato contra travestis e mulheres trans nos últimos cinco anos, observamos abaixo a proporção de assassinatos de homens trans e pessoas transmasculinas no mesmo período.

Gráfico: Assassinatos Homens trans/Pessoas Transmasculinas (2017-2021)



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

Ao analisar a identidade de gênero das pessoas trans assassinadas nos últimos cinco anos percebemos uma quase total ausência de informações de homicídios contra pessoas não binárias. Tendo sido mapeado apenas um único caso, em 2017, onde foi efetivamente marcada a identidade Não-Binária na fonte da informação. Caso que é marcado pela brutalidade e violência, inclusive no decorrer do processo. **Em 2022 fazem quatro anos que perdemos Matheusa Passareli⁴⁰.**

Os 22 casos sobre assassinato de homens trans e pessoas transmasculinas entre 2017 e 2021 representam 2,8% da amostra total entre 2017 e 2021. E um dos casos mais emblemáticos foi o de **Thadeu Nascimento⁴¹**, executado a tiros dentro de casa, poucos meses depois do assassinato de **Dandara Ketlyn⁴²**, que virou símbolo de luta contra o assassinato de pessoas trans internacionalmente. Travestis e Mulheres trans somam 758 casos, 97% do total de casos nos últimos cinco anos contabilizados nessa pesquisa.

Acreditamos que uma parte considerável da população trans, especialmente homens trans e pessoas transmasculinas, além de pessoas Não-Binárias, quando morrem ou enfrentam processos de violência, muitas são identificados de forma equivocada, ignorando sua identidade de gênero, seja por não terem retificado sua documentação ou devido ao processo de genitalização das pessoas trans - especialmente aqueles em início de transição ou que mantêm marcas ou leitura social de um gênero atribuído no nascimento.

Há ainda aquelas pessoas que não vivenciam sua condição do espaço público ou não são reconhecidas publicamente enquanto trans, ou ainda aquelas que são obrigadas a permanecerem no armário por diversas questões. Assim, dificulta-se a identificação desses casos, proporcionando um cenário de subnotificação pelo não reconhecimento de suas identidades de gênero.

Casos envolvendo crimes contra pessoas trans, em geral travestis e mulheres trans, acabam enfrentando outros atravessamentos que vão impactar no recebimento das denúncias, na análise dos casos e dos elementos constantes e nos julgamentos - sejam elas vítimas ou não. Some-se a isso a certeza de impunidade ou de que a vítima, por ser um corpo marginalizado, ensejaria atenuantes diante de sua defesa da honra, exatamente como ocorre em casos de feminicídio – pela posição inferior identificada no gênero da vítima.

40. Matheusa Passareli. Disponível em: <https://ponte.org/matheusa-passareli-e-revolucao-e-amor-diz-amiga-de-estudante-executada-no-rio/>

41. Thadeu Nascimento. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/transsexual-e-encontrado-morto-apos-sumir-de-casa-em-salvador.ghtml>

42. Dandara Ketlyn. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/12/09/dandara-homenageada-em-fortaleza-com-1---rua-do-ceara-com-nome-de-travesti.html>

Crimes de ódio com motivações LGBTIfóbicas têm forte influência do patriarcado – e do machismo. Travestis e mulheres trans devem ser inseridas e estar protegidas por todas as políticas destinadas as demais mulheres, especialmente aquelas de proteção às vítimas de violências, sem nenhum tipo de hierarquia ou discriminação entre essas identidades e mulheres cisgenêras.

Nesse sentido, a agenda antigênero tem promovido retrocesso em diversos campos e políticas que vinham sendo pautadas pelo movimento de mulheres e LGBTI+, tendo sido responsável direta por um aumento da violência de gênero, dos casos de feminicídio e violência doméstica, assim como pelo aumento do assassinato de pessoas trans, mesmo em contexto de pandemia.

Isso aponta para a urgência e a necessidade de serem intensificadas ações de fortalecimento de políticas de gênero que asseguram proteção frente à violência relacionada às questões de gênero feminino, bem como o reconhecimento, a equiparação e o devido enquadramento do assassinato de travestis e mulheres transexuais na Lei do Feminicídio e Lei Maria da Penha.

Como demonstrado até aqui, podemos verificar que existe um perfil prioritário que tem sido vitimado pela violência transfóbica, que é a travesti ou mulher trans, negra, pobre, periférica, que é percebida dentro de uma estética travesti socialmente construída e, principalmente, profissionais do sexo que atuam na prostituição nas ruas.

E) Elementos Comuns

Os dados apresentados até aqui explicitam a necessidade de políticas públicas específicas, transversais e interseccionais, além de esforços envolvendo o poder público, pesquisadores e universidades, além de movimentos sociais organizados e representantes da sociedade civil, focadas na redução dos índices de assassinato contra pessoas trans, traçando um perfil sobre quem seriam estas pessoas que estão sendo assassinadas a partir dos marcadores de idade, classe e contexto social, raça, o gênero, os métodos utilizados, além de outros fatores que colocam essa população como o principal grupo vitimado pelas mortes violentas intencionais no Brasil.

Entre os elementos mais comuns nos casos levantados por esta pesquisa, que se acumulam e refletem os últimos anos de pesquisa são:

- A maior parte das vítimas é jovem, entre 13 e 29 anos;
- A maioria é negra, pobre e reivindica ou expressa o gênero feminino;
- Homens trans e pessoas transmasculinas são minoria em crimes de assassinatos/homicídio violentos;
- Entre as vítimas, a prostituição é a fonte de renda mais frequente;
- Estética e aparência não-normativas são fatores de alto risco;
- Uma pessoa trans que não fez a transição médica e não expressa sua inconformidade de gênero não confronta a sociedade cis, e não estará exposta as mesmas violências que as demais;
- Os crimes ocorrem principalmente nas ruas, principalmente em via pública, ruas desertas e à noite;
- Os casos acontecem com uso excessivo de violência e requintes de crueldade;
- Os suspeitos não costumam ter relação direta, social ou afetiva com a vítima;
- As práticas policiais e judiciais se caracterizam pela falta de rigor na investigação, identificação e prisão dos suspeitos;
- É constante a ausência, precariedade e a deficiência de dados, muitas vezes intencionalmente, usados para ocultar ou manipular a ideia de uma diminuição dos casos em determinada região;
- Nos poucos casos em que a acusação é conduzida, os crimes, geralmente, ficam impunes ou os assassinos são soltos, mesmo tendo confessado, em diversos casos;
- A importância e a gravidade desses crimes tendem a ser minimizados e explicados pela identidade de gênero, atribuindo-lhes responsabilidade por suas próprias mortes;
- Há casos dados como "*morte por causas naturais*", o que prejudica a implementação de um inquérito adequado para buscar as verdadeiras causas da morte, destacando, em particular, a falta de inquérito sobre as ações e envolvimento de forças policiais.
- Não há respeito à identidade de gênero das vítimas que se encontravam em vulnerabilidade na condução dos casos e elas são registradas como indivíduos do sexo masculino, o que aumenta a subnotificação e dificulta a identificação dos casos para fins de pesquisa;
- Os casos criminais são afetados pelos estigmas e preconceitos negativos que pesam sobre as travestis e as mulheres trans;
- Cenário de políticas institucionais antitrans favorecem o assassinato;
- Associação de grupos fundamentalistas religiosos e de gênero incentivam o ódio através de narrativas que impõem medo e estigma sobre pessoas trans;

- O descrédito de suas vozes os coloca em posições desfavoráveis como testemunhas e vítimas e, por sua vez, promove seus agressores.
- É comum a palavra dos assassinos ser utilizada para obstruir, ou enfraquecer o indiciamento ou julgamento por se apresentarem como “senhores de bem”;
- Travestis e mulheres trans são frequentemente recebidas mais como suspeitas do que como queixosas ou testemunhas. Isso as desencoraja de recorrer à Justiça ou às forças policiais, particularmente no caso de pessoas envolvidas em prostituição. Nos casos em que os autores fazem parte da força policial, isso também coloca em risco a vida daqueles que tentam solucionar o crime (Gilardi, comunicação pessoal, abril de 2016);
- A impunidade favorece o assassinato.

3. Assassinatos de defensores/as de direitos humanos trans

A partir de 2020, resolvemos agregar informações e um olhar específico sobre o assassinato de travestis, mulheres e homens trans e demais pessoas trans, defensoras e defensores de direitos humanos, que atuam na agenda política de reconhecimento e defesa dessa população. Especialmente quando o Brasil é apontado como um dos mais perigosos do mundo para ativistas⁴³.

A ONG Global Witness apontou que, em 2019, foram assassinados pelo menos 24 defensores do meio ambiente no Brasil, dentre eles 10 indígenas, colocando-nos no ranking como o 4º país mais violento do mundo para defensores e defensora de direitos humanos. **Tivemos ainda, quatro assassinatos de pessoas trans identificadas como DDHs em 2019.**

Em 2021, foram identificados cinco (5) casos de assassinatos de defensoras de direitos humanos, dentre as pessoas trans assassinadas esse ano, sendo 4 travestis e mulheres trans e 1 pessoa transmasculina, no exercício de suas lutas contra a injustiça, desigualdades e violações de direitos humanos. Todas eram pessoas negras. Em 2020 esse número foi de três casos e 2019, 4 casos.

Gráfico: Assassinatos pessoas trans DDH (2019-2021)



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

43. O Brasil é dos país mais perigosos para ativistas, diz Anistia Internacional. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/12/geral/600023-brasil-e-um-dos-paises-mais-perigosos-para-ativistas-diz-anistia-internacional.html

Esse número representa uma grande perda em nossos quadros, especialmente quando consideramos que vivemos o ano com a pandemia e seus impactos na população trans: dificuldade de acesso a políticas públicas, inexistência de políticas específicas para a contenção da pandemia quanto às pessoas trans, aumento da violência, etc. Os assassinatos de defensoras de direitos humanos trans cria uma grave lacuna em nossas trincheiras, sobrecarregando ainda mais aquelas que seguem organizadas, demandando a urgência de mais participação política de pessoas trans e engajamento de pessoas e grupos aliados nos movimentos de luta pelos direitos da população de travestis, mulheres e homens trans, transmasculinos e demais pessoas trans.

Os assassinatos de militantes e ativistas LGBTI+, sobretudo de travestis e mulheres transexuais, é uma realidade que ainda precisa ser revelada com mais investigações e coleta de dados específicos.

Para uma pessoa trans, que já enfrenta diversos desafios no transcurso do dia a dia, vivendo no país que mais assassina pessoas trans do mundo e que, nesse ano, apresentou aumento nos índices de violência, admitir o papel de desempenhar a luta pelo direitos humanos representa um aumento do risco e das chances de ser assassinada/o - principalmente em um país onde ativistas, coletivos, instituições e entidades de defensoras e defensores de direitos humanos não são devidamente protegidas, como é o caso do Brasil⁴⁴.

Observamos a existência de uma organização *c sistemática* que estrutura e organiza a violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil, no sentido de silenciar, calar denúncias, interromper processos de resistência e de organização de frentes de reação contra o cenário político contra direitos humanos e de retrocessos em políticas públicas. (BENEVIDES e LARRAT, 2021)

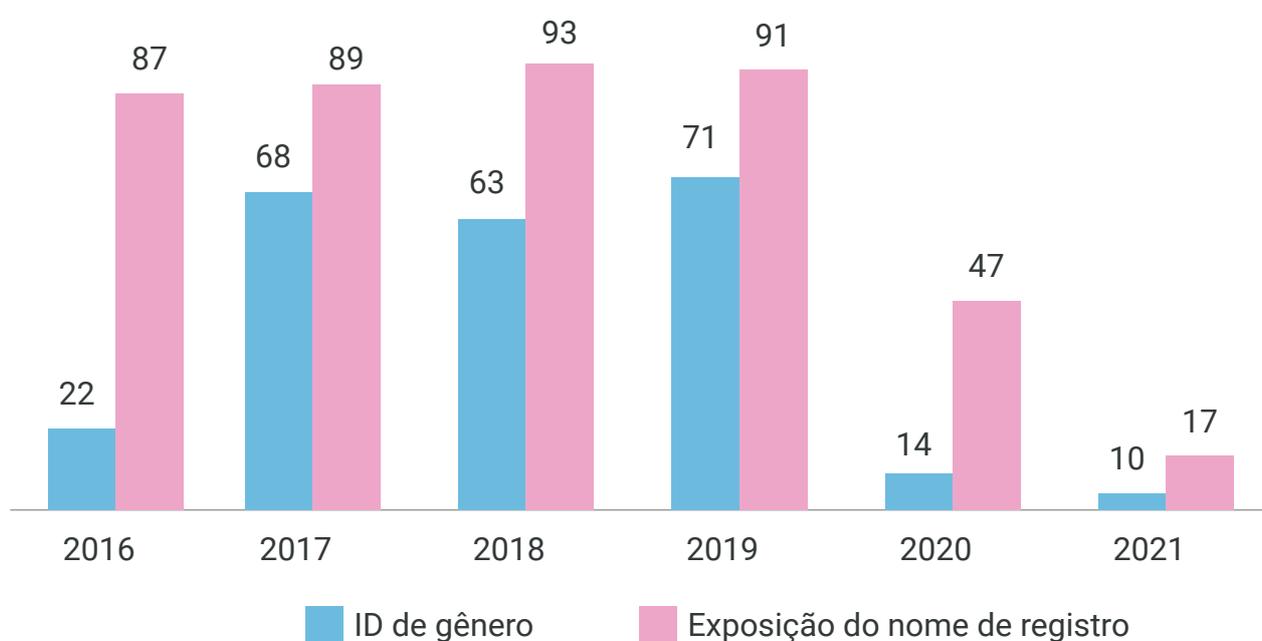
44. Defensores de direitos humanos não são devidamente protegidos no Brasil. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/12/em-risco-defensoras-e-defensores-de-direitos-humanos-no-brasil-nao-sao-adequadamente-protegidos-pelo-estado-aponta-dossie/#:~:text=Indiv%C3%ADduos%2C%20comunidades%20ou%20coletivos%20que,protegidos%20adequadamente%20pelo%20Esta>

4. Identidade de gênero das vítimas na mídia

Neste ano, **10% dos casos notificados não respeitaram a identidade de gênero das vítimas e 17% dos casos expuseram seu nome de registro - muitos deles sem sequer mencionar o nome social.** Assim, pudemos observar uma nova queda na forma desrespeitosa com que a mídia tratava e passou a tratar as pessoas trans de forma geral, e que, diante da insistência de nosso trabalho em constante diálogo com jornalistas e meios de comunicação, percebemos uma melhora no tratamento que a mídia tem dado às vítimas - especialmente quando comparado aos anos anteriores.

Porém, ainda são recorrentes os casos em que não é respeitada a identidade de gênero das vítimas, assim como seu nome social. Além disso, 21% dos casos não trouxeram qualquer informação sobre a identificação das vítimas, correspondendo a 29 casos dos 140 considerados nessa pesquisa. **Observamos ainda que houveram 10 casos onde não foi respeitada a identidade de gênero das vítimas.**

Gráfico: Respeito à identidade de gênero e exposição do nome de registro (%)



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

É importante destacar ainda que há notícias de assassinatos trans reportados pela mídia que podem apresentar distorções sobre as identidades das pessoas que foram mortas. Muitas reportagens não trazem exatamente a autoidentificação das vítimas como mulheres transexuais ou travestis. Há um processo de marcação por designação *post mortem* pela forma com que a identidade da vítima também era constituída e reconhecida socialmente. No caso de pessoas não-binárias, esse marcador se torna ainda mais desafiador, devido à invisibilidade dessa população ou à falta de conhecimento/interesse sobre a diversidade de gênero.

Destacamos que, nas notícias da mídia, vemos uma prevalência nos dados dos assassinatos de pessoas identificadas como sendo travestis, que aparece em 61,5% dos casos. Das 135 vítimas transfemininas, 52 foram identificadas como sendo mulheres trans e 83 como sendo travestis. Lembrando que as identidades foram atribuídas por quem escreveu a matéria e em muitos casos obteve informações no local no crime, diretamente relacionadas a marcadores como o território onde ocorreu o assassinato, contexto e classe social, raça e ocupação. Apesar da importância desses marcadores para a identificação dos casos, a mídia tem uma tendência de classificar as identidades a partir de tais elementos, muitas vezes de forma equivocada, racista, classista e estereotipada.

Esse cenário contribui para o processo de acirramento da marginalização da imagem da travesti. Ao mesmo tempo, a mídia faz a opção de uso da identidade mulher transexual para se referir, normalmente, a um perfil socialmente aceito daquelas que não atuavam na prostituição, que eram brancas e apresentavam um alto grau de *leitura social cisgênera*⁴⁵.

Informações sobre violência na mídia e redes sociais

Permanece alto o número de notícias onde o mecanismo de pesquisa contendo a palavra “travesti” e/ou “mulher trans” estejam ligados à violência. Em nosso último levantamento, constatamos que uma média de 8 em cada 10 matérias na aba notícias do *Google* com a palavra *travesti* continham informações sobre assassinatos, violações de direitos humanos, criminalidade e negativas de acesso a espaços públicos femininos como as mais recorrentes. Quando buscamos “Mulher trans/transexual” os resultados são muito similares.

45. A expressão *Leitura Social Cisgênera* é utilizada nesta pesquisa para se referir aquelas pessoas que devido a sua expressão de gênero, aliada a atributos físicos e outros elementos, são entendidas como se fossem pessoas cisgêneras. Expressão popularmente conhecida como *passabilidade*.

Um estudo denominado “Universo Trans”, realizado pela Zygon, empresa especializada em marketing digital, indica que 88,6% das menções a pessoas trans no Twitter são sobre transfobia⁴⁶. Segundo a revista Exame, a iniciativa inédita traz recortes sociais e comportamentais a partir de interações na rede social. Entre os temas mais abordados, estão relatos de violência e preconceito contra a população transgênera. Quando o assunto é “transfobia”, 56% dos tweets tratam de assassinatos de pessoas trans, 22% relatam abusos, 13% abordam casos de agressões e 8% de abandono. Durante cinco meses, a Zygon coletou 164,93 mil tweets e 5,5 milhões de interações sobre pessoas trans na rede social. A transfobia é o principal marcador, seguido de questões sobre identidade.

A retórica antitrans vem ganhando demasiado espaço na mídia como acontece no Reino Unido⁴⁷ e EUA, com forte influência de grupos de um pseudo feminismo “radical” e grupos antigênero. Há tempos temos alertado para a política antitrans e as alianças contra os direitos das pessoas trans que envolve fundamentalistas religiosos, grupos de ódio anti-LGBTI+, RADFEM/TERF, base bolsonarista e a mídia segue disseminando esses e outros absurdos de forma totalmente acrítica. É preciso denunciar os problemas e o impacto dessa mensagem na vida das pessoas trans, sobretudo as mais jovens.

Ao final deste dossiê há um artigo, feito por jornalistas convidadas, que aprofunda o olhar sobre a forma com que a mídia contribui para a construção do imaginário social sobre pessoas trans.

46. 88,6% das menções no Twitter sobre pessoas trans são sobre transfóbica. Disponível em: <https://gay.blog.br/noticias/88-das-mencoes-no-twitter-a-pessoas-trans-sao-sobre-transfobia-revela-pesquisa/>

47. É difícil combater a transfobia quando é a BBC que a dissemina. Disponível em inglês em: <https://inews.co.uk/opinion/comment/bbc-transgender-159649/amp>

5. Tipos de assassinatos

A partir das informações contidas nas fontes, neste capítulo analisamos informações sobre como os crimes foram cometidos, quais ferramentas utilizadas, os métodos com os quais os suspeitos supostamente teriam manuseado essas ferramentas e os métodos durante o assassinato. As informações sobre os locais, não podem ser desconsideradas, pois situam onde ocorreram os crimes e suas condições.

A) Ferramentas empregadas e métodos utilizados

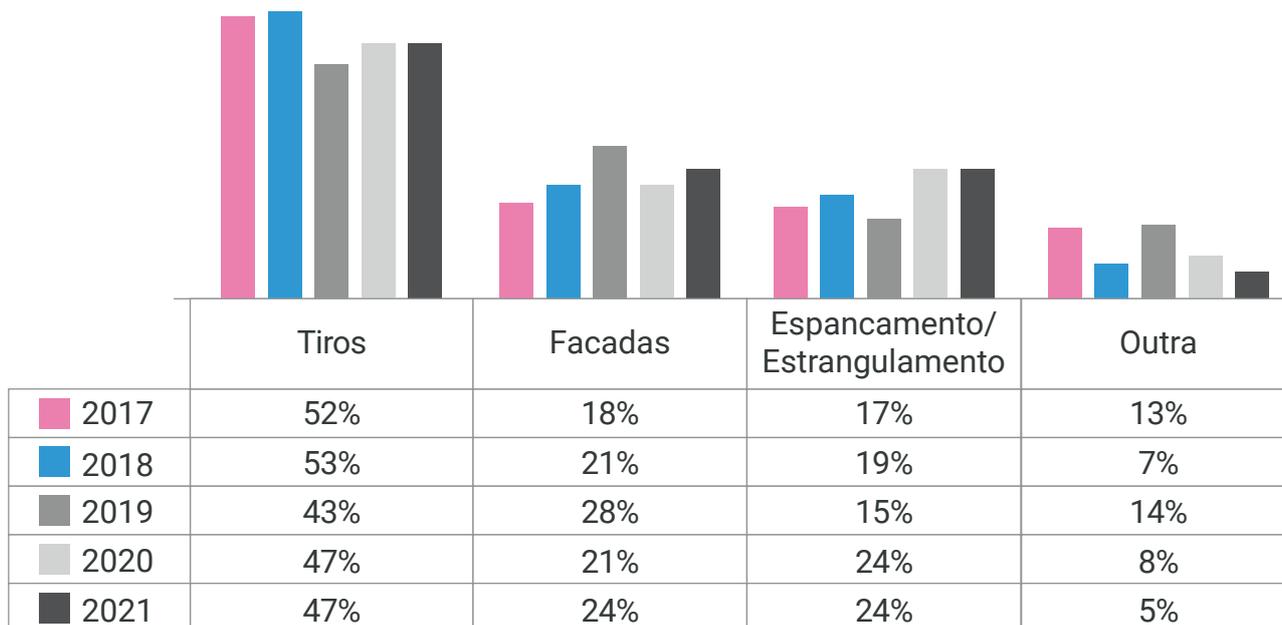
Dentre os assassinatos notificados em 2021, em 17 notícias não se informou sobre o tipo de ferramenta/meio utilizado para cometer o assassinato e 3 não foram devidamente esclarecidos, necessitando de mais detalhes investigativos para uma definição. Dos 120 casos restantes, 47% foram cometidos por armas de fogo; 24% por arma branca; 24% por espancamento, apedrejamento, asfixia e/ou estrangulamento; e 5% de outros meios, como pauladas, degolamento e ateamento de fogo.

Há, ainda, 14 casos em que houve a associação entre assassinato e sequestro/rapto e/ou desaparecimento da vítima, com posterior confirmação da morte em pelo menos nove casos. E pelos 5 em que a vítima havia sofrido tentativa anterior e havia sobrevivido.

No Brasil, a flexibilização do acesso e da legislação sobre armas ajuda a disseminar a violência, Cerqueira (2014) mostrou evidências de que, a cada 1% a mais de armas de fogo em circulação, há um aumento de 2% na taxa de homicídio. A segurança pública é uma pauta da agenda trans e os órgãos e agentes de segurança pública precisam estar atentos a isso.

Houve, ainda, 25 casos de execução direta com número elevado de tiros ou a queima roupa, enquanto, em 2019 e 2020, haviam sido 9 e 29 execuções respectivamente.

Gráfico: Ferramentas empregadas e métodos utilizados (%)



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

11% dos assassinatos, ou 13 casos, apresentaram associação com outros métodos cruzados durante o homicídio, como tiros, afogamento, tortura, etc.

Crimes de ódio

Os crimes motivados por ódio normalmente seguem uma intensidade de repetições de métodos, golpes e artefatos utilizados na morte e acontecem de acordo com o meio em que a vítima se encontra no ato do assassinato. Seja via pública, de difícil acesso e/ou local privado, há uma diferença entre os métodos utilizados pelos assassinos.

A quantidade de algozes também varia de acordo com essa condição. Se a vítima estiver em um ambiente mais ermo, escuro e com pouca circulação, no motel ou mesmo dentro de casa, havendo a chance de vandalizar o corpo, o assassino assim o fará. Mortes em áreas mais movimentadas, em geral, acontecem de forma mais rápida. (Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018).

Quadro com os mais recorrentes tipos de métodos utilizados no assassinato em 2021

Tipo de Ferramentas/Métodos	
Apedrejamento	Facadas + Espancamento
Apedrejamento e golpes de martelo	Facadas + Mão arrancadas
Atropelamento Intencional	Golpeada com um móvel de madeira
Corpo incendiado	Golpes de facão
Espancamento	Homicídio Doloso + Omissão de socorro
Espancamento + Facadas	Objeto cortante
Espancamento + Pauladas + Facada	Pauladas
Espancamento a pedradas	Pauladas
Estrangulamento	Tiros (cabeça e seios) + orelha decepada
Estrangulamento + Espancamento (Rosto e Cabeça com sinais de violência)	Tiros (Execução) + Espancamento
Facadas (mais de 20)	Tiros + facadas
Apedrejamento	Facadas + Espancamento

Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

Note-se que pelo menos 72% dos casos os assassinatos foram apresentados com requintes de crueldade, como o uso excessivo de violência e a associação com mais de um método e outras formas brutais de violência. Isso denota um elemento facilmente identificado em crimes de ódio nos casos e denuncia a transfobia presente neste tipo de crime. Vimos notícias de corpos gravemente mutilados, tendo seus corpos incendiados, esquartejados e repetidamente golpeados.

Queimar travestis vivas tem sido uma forma de assassinar pessoas trans desde sempre e vem sendo evidenciando em nossas pesquisas anuais. Durante 2021 observamos uma maior atenção a esse tipo de crime que teve pelo menos 4 casos em que as vítimas tiveram fogo atado aos seus corpos enquanto ainda estavam vivas.

Golpes aplicados na cabeça/rosto, seios e genital

Percebemos, também, que existe uma tendência onde os golpes, socos, facadas e/ou tiros atinjam preferencialmente partes específicas do corpo como rosto/cabeça, seios e genital em **54% dos casos**. Muitas vezes de forma repetida e associada, de modo a humilhar e marcar o ódio à identidade de gênero das vítimas.

B) Local dos assassinatos

Em 2021, 11 fontes não informaram dados sobre onde os crimes ocorreram. Dentre os dados que trouxeram informações sobre o local do ocorrido, 129 fontes, foi constatado que, 77,5% dos assassinatos, (100 casos) aconteceram em espaços públicos (em 2020 havia sido 71%) e 21% em locais privados (28 casos), sendo 22 deles na residência da vítima. Tendo sido identificado ainda que: 2 casos ocorreram em territórios de favelas e 1 dentro de uma unidade prisional; e que 1 das vítimas era uma pessoa indígena e pelo menos 3 vítimas se encontravam em situação de rua.

Tabela sobre local do ocorrido/onde foram encontrados os corpos

PRIVADOS (28)			
Residência da vítima	22	Trailer de Circo	1
Motel	2	Clínica Médica	1
Bar	1	Dentro de uma Capela	1
PÚBLICOS (100)			
Via pública	71	Território de Favelas	2
Corpo encontrado/Terreno Baldio	17	Praia	1
Corpo encontrado – Rio/Lagoa	8	Terminal Rodoviário	1
OUTROS (12)			
Unidade Prisional	1	Sem informações de local	11

Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

Territórios de favelas

Há ainda muita dificuldade em realizar o monitoramento dos casos de violência contra pessoas trans que residem em territórios de favelas, sejam aqueles abandonados pelo estado, os dominados pelo narcotráfico ou pela milícia composta por policiais (civis e militares, da reserva e da ativa), que muitas vezes são os maiores produtores e reprodutores de violência transfóbica. No final de 2021, foi criado o Observatório da Violência contra pessoas LGBTQIA+⁴⁸ em favelas e conta com a organização e apoio do Grupo Conexão G de Favelas, que vem realizando, a ação visa dar visibilidade aos crimes cometidos dentro de espaços marginalizados e ocupados por organizações criminosas.

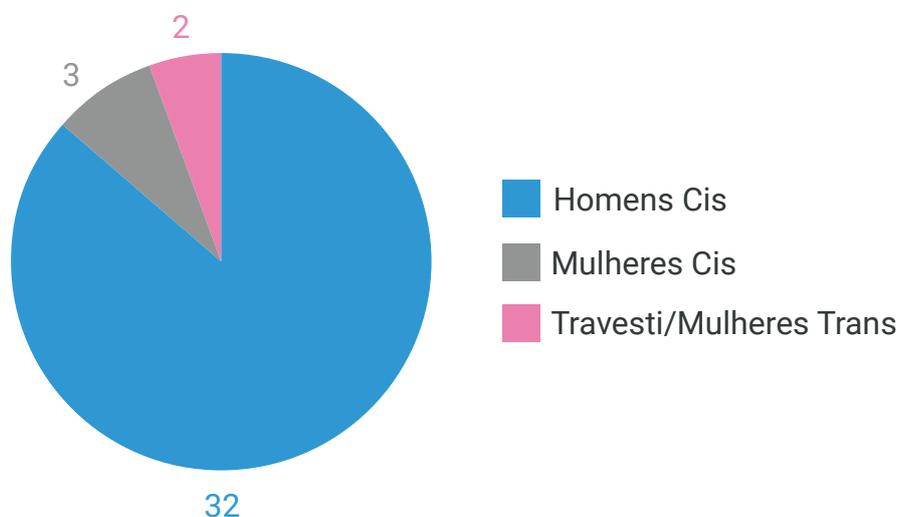
48. Monitoramento e acompanhamento de assassinatos de pessoas LGBTQIA+ em favelas. Disponível em: <https://mareonline.com.br/os-assassinatos-de-pessoas-lgbtqia-na-mare/>

6. Perfil dos suspeitos

Em 2021, não foi possível traçar um perfil aprofundado sobre os suspeitos/assassinos devido à dificuldade de informações sobre eles nas matérias, ainda que haja a reprodução e a publicação de fotos, dos nomes de registro das vítimas e sem respeito às suas identidades de gênero ou menção do nome social. Os suspeitos, em geral, têm suas identidades preservadas pela mídia.

Apesar de haver poucos dados sobre a identidade dos suspeitos, das 140 fontes encontramos **apenas 37 notícias em que os suspeitos foram identificados ou presos**. Sendo que pelo menos 32 eram homens, 3 mulheres cis e 2 mulheres trans/travestis. Chamou atenção ainda a quantidade de menores de idade que participaram dos crimes onde os suspeitos foram identificados ou presos pela polícia. E houveram ainda casos onde em 1 caso o suspeito foi o irmão da vítima e outro o pai.

Gráfico: Identidade dos suspeitos



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

Dos casos encontrados, identificamos ainda que 27% dos suspeitos eram de pessoas conhecidas ou que mantinham algum relacionamento com as vítimas. Chamam a atenção narrativas que atribuem, de forma equivocada e sem nenhum embasamento, o assassinato de pessoas trans à comunidade LGBTI+, ignorando que **73% dos suspeitos identificados não tinham relação direta, não conheciam ou tiveram qualquer contato anterior com a**

vítima - o que dificulta inclusive sua identificação, reconhecimento e prisão, exceto quando, em raros casos, são clientes conhecidos das prostitutas e são facilmente identificados.

A tentativa de associação do desejo e o controle patriarcal da sexualidade têm sido usados de forma recorrente nos casos de assassinatos de travestis e mulheres trans como tentativa de imputar estigmas negativos à vítima e justificar o ódio pós gozo da morte pelos algozes, como se isso fosse justificável. É comum a palavra dos assassinos ser utilizada para obstruir, ou enfraquecer o indiciamento ou julgamento por se apresentarem como “*senhores de bem*”. (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2021)

Em declarações recorrentes, quase ensaiadas e repetidas pelos algozes, muitos suspeitos conseguem narrar os crimes com riqueza de detalhes e sem demonstrar qualquer tipo de arrependimento. Afirmam terem agido em uma suposta legítima defesa, alegando tentativas de roubo ou extorsão, desentendimentos pela falta de pagamento ou a reação da vítima frente à tentativa de não pagamento do programa pelo suspeito. Essas justificativas têm sido usadas – e aceitas por policiais e pelo sistema de justiça, como justificativa para o assassinato daquela vida abjeta que ele utilizava em programas sexuais.

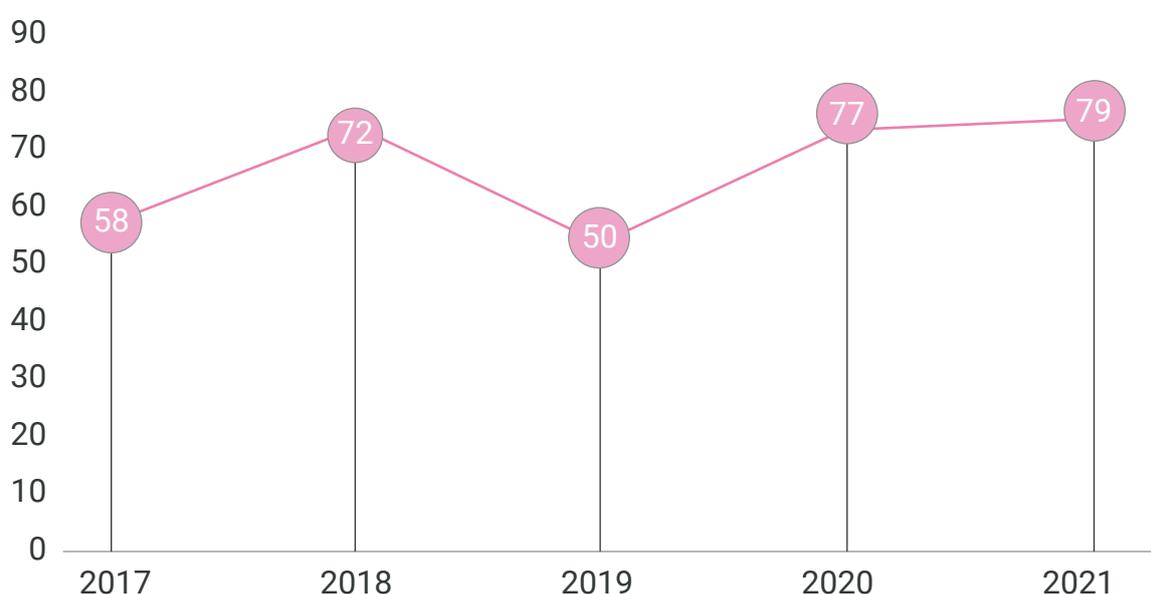
A sensação de impunidade é muito grande e isso, nitidamente, estimula o cometimento de novos crimes. É comum buscarmos notícias sobre casos de assassinatos de pessoas trans e encontrarmos informações de que foram soltos “*por não oferecerem risco à sociedade*”, afinal, matou uma travesti; ou, ainda, absolvidos pela falta de elementos suficientes nos autos – mesmo em casos de réus confessos.

Consideramos inaceitável buscar razoabilidade do assassino ou imputar culpa à vítima, sob qualquer justificativa. É inaceitável a narrativa que coloca uma suposta “defesa da honra” (masculinidade) como justificativa para o assassinato. A desesperada luta pela manutenção do poderio patriarcal tem causado graves problemas à humanidade, provocando cada vez mais vítimas.

7. Tentativas de assassinatos

Em 2021, foram registradas 79 tentativas de homicídio mapeadas por essa pesquisa utilizando a mesma metodologia dos assassinatos. E no mesmo sentido, observamos que o perfil das vítimas, em sua grande maioria, não difere daqueles que já foi identificado entre as vítimas de assassinatos. Em 2020 foram 77 tentativas, 50 em 2019, 72 em 2018 e 58 em 2017.

Gráfico – Tentativas de Homicídio – 2021



Fonte 2017-2020: ObservatorioTrans / 2021: ANTRA
Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

Reconhecemos as limitações de mapear esse tipo de informação, especialmente pela dificuldade de acessar as vítimas para aprofundar informações sobre o caso, prestar assistência, apoio jurídico e psicológico, ou ainda prestar atendimento continuado, assim como contribuir para que sejam construídas ações de prevenção e que garantam a vida dessas pessoas que sobreviveram. Expor essa realidade é importante para que sirva de base de confronto em espaços que discutem as violações de direitos humanos da nossa comunidade.

É urgente que possamos construir uma forma mais efetiva de acompanhar esses casos a fim de que, havendo a possibilidade de acolher as vítimas, possamos compreender melhor as situações em torno da violência que culminou na tentativa do assassinato, identificar elementos comuns e até mesmo conhecer a dinâmica usada pelos suspeitos, assim como qualificar esses casos a partir de marcadores de crimes de ódio ou de elementos que revelem a transfobia presente nos mesmos.

Destaca-se que **94% das vítimas eram profissionais do sexo**, em um cenário onde grande parte dos territórios de prostituição são controlados/gerenciados por agentes do estado. Sendo milicianos (policiais civis/militares, da ativa ou da reserva) que controlam diretamente ou aqueles que recebem propina por parte de outras pessoas que exploram a prostituição.

Poucas fontes trazem informações sobre raça, mas quando observarmos os perfis das vítimas que tem sido postadas nas redes sociais, facilmente identificamos o perfil racial das travestis e mulheres trans que tem sido vítimas de tentativas de homicídio, em sua maioria negras (pretas e pardas).

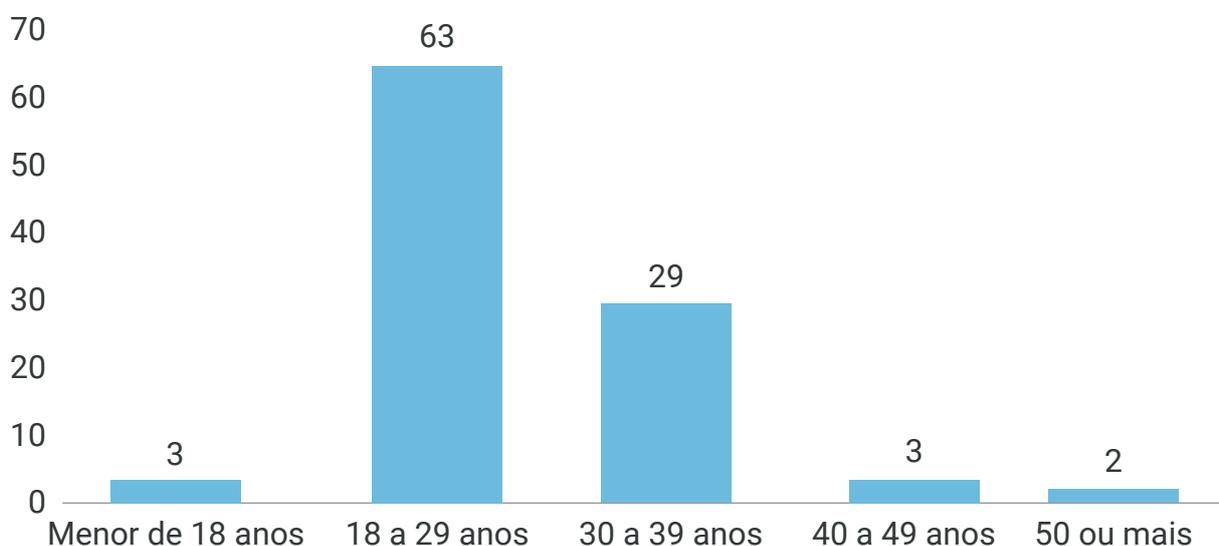
A) Gênero

Em relação ao gênero das vítimas manteve-se em 100% dos casos o índice dessas tentativas contra travestis e mulheres trans. Esse resultado chama atenção para a violência de gênero que corrobora com os dados de assassinato, assim como as tentativas de homicídio e as violação de direitos humanos de pessoas trans no país, onde a maior das vítimas são pessoas *transfemininas*.

B) Idade

Em relação à idade das vítimas, 3% foram contra menores de idade, 63% dos casos entre 18 a 29 anos de idade; 29% entre 30 a 39 anos; 3% entre 40 e 49 anos; e 2% contra pessoas acima de 50 anos. Foram consideradas somente as reportagens que traziam a idade da vítima no conteúdo da matéria. Além disso, os dados refletem a idade média das pessoas que sofreram uma tentativa de homicídio.

Gráfico - Idade das vítimas (%)



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022

8. Dados internacionais

O estigma e a discriminação contra pessoas trans são reais e profundos em todo o mundo e fazem parte de um círculo estrutural e contínuo de opressão que nos mantém afastados de nossos direitos básicos. Pessoas trans, em todas as partes do mundo, são vítimas de uma terrível violência de ódio, incluindo humilhações, agressões físicas e sexuais e assassinatos. Na maioria dos países, os dados sobre a violência contra pessoas trans não são produzidos sistematicamente pelos Estados, sendo, desta forma, impossível certificar o número exato de casos.

A) O pior país para ser LGBTQIA+ do mundo

Nos chamou atenção a mais recente atualização da Associação Internacional De Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais (ILGA) que colocou o Brasil como o 2º país mais avançado em conquistas de direitos pró-LGTQIA+⁴⁹, mesmo apontando os altos índices de violência⁵⁰ contra a nossa comunidade. O que a nosso ver é altamente contraditório e de certa forma demonstra um distanciamento sobre a realidade em que a maior parte da população LGBTQIA+ vive atualmente, já que todas as conquistas alcançadas no judiciário denunciam o quanto a LGBTIfobia segue presente e faz parte da própria estrutura do estado.

Conquistas essas que foram obtidas como resultado da luta dos movimentos sociais organizados e diversas mobilizações em torno do avanço que temos alcançado. Mas um ponto importante de ser elucidado é de que “o Brasil não é um dos mais avançados na conquista de direitos LGBTQIA+”, mas o **estado brasileiro foi CONDENADO reiteradas vezes por sua corte suprema ou pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em ações em favor dessas pessoas**”, que vem tomando decisões em favor inclusive da população trans através do julgamento de ações de repercussão geral onde, dentre outras questões, reconheceu as violações e violências a que estamos sendo reiteradas vezes submetidas, e garantiu - como forma de reparação pela ausência de uma lei de identidade de gênero - o direito a autode-

49. Estudo publicado pela ILGA em sua atualização publicada em DEZ/2020. Disponível em: https://ilga.org/downloads/ILGA_Mundo_Homofobia_de_Estado_Actualizacion_Panorama_global_Legislacion_diciembre_2020.pdf

50. Informe ILGA: A diversidade sexual no mundo segue sob ameaça. Disponível em: https://ilga.org/downloads/Nuestras_Identidades_Bajo_Arresto_2021.pdf

claração de gênero das pessoas trans como um direito fundamental, o direito a retificação registral sem necessidade de comprovação e/ou laudos médicos feita pela via administrativa por autodeclaração, assim como a omissão do estado frente a proteção da nossa comunidade no julgamento que criminalizou a LGBTIfobia, CONDENANDO o estado a adequar a sua forma de trata a população.

No entanto, ainda não contamos com qualquer lei aprovada pelo legislativo, que não apenas se mantém omisso como tem se mostrado altamente transfóbico da proposição de projetos que criminalização a existência de pessoas trans e institucionalizam a transfobia e o racismo de gênero. E na nossa avaliação, a efetivação e garantia do acesso aos direitos conquistados tem sido um grande desafio sobretudo pós eleição da atual ideologia que domina o país, que tem enfraquecido e esvaziado as conquistas, e dificultado sua efetivação.

Existe uma lacuna gigantesca entre as decisões que vem dando ganho a população trans e as garantias fundamentais desses direitos. A ausência de dados sobre violência LGBTIfóbica pelo estado, dificuldade de inclusão de questões LGBTQIA+ no censo demográfico, o apagão de informações de fontes como o SINAN e o DISQUE 100 na era Bolsonaro/Dameres, a política externa altamente transfóbica e *cissexista* do Itamaraty e do próprio Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos, as tentativas de aparelhamento do STF com ministros subservientes ao fascismo e autoritarismo do governo federal, as violências e violações de direitos humanos de nossa população, a falta de ações do estado para a garantia de direitos, entre outras questões já apontadas nesta e nas edições anteriores, trazem elementos suficientes que nos levam a crer que o Brasil que conhecemos está longe de ser aquele mencionado de forma acrítica pela ILGA em seu informe. É preciso ser revisto, sobre o risco de estarmos corroborando com as falácias que o Estado Brasileiro tem realizado frente a comunidade internacional ao usar essas mesmas informações em seu favor, enquanto denunciemos a situação calamitosa e assustadora que vivenciamos cotidianamente em um dos piores países para ser LGBTQIA+ do mundo.

B) 2021: o Brasil novamente na liderança dos assassinatos contra pessoas trans no mundo

A cada 10 assassinatos de pessoas trans no mundo, quatro ocorreram no Brasil. Por ocasião do dia internacional da memória trans, no dia 20 de novembro de 2021, a equipe do TvT– Transrespect *versus Transphobia World Wilde* publicou os resultados do Observatório de pessoas trans assassinadas no mundo⁵¹.

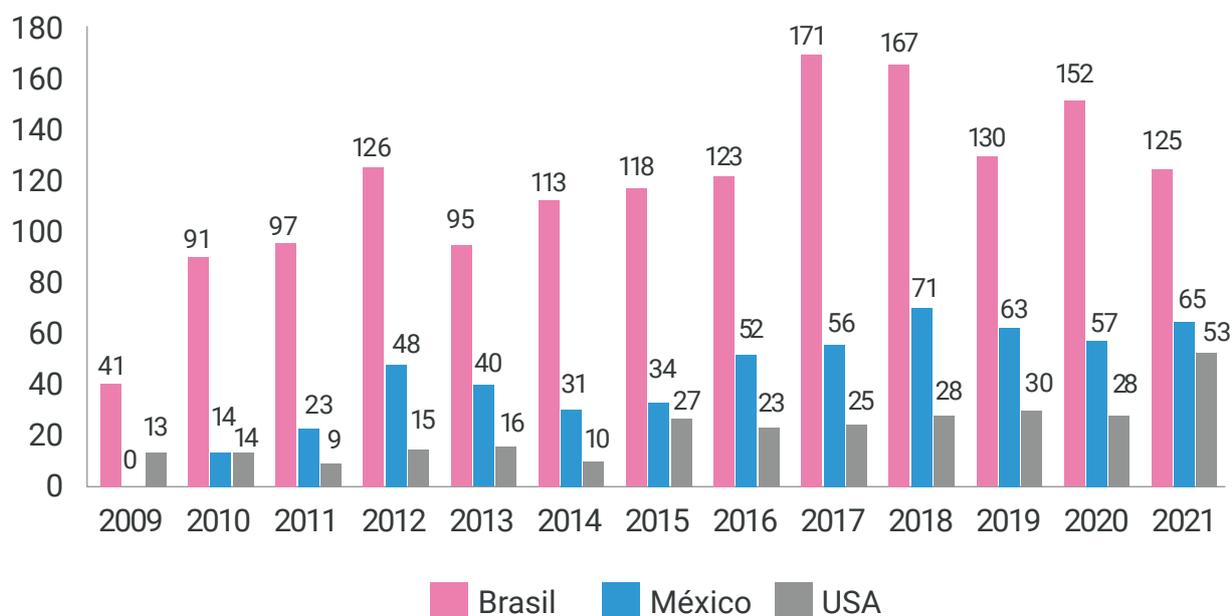
51. Dados TGEU/2021 – TMM. Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>

O projeto de pesquisa Trans Murder Monitoring (TMM) monitora, coleta e analisa sistematicamente os relatórios de homicídios de pessoas trans e com diversidade de gênero em todo o mundo⁵². Desde o início do levantamento, o Brasil tem sido o país que mais reporta assassinatos de pessoas trans no mundo.

Do total de 4.042 assassinatos catalogados pela TGEU, 1.549 foram no Brasil. Ou seja, sozinho, o país acumula 38,2% de todas as mortes de pessoas trans do mundo.

A atualização de 2021⁵³ revelou ainda o total de 375 casos reportados de pessoas trans em 74 países em todo o mundo, entre 1 de outubro de 2020 e 30 de setembro de 2021⁵⁴. O **Brasil permanece como o país que mais assassinou pessoas trans do mundo neste período**, com 125 mortes, seguido do México (65) e Estados Unidos (53).

Gráfico: Levantamento Assassinatos TGEU



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

Os números do gráfico acima apresentam dados do Brasil, México e Estados Unidos, entre 1 de janeiro de 2008 e 30 de setembro de 2021 - respectivamente, os três países com mais casos reportados no mundo.

52. As atualizações dos resultados estão publicadas no site da TvT. Disponível em: <http://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring/tmm-resources>

53. Atualização TGEU 2021. Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>

54. O período de análise dos dados para TGEU não segue o calendário anual de 1JAN a 31DEZ de cada ano. Os dados levantados levam em consideração o período do ano de forma com que os dados sejam lançados pelo Dia da Memória Trans – 20NOV. Normalmente compreendido entre 10OUT e 30SET do ano anterior ao ano corrente da publicação.

A análise da TvT mostra que 96% dos assassinados em todo o mundo eram mulheres trans ou pessoas transfemininas. Reforçando as pesquisas brasileiras, onde esse ano a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) tem demonstrado que a violência de gênero aparece como um dos principais fatores no assassinato de pessoas trans. Além disso, pessoas racializadas representavam 89% das pessoas trans assassinadas nos Estados Unidos durante o período que pesquisaram. A média de idade das vítimas é 30 anos, sendo a vítima mais jovem 13 anos (vitimada no Brasil).

C) Brasil X Estados Unidos

Nos EUA, de acordo com a Human Rights Campaign (HRC), instituição responsável pelos assassinatos de pessoas trans naquele país, pelo menos 51 pessoas trans foram assassinadas em 2021⁵⁵, em 2020 foram 44, em 2019, 27 e 26 em 2018. Em 2017 haviam sido 29. Enquanto isso, no Brasil tivemos em 2017, 179 assassinatos, seguidos de 163, 124 e 175 em 2018, 2019 e 2020 respectivamente; e 140 assassinatos em 2021. Somados os últimos cinco anos, os Estados Unidos tiveram 179 assassinatos, enquanto no Brasil tivemos 781 casos.

Enquanto nos EUA artistas e comunicadores tem se mobilizado contra o genocídio trans naquele país, pessoas trans tem lutado praticamente sozinhas para mapear, analisar, publicar, se organizar, sobreviver e ainda produzir materiais a fim de denunciar junto à comunidade internacional a situação da violência em terras bolsonaristas.

Analisando a população Trans⁵⁶, nos EUA, com cerca de 330 milhões de pessoas, em 2021 a taxa de assassinatos de pessoas trans, foi de 0,7/100 mil habitantes. Enquanto no Brasil, a taxa foi de 3,5/100 mil habitantes, o que representa que uma pessoa trans tem 5 vezes mais chances de ser assassinada no Brasil que nos EUA.

D) Denúncias internacionais

Diante deste cenário, a ANTRA tem organizado e participado de diversos espaços nacionais e internacionais a fim de efetivar denúncias à comunidade internacional e chamar

55. Dados HRC 2021. Disponível em: <https://www.hrc.org/resources/fatal-violence-against-the-transgender-and-gender-non-conforming-community-in-2021>

56. Como já temos informado nas edições anteriores, utilizamos a estimativa de 1,9% da população geral como sendo trans.

atenção para a situação de violência contra pessoas trans no país desde a 1ª edição dessa pesquisa em 2017. Tudo isso tem impactado o modo como vem sendo tratados estes números e, conseqüentemente, resultado em uma ferramenta efetiva para o enfrentamento da violência transfóbica.

A inserção da ANTRA no cenário internacional com denúncias e participações de fóruns de Direitos Humanos, assembleias e audiências na CIDH, vem sendo responsável pela divulgação de dados valiosos, reconhecidos em várias instâncias internacionais e por outros parceiros fora do país, para que sejam pensadas ações e pesquisas no campo da segurança pública.

A ação mais recente contou com o envio de uma carta à ONU⁵⁷, onde junto a mais de 60 instituições de 22 países, denunciemos os assassinatos de pessoas trans e cobramos ações urgentes para enfrentar este grave problema que enfrentamos. O texto assinado por entidades de todo o mundo afirma que a população trans brasileira é vítima de crimes de ódio e que a impunidade e a falta de medidas por parte do governo exigem um engajamento dos organismos internacionais de direitos humanos para que esse tipo de violência seja erradicada. O documento também chama para ação organizações não governamentais de defesa dos direitos humanos e o movimento de mulheres do mundo, tanto para tomar medidas políticas, legislativas e judiciais, quanto para exercer pressão sobre o governo brasileiro.

57. 60 organizações de 22 países enviam Carta à ONU. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/60-organizacoes-de-22-paises-denunciam-assassinatos-de-pessoas-trans-no-brasil-onu-25111640>

Parte II

Violações de Direitos humanos e outras violências

9. Violações de direitos humanos

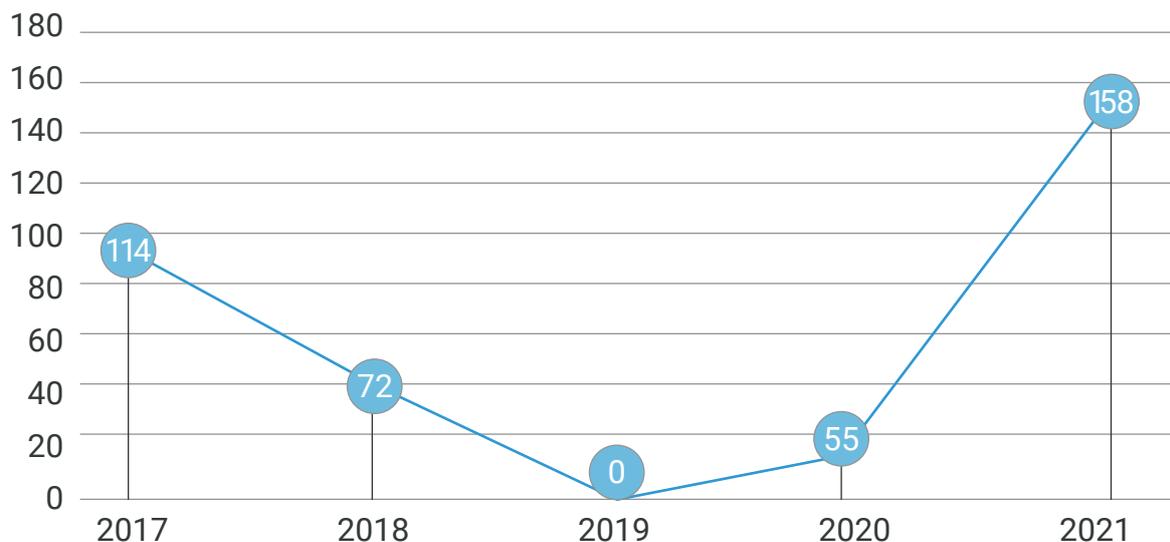
Assim como consideramos importante mapear os assassinatos e as tentativas de homicídio, consideramos acompanhar casos de violências e violações de direitos humanos que são trazidos em nossas redes sociais ou que tomamos conhecimento quando publicados. Seguindo a mesma metodologia de busca e análise, percebemos que travestis, mulheres e homens trans, pessoas transmasculinas e não binárias tem seus direitos básicos violados diariamente, além de tratamentos vexatórios e da ausência de respeito pelo Estado.

Como há ausência ou invisibilização desses dados nos relatórios do Disque 100 e/ou do SINAN, conforme já apontado neste dossiê, seguimos buscando formas de jogar luz sobre as violações de direitos humanos, direitos básicos como acesso a Educação, Saúde e Segurança, negação de acesso aos espaços e/ou acessos segregados por gêneros, entre outras questões que serão abordadas nesse tópico.

Em 2021, foram registradas pelo menos 158 violações de direitos humanos em nossas pesquisas. Em 2017, houve 114 ocorrências; em 2018, registrou-se 72 episódios. No ano de 2019, não houve esse tipo de dado na pesquisa, retornando no ano de 2020, onde foram registrados 55 casos de violações. Reconhece-se também as limitações para este monitoramento e a subnotificação destes casos, uma vez que foram coletados somente aqueles que são divulgados nas mídias sociais.

O gráfico abaixo demonstra em números gerais os casos de violação de direitos humanos desde 2017, **ressaltando que em 2019, apesar de constar como ZERO, este monitoramento não foi realizado.**

Gráfico – Violações de Direitos Humanos



Fonte 2017-2020: ObservatorioTrans / 2021: ANTRA
AUTORA: BENEVIDES, Bruna, 2022.

Houve registros de ocorrências de violações de direitos humanos em praticamente todos os estados do país. A tabela a seguir traz as principais formas de violações registradas:

Tabela – Violações de Direitos Humanos

Ameaça online	17	Assédio sexual online	16
Violência física	16	Violência doméstica/no ambiente doméstico	10
Negativa de acesso ou retirada de banheiro feminino	9	Ataque cibernético/Comentários transfóbicos	9
Transfobia direta em atendimento de saúde	9	Negativa de uso do nome social	8
Violência contra profissional do sexo	8	Tratamento violento ou degradante em espaço público	7
Negativa de acesso a espaços públicos	7	Ameaça (Presencial)	6
Negativa de emissão de identidade com nome social	6	Negligencia medica ou omissão de socorro	5
Violações por agentes de segurança pública	5	Demissão motivada pela Identidade de gênero e/ou transfobia	5
Discriminação vinda de <i>Call Center</i>	4	Transfobia em processo seletivo	4
Estupro ou violência sexual	4	Negativa de atendimento por App de transporte	3

AUTORA: BENEVIDES, Bruna, 2022.

A internet, enquanto ciberespaço, foi um dos espaços onde ocorreu pelos menos 28% das violações, através de assédio, ameaças online, ataques virtuais e/ou cyberbullying.

Dentre os casos, uma parcela considerável foi postada por terceiros e/ou através de páginas de compartilhamento desse tipo de situação, o que gera maior engajamento. **Dentre os casos que conseguimos identificar a identidade de gênero das vítimas, cerca de 91% das violações de direitos humanos ocorreram contra pessoas transfemininas. Raça e classe tem um papel central no tipo de violação e precisam ser melhor observados em outras oportunidades.**

O violento contexto social no qual as travestis, mulheres e homens trans, e pessoas não binárias estão inseridas é fruto do preconceito e discriminação que promove um processo de exclusão social de nossa população. Todas estas violações de direitos humanos citadas aqui envolvem circunstâncias que levam a uma vulnerabilidade, sobretudo, psicológica que compromete nossa saúde mental podendo levar ao suicídio, tópico que será abordado a seguir.

A) Negativas de aplicação da Lei Maria da Penha para a proteção de travestis/mulheres trans

Apesar dos avanços que vinham sendo conquistados no reconhecimento da violência de gênero contra travestis e mulheres trans, com a devida aplicação da Lei Maria da Penha em alguns casos que abriram precedentes importantes nessa discussão. Temos observado um retrocesso desse entendimento, quando acompanhamos casos em que a violação do direito à identidade de gênero tem sido permitida por decisões de juízes, que tem negado a proteção prevista na Lei Maria da Penha, alegando entre outras questões, que estas não seriam mulheres, e que, portanto, a lei não se aplicaria a elas, em uma flagrante violação dos direitos humanos da população trans.

A revista Isto É produziu uma matéria⁵⁸ sobre a omissão do sistema judiciário com casos de violência doméstica contra mulheres trans, por desconsiderar seu gênero como válido para a proteção contra a violência de gênero. Aliado a isso, o judiciário, muitas vezes, adota posturas transfóbicas ao emitir decisões nos poucos casos cujas denúncias são acolhidas. Em matéria, o jornalista Fernando Lavieri elucidava que o judiciário ainda trata mulheres trans no masculino, tirando, portanto, seu direito a serem acolhidas pela Lei Maria da Penha.

58. Mulheres trans exigem aplicação da Lei Maria da Penha. Disponível em: <https://istoe.com.br/as-trans-exigem-a-lei-maria-da-penha/>

A juíza Camila de Jesus Gonçalves, coordenadora de primeiro grau de Direitos Fundamentais da Escola Paulista da Magistratura, reconhece que as decisões favoráveis às mulheres trans ainda dependem da interpretação de quem julga. Havendo diversos precedentes nesse sentido. A juíza entende que as decisões do STF, em 2018, que permitiram às pessoas transgêneras a troca de nome e sexo sem necessidade de comprovação ou cirurgias, e a de um tribunal paulista, que, em maio, condenou por feminicídio um homem que matou, a golpes de madeira, uma mulher trans, com pena fixada em 16 anos e nove meses de prisão, em regime inicial fechado, foram decisivas.

Juíza usa a lei Maria da Penha contra Mulher trans vítima de violência doméstica, e em favor do seu companheiro

É o caso de Thifany Bastos, técnica de enfermagem, de 31 anos. Após uma briga com seu ex-marido, ele já a acusava de agressão, como se ela fosse um homem e estava com uma intimação em mãos, assinada durante o plantão judicial pela juíza Maria Cristina Dias Aleluia, da Comarca de São Gonçalo. A decisão, em caráter de urgência, ordenou que Thifany saísse de casa e ficasse longe de Renato, a pelo menos 500 metros. A magistrada sabia tratar-se de uma mulher, Thifany, mas tomou a decisão baseada no sexo designado e não no gênero que ela se reconhece.

De TJ de São Paulo que negou proteção pela Maria da Penha para Mulher Trans vítima de violência doméstica⁵⁹

O Ministério Público de São Paulo recorreu da decisão do **Tribunal de Justiça do Estado que negou conceder medida protetiva de urgência a uma mulher trans sob o argumento de ‘impossibilidade jurídica de fazer a equiparação “transexual feminino = mulher”**.

O caso envolve uma mulher trans que requereu a concessão de medidas protetivas, contra seu pai, por ter sido agredida por ele em janeiro deste ano, em cidade do litoral sul paulista. Ela relatou que estava em casa quando o pai chegou ‘alterado’, gritando com os vizinhos. Quando ela tentou sair do local o pai a segurou pelos pulsos, causando ferimentos. A moça conseguiu se desvencilhar, mas o homem a agarrou novamente, arremessou a moça contra uma parede, empurrando-a mais algumas vezes e fazendo com que ela batesse a cabeça. No momento em que o homem tentou pegar um pedaço de madeira, a mulher fugiu, sendo socorrida por policiais. Segundo ela, o pai é usuário de drogas e bebidas alcoólicas.

59. TJSP nega proteção a mulher trans vítima de violência doméstica. Disponível em: <https://outline.com/D4Vzrk>

O pedido de medidas protetivas foi negado tanto em primeira como em segunda instância. O mecanismo é considerado uma das principais medidas de proteção à mulher, tendo em vista que a escalada da violência pode levar até o feminicídio.

Ao recorrer da decisão do TJ-SP, a promotoria paulista apontou ‘equivoco’ dos desembargadores ao ‘justificar que a expressão gênero somente faria referência ao sexo feminino - biologicamente mulher’. Isso por que a decisão acabou por afastar a ‘proteção integral e eficiente, sempre e incansavelmente buscada pela Lei Maria da Penha’.

O promotor Luis Marcelo Mileo Theodoro, que assina o documento, frisa que há uma preocupação em diferentes níveis e setores da sociedade na busca da defesa da pessoa trans, lembrando de diferentes decisões que garantiram direitos àquela população, como a do Supremo Tribunal que criminalizou a homotransfobia, e a do Superior Tribunal de Justiça, que entendeu que ‘identidade psicossocial deveria prevalecer em relação à identidade biológica (SIC).

Juiz de MG nega medida protetiva com base da Lei Maria da Penha a jovem trans⁶⁰

A Justiça de Minas Gerais negou conceder medida protetiva, com base na Lei Maria da Penha, a uma jovem transgênero agredida pelo padrasto. A decisão foi tomada pelo Exmo. Juiz Edir Guerson de Medeiros, da 2ª Vara Criminal de Juiz de Fora, que afirmou ‘não se tratar de uma vítima mulher’.

“Consigno que a Lei Maria da Penha é para proteção da mulher e está condicionada à demonstração de situação de vulnerabilidade ou hipossuficiência da mulher, numa perspectiva de gênero, isto é, a violência deve se dar em razão do gênero feminino, não abrangendo motivações financeiras, econômicas ou desentendimentos de qualquer outro motivo que não seja em razão do gênero feminino. Conforme se verifica nos autos, não se trata de uma vítima mulher, assim como as agressões não ocorreram em razão do gênero feminino”, diz um trecho da decisão.

Há quase 15 anos em vigor, a Lei Maria da Penha criou mecanismos para reprimir a violência doméstica contra as mulheres motivadas pelo gênero das vítimas e responsabilizar

60. Juiz de MG nega medida protetiva com base da Lei Maria da Penha a jovem trans. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/agencia-estado/2021/06/05/juiz-de-mg-nega-medida-protetiva-com-base-da-lei-maria-da-penha-a-jovem-trans.htm>

os agressores. Assim como diversos tribunais, juristas e operadores do direito, a Comissão Especial de Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB vem defendendo que não há restrição à aplicação do dispositivo em favor de travestis e mulheres trans.

“Se é certo que a mulher foi e ainda é discriminada em razão de um estereótipo de inferioridade imposto pelo gênero, não menos certa é a situação de vulnerabilidade suportada por transexuais e travestis, minorias alvo de agressões, preconceito e constantemente relegada à invisibilidade estatal. A Lei Maria da Penha não cria qualquer restrição as transexuais e travestis, tampouco exige prévia retificação do registro civil ou cirurgia de adequação de sexo, e onde a lei não restringe, não cabe ao interprete fazê-lo. Estabelecida proteção da mulher como gênero, e não como sexo, mostra-se plenamente aplicável à violência doméstica praticada contra transexuais e travestis do gênero feminino”, diz um trecho da nota técnica emitida em 2014 pela entidade⁶¹.

B) Uso dos banheiros e a dignidade trans⁶²

A proibição de utilização de banheiro feminino por uma pessoa travesti ou transexual feminina tem se tornando recorrente na publicação de casos que se repetem em publicações em redes sociais e configura violação à proteção da dignidade humana e ao direito de liberdade sexual e de gênero, prejuízos que se materializam contra indivíduos e grupos percebidos e subjugados como minorias altamente estigmatizadas em nossa sociedade. É fundamental à garantia da utilização de banheiros públicos femininos por travestis e transexuais femininas, e inaceitável que se proponham banheiros específicos para pessoas transgêneras.

Neste campo, pode-se relacionar o direito à utilização de banheiros com o conteúdo essencial do direito de igualdade, com a proibição de discriminação direta e indireta por motivo de identidade de gênero, sem esquecer da intersecção entre tal critério proibido de discriminação e a idade, dada a intensidade dos prejuízos para crianças e adolescentes transexuais.

Há quem diga que a utilização de banheiros por pessoas trans femininas coloque em risco a segurança das demais usuárias. Esse medo, à primeira vista concedível, não

61. Nota técnica OAB, Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.clippinglgbt.com.br/oab-emite-nota-tecnica-favoravel-a-travestis-e-transexuais-sobre-lei-maria-da-penha/>

62. Contém trechos do Artigo Direitos humanos, transexualidade e “direito dos banheiros” de Roger Raupp Rios e Alice Hertzog

encontra substrato na realidade, nem é capaz de justificar tratamento restritivo. Isso porque não há qualquer dado concreto que ampare o temor de que pessoas trans sejam ameaças ou cometam violência contra usuárias de banheiros femininos, o que faz juridicamente ilegítima tal restrição, pois encontram-se fundadas em meras suposições preconceituosas, desprovidas de qualquer suporte fático concreto. Ao contrário, o que se relata são episódios de violência moral e física contra travestis e transexuais femininas quando são obrigadas a usar o banheiro feminino.

A discriminação é direta porque é decorrente da intenção explícita de barrar a população trans em instalações abertas ao público que possibilitam o exercício adequado do direito fundamental à saúde. Nesse caso, é precisamente a condição transgênera que motiva a restrição, de forma direta, consciente e proposital, o que é fácil de constatar e contrastar com o direito de igualdade e seu mandamento antidiscriminatório.

Esta disputa por qual banheiro deve ser utilizado pelas travestis e transexuais frequentemente ganha espaço na mídia e no Poder Judiciário, sendo retratada a partir de diversos pontos de vista, seja em apoio às travestis e transexuais, seja defendendo que não devam utilizar o banheiro feminino.

Quanto à privacidade como fundamento para proibição de utilização, pondera-se sobre a parcialidade e insuficiência do argumento, na medida em que transexuais obrigados a utilizar um banheiro que não corresponde à sua identidade de gênero também tem sua privacidade violada.

São de conhecimento público os episódios de violência desferida contra pessoas trans em banheiros masculinos, como também evidente o prejuízo à saúde, que abarca o direito de realizar necessidades fisiológicas não apenas em ambientes apropriados, como também livre de discriminação.

Faz-se imperativo observar a exposição pública vexatória e desrespeitosa à honra, imagem e à vida privada das pessoas trans que, no caso relatado da repercussão geral que está parado desde 2015 e ainda não tem previsão de julgamento pelo STF, resultou na perda de controle e na excreção nas próprias vestes, em espaço público, sob o olhar de transeuntes. Aliás, vale muito a pena ler o voto do Ministro Barroso⁶³ sobre o tema.

A transgeneridade, não importa se abordada biomédica ou socialmente, é indissociável

63. Voto Ministro Barroso no julgamento sobre o uso do banheiro por pessoas trans. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/voto-ministro-barroso-stf-questao.pdf>

do modo de ser e de estar no mundo das pessoas transexuais. Ela não é atributo ou característica secundária ou acessória, possível de desagregar da existência humana de tais pessoas. Desse modo, desconsiderar ou excluir pessoas em virtude de tal condição identitária significa ferir o âmago da proteção constitucional da dignidade humana.

É o que acontece quando se postula simplesmente ignorar a transgeneridade num espaço de vida e convívio tão significativo e vital como o acesso a banheiros abertos ao público ignorando sua condição de identidade de gênero, feminina.

Em suma, no tocante à proteção constitucional da dignidade humana e ao direito fundamental para uma autodeterminação de gênero, não reconhecer o direito fundamental à utilização de banheiro feminino, por uma travesti ou transexual feminina, implica rejeitar a possibilidade de ser e de existir como se é, afetando algo essencial para o modo único e original da pessoa; inviabilizam-se também as condições sem as quais a autodeterminação e a liberdade sexuais e de gênero, simplesmente deixam de ser possíveis. Para que não restem dúvidas, ao reconhecer a transfobia e a homofobia como uma categoria de racismo, determinando que discriminações e/ou violações de direitos motivados por essas questões sejam interpretados a partir da lei antirracismo, Lei 7716/89, o STF, em certa medida enfrenta essa questão. Visto que de acordo com a lei, “é proibido recusar ou impedir acesso a estabelecimentos comerciais, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador (reclusão de um a três anos)”.

A legislação define como crime o ato de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, incluindo-se aqui pós decisão do STF a orientação sexual e a identidade de gênero. Também regulamentou o trecho da Constituição Federal que torna inafiançável e imprescritível o crime de racismo e mais recentemente também reconheceu como inafiançável a injúria racial, após dizer que todos são iguais sem discriminação de qualquer natureza.

É URGENTE que o STF finalize o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 845.779/SC, a fim de que a proteção no uso de espaços segregados por gênero seja enfrentada de forma eficaz e que pessoas trans deixem de ser submetidas as violências dentro de espaços públicos.

Não temos conhecimento desse tipo de violação ocorrido contra homens trans e pessoas transmasculinas.

C) Tortura e violência pública por agentes de segurança do Estado

Além de todas as informações de violência, incluindo assassinatos, tentativas de assassinatos e violações de direitos humanos mencionadas até aqui, destacamos os casos em que agentes do estado foram os responsáveis por submeter pessoas trans a situações de violência, incluindo requintes de crueldade e tortura, em casos públicos que levantaram a discussão sobre como as forças de segurança continuam sendo violadores dos direitos e um dos principais mecanismos de repressão contra a população trans.

Seja em atendimentos que não garantem a identidade de gênero ou o nome social, no desincentivo às denúncias ou a própria formação que tem sido omissa quando se trata da forma com que agentes de segurança devem acolher e atender a comunidade LGBTQIA+, com enfoque especial as pessoas trans que tem sido o grupo mais violado. Sobretudo as profissionais do sexo que atuam nas ruas e que acabam mais expostas a violência institucional motivada pela transfobia, abordagens vexatórias e violentas, entre outras questões.

Sabemos que temos uma das policiais que mais morre, mas também, uma das que mais mata do mundo. E o resultado de uma política de segurança pública que se baseia no racismo, no machismo e na transfobia, coloca pessoas trans, negras principalmente, sob o olhar mais cruel desses agentes despreparados e/ou que continuam se baseando em um modelo falido ao lidar com a segurança pública onde não tem sido pensadas ações ou investimentos em prevenção, construção de protocolos que considerem a orientação sexual e a identidade de gênero como fatores determinantes para crimes contra a nossa comunidade, a ausência de uma inteligência preventiva e ações efetivas de proteção de vítimas pertencentes a grupos vulneráveis.

Este ano tivemos casos emblemáticos onde guarda municipais, agindo como se fossem Juízes e carrascos executores de penas, ultrapassaram todos os limites da crueldade e do tratamento desumano ao submeter travestis e mulheres trans a uma abordagem que viola os direitos humanos, incluindo a crueldade motivada pela transfobia e abjeção aos corpos trans, incluindo a tortura como uma das formas de atuação, conforme veremos a seguir:

Paloma Amaral - Travesti negra é amarrada, colocada em porta-malas e agredida a pauladas em Teresina/PI⁶⁴

A travesti negra Paola Amaral teve os pés amarrados, foi colocada no porta-malas de

64. Paloma Amaral. Disponível em: <https://outline.com/nxuN3R>

um carro e atingida por pauladas em Teresina (PI), na frente de agentes da Guarda Municipal. Após levar socos e pontapés, ser jogada ao chão, ter mãos e pés amarrados e ser colocada dentro do porta-malas de um carro, tudo isso filmado e compartilhado, Paloma suplicou para que lhe tirassem a vida, por não aguentar o sofrimento físico e mental, em meio ao olhar de três agentes da Guarda Civil Municipal. Paloma, além de sofrer os castigos físicos, teve os documentos queimados durante o episódio de violência.

O caso circulou nas redes sociais após um post feito na página da ANTRA e compartilhado massivamente, chegando a mídia internacional e chamando a atenção à forma com que Paloma havia sido tratada. Em outro momento do vídeo, Paola, que está com os pés amarrados e já fora do porta-malas, leva uma rasteira de um homem na presença dos guardas.

Não podemos admitir barbárie, tortura nem vingança. Não estavam fazendo nenhum ato de Justiça. Foi um tratamento desproporcional e que está sendo usado como justificativa para tentar aliviar quem a submeteu a essa situação.

A ANTRA em parceria com a Anistia Internacional, enviou um ofício as autoridades locais cobrando investigações rigorosas sobre os autores das agressões, os responsáveis pelas filmagens e divulgação dos casos, assim como os procedimentos em torno da postura dos agentes que se omitiram e permitiram tamanha violência.

Laura Cruz⁶⁵ – Uma mulher negra e trans foi agredida por um agente da Guarda Civil Metropolitana (GCM), em São Paulo/SP.

A ação violenta foi gravada por uma professora e as imagens acabaram compartilhadas nas redes sociais. Ela ainda acusou o GCM de ter sido transfóbico e racista para com ela e de jogar spray de pimenta em seu rosto.

Laura contou que passou em frente a viatura da GCM apenas com um caderno na mão. Na volta, estava com uma sacola. Segundo ela, os guardas pediram que ela mostrasse o que carregava. “Virei a sacola no chão”, contou Laura. A partir daí começaram as ofensas e agressões, de acordo com a atriz.

65. Laura Cruz. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/30/mulher-trans-e-agredida-por-guarda-na-regiao-da-cracolandia-centro-de-sp-veja-video.ghtml>

Apesar de Laura dizer que estava trabalhando, o vídeo mostra o momento que o guarda grita e corre em direção a ela: “Volta aqui...se não, eu te arrebento”. É possível ver o agente dando golpes de cassetete na atriz, até que num deles o equipamento quebra.

A atriz chegou a gravar um vídeo depois das agressões para contar sua versão sobre o que sofreu. “Expuseram meu corpo, até fiquei com a bunda de fora porque tive que levantar meu vestido”, contou ela na gravação, que também foi compartilhada nas redes sociais.

Um levantamento feito pela Rede Nossa São Paulo mostra que 59% dos moradores da capital paulista já sofreram ou presenciaram pelo menos uma situação de preconceito em função de orientação sexual ou identidade de gênero.

Para 52% dos entrevistados, a prefeitura faz pouco para combater violência de gênero na cidade contra LGBTQIA+, enquanto outros 19% afirmam que a gestão municipal não faz nada, totalizando 71% de avaliação negativa sobre o tema.

Felipa Drumont⁶⁶ – Abordada de forma truculenta pela GCM (Guarda Civil Metropolitana), em São Paulo/SP.

Ao passar pelo cruzamento das alamedas Cleveland e Gleite, no bairro da Luz, região conhecida de forma pejorativa, como Cracolândia, no centro da capital paulista, ela denuncia que foi abordada de forma truculenta pela GCM (Guarda Civil Metropolitana).

“O guarda falou ‘abaixa a música, viado’”, lembra. “Daí eu respondi, de forma educada, que eu não era viado, que ele não tinha intimidade para me chamar assim, que eu trabalho, que eu não era analfabeta, por que depois ele me xingou de um monte de nome, de lixo, de raça do caralho”. Em seguida, conta que sentiu que foi atingida por uma bala de borracha no abdômen. “Ele logo levantou a arma e atirou em mim, depois entrou dentro da viatura”. Felipa foi abordada e agredida no mesmo local que Laura.

Demétrio Campos⁶⁷ – Homem Trans passa por abordagem Transfóbica poucos dias antes de cometer suicídio

66. Felipa Drumont. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/estava-ouvindo-musica-na-rua-e-guarda-atirou-com-bala-de-borracha-denuncia-educadora-trans-231811384.html?guccounter=1>

67. Demétrio Campos. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2020/06/mae-de-demetro-campos-fala-como-a-alegria-de-viver-do-filho-foi-abreviada-pelo-racismo-e-transfobia/>

Trans, preto e periférico, sentiu na pele as opressões do cis-tema falocêntrico, branco, europeu e heteronormativo. Em muitas de suas falas (disponíveis na internet, em entrevistas e vídeos próprios) Demétrio relatou a violência que sofria, tanto pelos olhares da sociedade, quanto pela violência de Estado, que muitas vezes se apresentava na forma de abordagens policiais. Nas ruas, a violência o mantinha em alerta – ele chegou a ser espancado em uma blitz policial. No dia 17 de maio de 2020, Demétrio Campos (23 anos) sucumbiu e foi suicidado pela dor do racismo e da transfobia, após uma abordagem policial violenta que ele próprio publicou nas redes sociais.

Esses são alguns casos que explicitam um problema antigo nas forças de segurança: A LGBTIFOBIA institucional presente na atuação dessas organizações. Se acumulam casos ao longo dos anos, onde os elementos presentes na forma e na intensidade com que essas e outras violências acontecem chama a atenção porque vem de agentes que deveriam proteger cidadãos e não marcar compulsoriamente como suspeitas e/ou criminosas devido a sua identidade de gênero. Homens trans e pessoas transmasculinas vítimas de abordagens vexatórias, sobretudo aqueles pretos que residem em territórios periféricos e/ou de favelas, travestis e mulheres trans profissionais do sexo, negras e pobres serão sempre culpadas pelos crimes que denunciam.

Pesquisa revela jovens pessimistas e desconfiados da polícia no Brasil

Segundo pesquisa do Unicef, menos de 20% das jovens brasileiras têm total confiança nas autoridades policiais. Em matéria publicada pela Gênero e Numero⁶⁸, “algumas questões respondidas pelos brasileiros também ilustram desafios enfrentados pela geração no país. Um exemplo é a violência do Estado contra os jovens, e como ela foi traduzida como insegurança pela pesquisa. Em relação ao grau de confiança na polícia, 62,6%, entre homens e mulheres de 15 a 24 anos afirmaram se sentir apenas “pouco seguros” com a instituição.

Dos 500 entrevistados, 18% não confiam “nem um pouco” na polícia, enquanto a mesma porcentagem também é encontrada entre aqueles que estão na dimensão oposta: os que confiam totalmente.

De acordo com a Coordenadora do Programa de Direito à Vida e Segurança Pública do Observatório de Favelas, Thais Gomes, “essa insegurança só mostra que a juventude

68. Jovens não confiam na polícia. Disponível em: <https://www.generonumero.media/adolescentes-direitos-confianca-policia/>

sabe que é o principal alvo da letalidade policial, os jovens crescem sabendo disso. As estatísticas já mostram que o corpo que está sendo abatido pelo Estado é jovem, negro e periférico, e isso só diminui a sensação de segurança, mas também mostra o despertar que jovens começam a ter quando passam a cobrar isso do Estado e apontar as questões de gênero e raciais envolvidas”

A denúncia se torna um grande desafio para pessoas trans por não se sentirem seguras em entregar sua proteção a quem tem demonstrado grande potencial de ser um violador dos seus direitos, pelo medo de sofrerem algum tipo de represália, num contexto em que, de acordo com matéria publicada pelo UOL⁶⁹, o próprio Ministério público pediu o arquivamento de até 90% dos casos de assassinatos cometidos por policiais militares em SP e no RJ. Um dos artigos a seguir tenta responder de modo específico “como agentes de segurança pública tem tratado pessoas trans ao longo dos anos? ”.

D) Violência política de gênero cissexista

No capítulo especial sobre a violência política contra pessoas trans, já havia sido anunciado o cenário em que as candidatas e parlamentares estariam sujeitas. Isso porque a ANTRA, responsável pelo monitoramento das candidaturas de pessoas trans desde 2014, já vinha se antecipando o diálogo e denúncias sobre como a transfobia e o cissexismo⁷⁰ seguem organizados na tentativa de impedir que representantes de nossa comunidade acessem locais de decisão.

De acordo com o Dossiê 2020, “80% das pessoas trans eleitas afirmaram não se sentirem seguras para o pleno exercício dos seus cargos”. E o que temos observados é a violência política de gênero crescente, de forma desproporcional contra vereadoras trans, principalmente, mas não exclusivamente, contra travestis e mulheres trans negras.

O artigo destaca ainda que:

“Há casos emblemáticos cuja situação de insegurança e riscos, além da exposição ao ódio que as pessoas trans enfrentam no convívio social, demanda medidas emergenciais para a garantia do direito à vida dessas parlamentares. Dentre as muitas dificuldades, destaca-se o fato de que as medidas e protocolos de pro-

69. MP pediu arquivamento de 90% dos casos de mortes cometidos por policiais em SP e no RJ. Disponível em: <https://t.co/c3Mczygrxz>

70. <https://rosalux.org.br/um-vacuo-cis-na-historia-e-a-emergencia-do-corpo-trans/>

teção não são pensados para atender às realidades e situações específicas das parlamentares trans, considerando a natureza e as necessidades do cargo. As próprias câmaras legislativas não contam com mecanismos/protocolos específicos ou alocação de recursos para a proteção dessas mulheres frente às situações de violência política. A narrativa político-religiosa contra a existência de uma suposta “ideologia de gênero”, publicamente disseminada, aceita e incentivada com aval de grupos políticos religiosos, também tem grande impacto sobre a violência política.

A interferência na política de representações de fundamentalistas religiosos tem potencializado a organização de discursos de ódio em nome de uma ideologia religiosa dominante. Promovem-se ataques e ameaças diretas aos direitos e à própria existência da população trans, expondo à violência exponencialmente as parlamentares que passam a ocupar as casas legislativas, cada vez mais tomadas por um pensamento conservador, antidemocrático, que fere a laicidade do Estado brasileiro.”

Os casos se acumulam e facilmente vimos vir a público violências gravíssimas que envolvem ameaças, coação, impedimento de falas e da própria atuação, além de assédio, importunação sexual e assassinatos. É importante, igualmente, ressaltar que a violência política deve considerar a violência de gênero, uma vez que assistimos, exatamente neste momento, a um aumento da representação política de grupos minorizados, em que são mulheres negras, cis e trans, a maioria entre as eleitas.

“Os principais elementos presentes nas violências políticas encontradas de forma recorrente aparecem como aqueles motivados pelo gênero que expressam – ódio ao feminino; o machismo, que atribui inferiorização e incapacidade a corpos subalternizados de ocuparem a política; e a transfobia, na forma com que os ataques são direcionados à identidade de gênero das vítimas e estão presentes em todos os casos. O racismo aparece contra 63% das candidatas/vereadoras eleitas, e expressões de ódio com motivação religiosa foram identificadas em 65% dos casos.”

Da análise dos casos, identificamos ainda que 50% delas foram vítimas diretas de ameaças, incluindo ameaças de morte contra si, invasões em seu ambiente particular, laboral e político. Ainda, 38% delas enfrentaram ataques online e 12% violência física direta.

“Os casos envolveram violência política simbólica e psicológica no ambiente virtual contra candidatas durante o período eleitoral, através de xingamentos de cunho transfóbico, intimidação inferiorizante da condição trans como incapacitante para cargos políticos, racismo transfóbico, deslegitimação da identidade de gênero

das vítimas, comentários maldosos sobre a transição e atributos físicos, assédio sexual no telefone pessoal, ódio religioso cristão anti-trans, disseminação de *fake-news* degradantes das candidatas e invasões coordenadas de atividades virtuais de campanha a fim de prejudicar o seu andamento, gerando ambiente inseguro e, em alguns casos, a interrupção por questões de segurança virtual.”

Dentre as eleitas, os casos mais graves e que requerem medidas emergenciais envolvem quatro mulheres trans/travestis. Em reuniões lideradas pela ANTRA, elas se mostraram extremamente preocupadas pelo aumento dos assassinatos contra pessoas trans, mas também contra defensores de direitos humanos e da própria violência política. Afirmaram terem dificuldade sobre como reorganizar suas vidas e de suas famílias para que possam estar seguras e como o desempenho de sua atuação parlamentar pode ser comprometido devido as ameaças sofridas. Demonstaram ainda dúvidas sobre a insegurança de solicitar proteção ao Estado e aos órgãos de segurança, especialmente as polícias militares, visto que estes têm apresentado casos de violência, truculência e violações de direitos humanos da população negra, LGBTI+ e de mulheres periféricas em geral. Pontuaram sobre a possibilidade de haver um escalonamento da violência caso medidas urgentes não sejam pensadas/implementadas junto às câmeras legislativas e órgãos de proteção, envolvendo instituições de segurança e outras instâncias governamentais, assim como a inclusão de instituições da sociedade civil organizada e órgãos internacionais, a fim de monitorar as ações que porventura passam a ser adotadas.

Houve relatos sobre a dificuldade de sair e transitar nas ruas, mesmo antes das ameaças trazidas a público ou recebidas por e-mail. Muitas dessas ameaças e agressões já ocorriam antes mesmo da eleição/campanha e seguiram nas redes sociais, contendo narrativas violentas por motivação religiosa. Há, ainda, casos em que uma delas alega ter sido fortemente perseguida e agredida verbalmente nas ruas por onde transita na cidade onde foi eleita.

A ANTRA, em articulação com diversos órgãos de direitos humanos tem mobilizado ações e denúncias sobre a situação da violência política contra parlamentares trans, pensando nas eleições em 2022. Dentre as ações, destacamos as insistentes denúncias junto a ONU, que “em uma carta confidencial⁷¹ enviada ao governo brasileiro, relatores e organismos da ONU denunciam a violência política contra deputadas, vereadoras e candidatas negras no Brasil. Segundo o documento, existe um esforço para tentar impedir que repre-

71. Relatores da ONU denunciam violência política contra candidatas negras. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/01/05/onu-democracia-candidatas-negras-brasil.htm>

sentantes de alguns grupos, incluindo mulheres afro-brasileiras, tenham acesso a cargos representativos e de tomada de decisão”, informou o jornalista Jamail Chade para a UOL.

Na matéria, o jornalista destaca ainda que a carta foi redigida às vésperas de um período eleitoral que promete ser tenso no país e revela como peritos internacionais estão preocupados com a situação de opositoras e candidatas negras nas eleições. A denúncia, portanto, foi interpretada até mesmo dentro do governo brasileiro como um sinal do profundo mal-estar que existe hoje na comunidade internacional em relação às garantias democráticas no Brasil.

“Esta forma de violência política contra as mulheres afro-brasileiras e particularmente as mulheres afro-brasileiras transgêneras revela o racismo estrutural e institucional difundido na sociedade civil brasileira, bem como as formas persistentes de discriminação inter-setorial contra as mulheres e a discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero que continuam a impedir sua participação e representação política igualitária nos processos de tomada de decisão”, denunciam os relatores da ONU.

Lei aprovada não garante a proteção de parlamentares trans⁷²

Apesar de uma grande conquista para as mulheres cisgêneras, a Lei 14.192/21, estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher durante as eleições e no exercício de direitos políticos e de funções públicas. A lei altera o Código Eleitoral para proibir a propaganda partidária que deprecie a condição de mulher ou estimule sua discriminação em razão do sexo feminino, ou em relação à sua cor, raça ou etnia.

A nova norma inclui no Código Eleitoral o crime de assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo.

A nova lei também altera a Lei dos Partidos Políticos, para determinar que os estatutos dos partidos contenham regras de prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher. Os partidos terão 120 dias para adequar seus estatutos. Além disso, é alterada a Lei das Eleições para definir que, nas eleições proporcionais (para cargos do Legislativo), os

72. Sancionada lei de combate a violência política contra a mulher. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/789925-sancionada-lei-de-combate-a-violencia-politica-contra-a-mulher/>

debates sejam organizados de modo a respeitar a proporção de homens e mulheres fixada na própria lei eleitoral - ou seja, de no mínimo 30% de candidaturas de mulheres.

Acontece que, a exemplo do que aconteceu com a lei do feminicídio e todas as propostas posteriores que pretendem assegurar proteção as mulheres vítimas de violência de gênero pós ascensão das bancadas do atraso no congresso nacional, existe um processo de genitalização do ser mulher (já denunciado em outras edições e neste mesmo dossiê), por pressão e mobilização das bancadas fundamentalistas religiosas em aliança com feministas cissexistas, com a intenção bem explícita de excluir travestis e mulheres trans da possibilidade dessa proteção das políticas de enfrentamento da violência de gênero.

Note-se que, desde então, foi feita a substituição da palavra gênero, que havia sido aprovada na Lei Maria da Penha, por sexo. Exatamente para limitar os critérios de proteção a partir de critérios definidos por questões biológicas, o que vai de encontro aos tratados internacionais que preveem a proteção da identidade de gênero das pessoas trans, dos quais o Brasil é signatário, como o Pacto de São José da Costa Rica, Princípios de Yogiakarta, deliberações da CIDH e OEA sobre a proteção das pessoas trans, além da própria decisão do STF sobre o direito à autodeclaração de gênero das pessoas trans como direito humano, no julgamento da ADI 4275.

E o que isso quer dizer: **A lei não é explícita em relação a proteção de parlamentares transfemininas. Deixando o entendimento aberto para que juízes e operadores do direito, influenciados por ideologias transfóbicas possam negar o prevista na lei às parlamentares trans. Sendo a situação daquelas parlamentares e/ou candidatas que não tenham seus documentos retificados ainda mais preocupantes. Fica aqui nosso alerta e denúncia, de que como está, a própria lei de forma indireta, estabelece critério trans-excludentes, até que sejam feitos ajustes necessários a fim de dirimir as dúvidas em relação a proteção dos grupos mais violados e que tem sofrido as maiores taxas de violência política de gênero no país.**

E) Duplo assassinato: o apagamento da identidade de gênero das vítimas no processo *post mortem*

Acreditamos que os direitos das pessoas trans devem ser pensados desde a concepção ao post mortem. Visto que são comuns o vilipêndio de sua memória e o apagamento de suas identidades e nome social após a morte. Muitas travestis e pessoas trans são vítimas de familiares intolerantes. A família acredita que, no processo pós-morte, pode fazer o que

quiser, já que passa a ser legalmente a detentora daqueles corpos. Por causa de episódios recorrentes de transfobia no pós-morte, a ANTRA está buscando medidas para garantir proteção de travestis e transexuais.

(2004) Andrea di Mayo⁷³ – São Paulo/SP

Andréa de Mayo foi uma das precursoras da luta pelos direitos da comunidade LGBTI+. Seu corpo está sepultado no Cemitério da Consolação, no Centro de SP. A ativista pelos direitos LGBT morreu no ano 2000 e recebeu uma homenagem póstuma em seu túmulo no ano de 2016 – 16 anos depois de sua morte. Andréa de Mayo teve a placa de sua lápide no Cemitério da Consolação que trazia seu nome de registro civil, devidamente substituída pelo seu nome social.

Desde 2018, travestis e transexuais podem ter o nome social nas lápides em cemitérios municipais de SP⁷⁴. Entretanto, assim como acontece em casos de doação de órgãos, o nome só será alterado pelo serviço Funerário com a devida autorização da família da pessoa morta.

(2017) Dandara Kettley – Fortaleza/CE

Um dos casos mais emblemáticos de transfeminicídio no País, o assassinato de Dandara ganhou repercussão após um vídeo nas redes sociais. As imagens mostravam Dandara sendo espancada, com pontapés no rosto, golpes de madeira no ombro e na barriga, uma paulada na cabeça, além de xingamentos, chineladas na cara, tiros e um paralelepípedo afundando a cabeça para finalizar a execução. Em 4 de março de 2017, um dos vídeos viralizou e foi divulgado nas redes sociais de veículos da imprensa, de anônimos e até na página do governo do estado do Ceará, repercutindo pelo mundo todo.

Na manhã seguinte, Dandara foi enterrada com o nome de registro – masculino - que constava em seus documentos oficiais, no cemitério público de Pacatuba, na Grande Fortaleza.

73. Andréa de Mayo. Disponível em: <http://www.emneon.com.br/2016/11/andrea-de-mayo-tem-seu-nome-social.html>

74. Travestis e transexuais poderão ter nome social nas lapides em cemitérios municipais. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/travestis-e-transexuais-poderao-ter-nome-social-nas-lapides-em-cemiterios-municipais-de-sp.ghtml>

Relatos contam que os mais próximos e a família só começaram a chamá-la de Dandara depois de morta. Quem só conheceu a história dela depois do transfeminicídio, só faz referência no feminino.

Ao todo, doze pessoas foram denunciadas pelo transfeminicídio de Dandara. A história de vida e morte da travesti segue sendo contada. Primeiramente no livro *Corpos Transgressores: Políticas de Resistência* (2018) e no livro *O Casulo Dandara* (2019), em um documentário do Canal Futura e em uma Tese de Doutorado. Dandara virou nome de rua no Bom Jardim, bairro onde foi assassinada.

(2018) Laysa Fortuna⁷⁵ – Aracaju/SE

Laysa Fortuna foi atacada no Centro de Aracaju. O desentendimento começou após o suspeito passar pelo local, manifestando discurso de ódio contra as transexuais e ela tomou uma facada. Fato ocorrido durante a campanha eleitoral do atual presidente em 2018, onde houve diversos casos de violência política e até mesmo assassinatos como o de Laysa em decorrência da ideologia odiosa que está posta no país.

Laysa não resistiu ao ferimento e veio a óbito. O suspeito foi preso em flagrante, mas o delegado plantonista confeccionou um Termo de Ocorrência Circunstanciado, considerando o crime como ameaça, com lesão corporal de natureza leve. Com isso, o suspeito obteve o direito de ser solto e responder em liberdade.

Durante o enterro de Laysa, foram feitas manifestações contra a transfobia dos familiares que seguiam a tratando no masculino e ignorando seu nome social e sua história. Ativistas presentes chegaram a relatar tumulto, mas ao final o enterro seguiu e as pessoas puderam se despedir de Laysa.

(2018) Shélida Ayana – Rio de Janeiro/RJ

Shélida Ayana, 28 anos, era professora da rede municipal de ensino, há um bom tempo também vinha se dedicando ao ativismo pelos direitos da população LGBT, especialmente da população de trans e travesti. Era, sem dúvidas, umas das mais brilhantes e potentes vozes no movimento social. Ela faleceu vítima de complicações relacionadas ao mal funcionamento dos rins, chegou a ser internada, mas não resistiu.

75. Laysa Fortuna. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/corpo-de-laysa-fortuna-e-sepultado-sob-protestos-contratransfobia/>

Durante seu velório, contam relatos de pessoas presentes, onde mesmo já tendo retificado sua documentação formalmente, familiares insistiram em chamar por alguém que não existia e que tampouco era a pessoa para as quais estavam ali reunidos para lhe prestar uma última homenagem. Foram as ativistas presentes que puxaram um coro a fim de chamar atenção para seu nome, “Shélida, Shélida, Shélida”, constrangendo aquelas pessoas que insistiam em ignorar a identidade pela qual, tanto ela havia lutado, e se dedicado durante toda sua vida.

Ativistas fizeram diversas homenagens em memória de Shélida⁷⁶, que hoje dá nome a um instituto de Direitos Humanos no Rio de Janeiro.

(2019) Lourival Bezerra⁷⁷ – Campo Grande/MS

Lourival Bezerra viveu por mais de 50 anos como homem, pai, companheiro. Ao morrer, seu corpo passou pelo questionamento de não ser aceito com a identidade que assumiu. Chegou a ficar meses no IML de Campo Grande/MS, aguardando a “comprovação de sua identidade”, não aquela que ele vivenciava no dia a dia, mas aquela que havia sido marcada de forma totalmente equivocada pela genitalização do seu corpo.

Lourival morreu vítima de um infarte fulminante. Seu corpo foi encaminhado até o Serviço de Verificação de Óbito (SVO), porém, quando foi transferido até o Imol, uma médica verificou que ele havia sido identificado com um gênero diferente do qual se identificava.

Com isso, peritos iniciaram uma busca por informações sobre seu passado. Na época que Lourival passou a se identificar com outro gênero, a comunidade trans ainda não contava com direitos reconhecidos, o que pode explicar o motivo dele não ter documentações oficiais com seu nome— ele até tinha um documento de identidade, mas o mesmo foi considerado falso.

Isso, inclusive, foi um agravante na hora de seu enterro, já que, desta forma, sua identificação não poderia ser usada para o registro de sua certidão de óbito e, como consequência, a liberação de corpo não foi autorizada. Com isso, Lourival teve que permanecer um longo tempo período no IML até que as investigações avançassem.

76. <https://www.brasil247.com/blog/temos-motivo-para-comemorar-comunidade-trans-e-academica-juntas>

77. Lourival Bezerra. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/-lourival-viveu-como-homem-e-assim-deve-ser-identificado-diz-pesquisador>

(2021) Keron Ravach – Camocim/CE

Keron foi a mais jovem vítima de transfeminicídio do país e o caso também teve grande notoriedade nas mídias e redes sociais. Tendo sido assassinada com requintes de crueldade, aos 13 anos de idade no interior do Ceará. O caixão, cheio de flores, ficou aberto por pouco tempo. Tida como “doce e sonhadora” pelos amigos, foi a transexual mais jovem a ser assassinada no país, no mês do aniversário, com socos, pontapés, pauladas, pedradas, perfuração a faca, além das vestes introduzidas no ânus. Keron foi enterrada na manhã seguinte com o nome de registro e ali foi enterrada definitivamente a sua identidade que ainda nem havia marcado seu lugar neste mundo enquanto viva.

(2021) Alana Azevedo⁷⁸ – Aracaju/SE

O Caso mais recente foi de Alana Azevedo. Onde a família inclusive divulgou fotos suas com roupas “masculinas” e onde também havia sido feito o desenho de uma barba no seu rosto, a fim de reforçar a identidade que havia sido marcada pela família quando do seu nascimento.

Seu enterro revoltou amigos e o movimento em defesa da comunidade transexual de Aracajú (SE). Lana, como gostava de ser chamada, foi velada usando terno, gravata e bigode, como se fosse um homem.

“O que ela mais me pedia, mesmo antes de falecer ou de chegar a ir ao hospital, era para que eu cuidasse para que ela fosse enterrada como ela é, e não foi o que aconteceu”, disse uma amiga de Alana, que também é uma mulher trans.

A vereadora Linda Brasil, protocolou um projeto de lei na Câmara que visa garantir o respeito póstumo (depois da morte) pela identidade de gênero da pessoa.

Esses casos são alguns dos que selecionamos para chamar atenção a este problema gravíssimo que atingia pessoas trans, mesmo aquelas com nome retificado e que seguia invisibilizado para a população em geral, mas que cotidianamente compõe os velórios e enterros de pessoas trans no país, muitas vezes motivadas por questões religiosas ou familiares em detrimento da identidade da pessoa.

78. Alana Azevedo. Disponível em: <https://www.portalviu.com.br/cidades/mulher-trans-e-enterrada-como-homem-e-levanta-debate-em-aracaju>

IMPORTANTE MATÉRIA SOBRE O TEMA⁷⁹

De acordo com um levantamento feito pela Revista Piauí com as prefeituras das 26 capitais brasileiras e o Distrito Federal, apenas São Paulo, Brasília e Palmas têm leis específicas sobre reconhecimento da identidade social em cerimônias de velório, sepultamento e cremação. A capital paulista foi a pioneira em garantir o nome social de travestis e pessoas trans que venham a ser sepultadas nos cemitérios públicos e particulares. Palmas ampliou os direitos de travestis e pessoas trans em relação às cerimônias fúnebres em 11 de abril de 2019, por meio de decreto nº 1.726, que garante o uso do nome social em todos os registros nos serviços funerários, também mediante apresentação de requerimento por alguém da família. Em 9 de dezembro de 2020, foi a vez de a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) aprovar uma lei que virou referência na garantia de respeito à identidade de gênero no pós-morte. A Lei Victoria Jugnet, de autoria do deputado distrital Fábio Félix (Psol-DF), garante o nome social em lápides, jazigos e certidões de óbito mesmo se pessoas trans não tiverem conseguido retificar o nome em vida. A lei é uma homenagem à trans brasiliense Victoria Jugnet, que morreu em 2019. À época, a família teve o pedido de inclusão do nome social nos documentos dos serviços funerários negado pela Justiça do Distrito Federal.

Ainda de acordo com a Piauí, outras iniciativas sobre o tema estão em tramitação pelo país. Em Aracaju, a vereadora Linda Brasil (Psol-SE) apresentou o PL 5/2021, que defende o respeito ao nome social em lápides. O projeto foi considerado inconstitucional pela Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Aracaju (CMA). A psolista recorreu, o recurso foi aprovado, e o projeto aguarda votação em plenário. Em âmbito estadual, a deputada Renata de Souza (Psol-RJ) apresentou o projeto de lei 1287/2019, que garante o direito ao uso do nome social nas certidões de óbito e nas lápides de travestis e pessoas trans e o respeito à aparência pessoal e vestimentas utilizadas pela pessoa trans ao final da vida. Na Assembleia Legislativa de São Paulo, a deputada Erica Malunguinho (Psol-SP) apresentou este ano o PL 97/2021 com o mesmo pedido de respeito à identidade de gênero no pós-morte, acrescentando, em caso de descumprimento, multa equivalente ao valor de dez salários mínimos a serem revertidos para o custeio de políticas públicas de promoção de direitos das pessoas trans e combate à transfobia. Em 9 de março de 2021, o deputado Hilton Coelho (Psol-BA) propôs o mesmo no projeto de lei 24120/2021, apresentado à Assembleia Legislativa da Bahia. Também este ano, a Assembleia Legislativa de Pernambuco aprovou projeto da deputada Laura Gomes (PSB-PE) garantindo o respeito à memória trans em jazigos, lápides e documentos pós-morte, e falta agora a sanção do governador Paulo Câmara (PSB-PE). A lei terá o nome de Lorena Muniz, mulher trans pernambucana

79. Morrer pela segunda vez. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/morrer-pela-segunda-vez/>

que morreu após ser abandonada inconsciente em uma clínica em chamas no município de Taboão da Serra, na Grande São Paulo, em fevereiro/2021.

Muitos são os relatos de que travestis e transexuais que morrem e a família, por questões religiosas, ditava a identidade de gênero com que a pessoa iria ser sepultada. Era como se aquela pessoa não fosse de fato enterrada, que, no caso, seria uma outra pessoa que provavelmente já não existia.

F) Um olhar sobre a COVID

O Brasil é um dos países do mundo que ignoraram as recomendações dos órgãos de saúde para fortalecer políticas neoliberais, aproveitando-se deste momento de crise mundial para retirar mais direitos trabalhistas e implementar medidas negacionistas. Os impactos da crise da COVID-19/Sars-Cov2 foram agravados pelas inações do estado⁸⁰.

A partir de nossas pesquisas, informações enviadas em nossos canais e casos que tomamos conhecimento através de nossas redes, encontramos 14 casos de pessoas trans vitimadas pela COVID-19, mesmo acreditando que esses números seriam ainda maiores casos houvesse o cuidado de identificar as pessoas a partir de suas identidades de gênero e não exclusivamente pelo sexo/órgão genital.

Não sabemos exatamente quantas pessoas trans morreram vítimas da COVID-19, porque não há garantia do respeito ao nome social ou identidade de gênero das pessoas trans nos registros médicos ou atestados de óbito, o que dificulta a identificação dessas pessoas.

Já enfrentávamos um processo de sucateamento do nosso sistema de saúde e de assistência social. Diante da pandemia de coronavírus, temos visto um acirramento das vulnerabilidades da população LGBTI+, além de um aumento das pessoas trans em situação de rua e prostituição, assim como aumento de pessoas LGBTI+ desempregadas. Não houve até o momento um único projeto de apoio à população LGBTI+, nem mesmo vindo do Ministério de Direitos Humanos, cuja ministra tem manipulado dados sobre a violência contra pessoas LGBTI+ no Brasil. A LGBTIfobia, assim como o racismo, são marcas do atual governo.

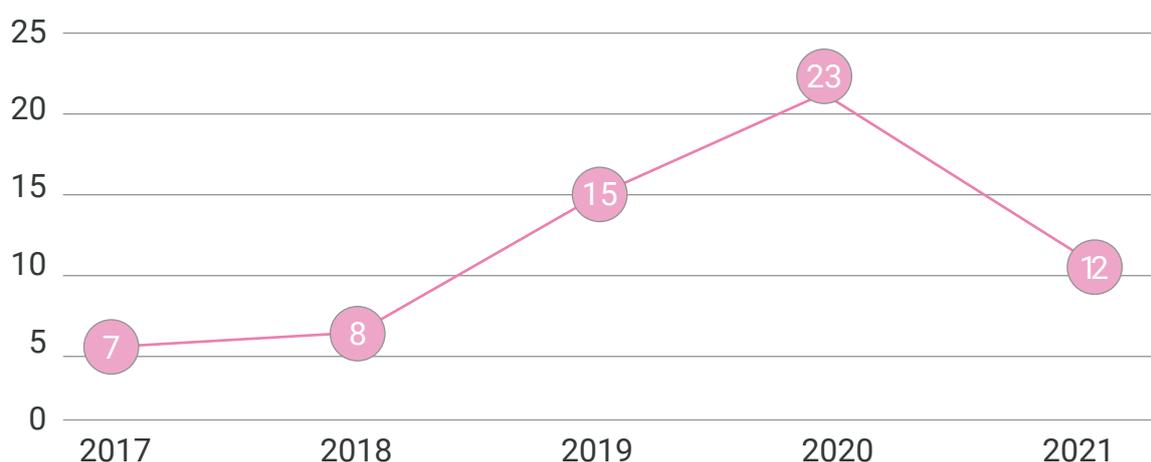
80. Crise dos DH na pandemia. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pandemia-de-covid-causou-uma-crise-de-direitos-humanos-no-brasil/>

10. Suicídio e a saúde mental da população trans

O suicídio é muito difícil de monitorar, porque não são publicados, muitos quando publicados, a família não respeita a identidade de gênero, e ainda tem o problema da notificação; as fichas de notificação não são preenchidas, ou quando são preenchidas, são feitas de forma incorreta. Todavia, reconhece-se que o processo de exclusão social, a marginalização, discriminação e estigmatização que se concretiza no nosso dia a dia, como as tentativas de homicídio e a violação de direitos humanos, muitas vezes, leva ao suicídio.

Em 2021, foram catalogados 12 casos de suicídio, sendo 2 casos entre homens trans/transmaculinos e 10 travestis/mulheres trans. Corroborando com os dados publicados no dossiê 2020, “onde observamos os maiores índices de assassinato, são as travestis e mulheres trans que enfrentam maior número de suicídios, apesar de serem os homens trans/transmasculinos que mais apresentam ideações ou tentativas”. O gráfico abaixo demonstra os casos monitorados desde 2017:

Gráfico – Suicídio de pessoas trans

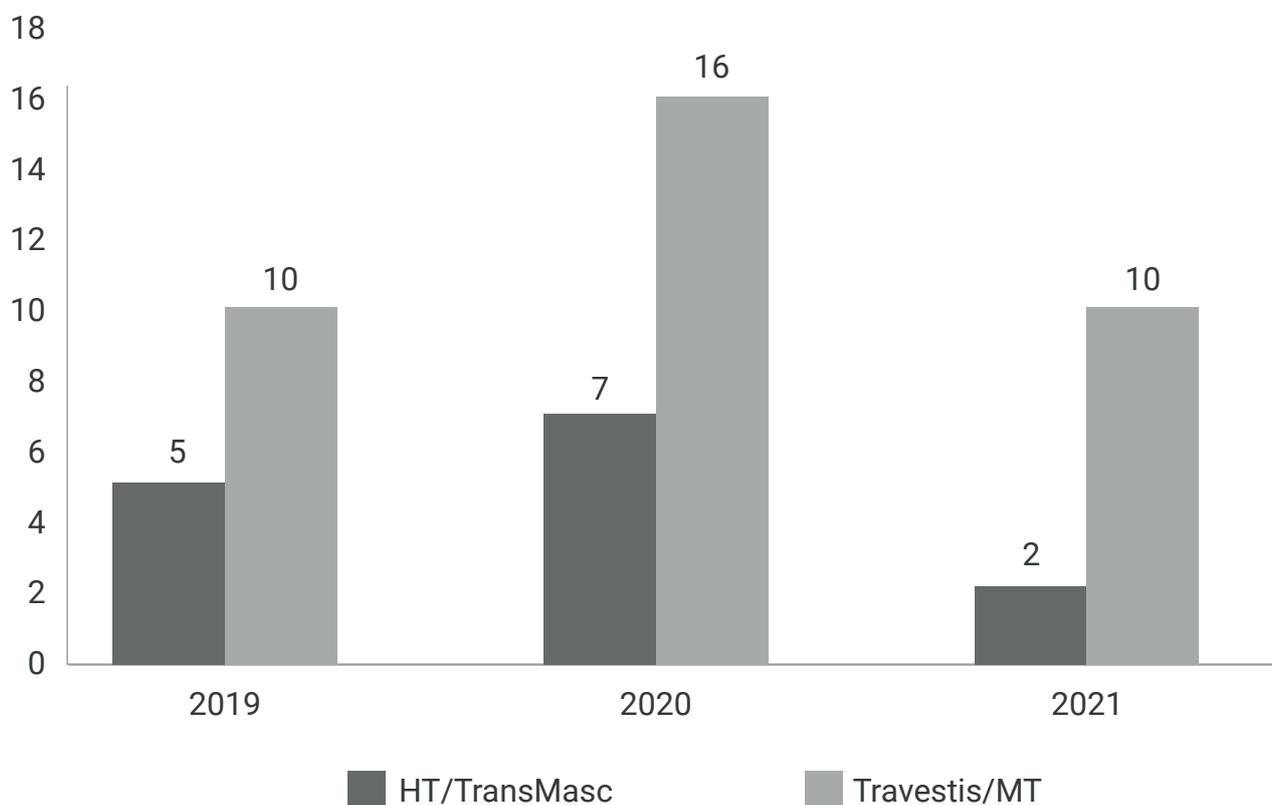


Fonte 2017-2020: ObservatorioTrans / 2021: ANTRA e Acontece LGBTI+
AUTORA: BENEVIDES, Bruna, 2022.

Em 2020, haviam sido catalogados 23 casos de suicídio, sendo 7 (30%) casos de homens trans/transmaculinos e 16 (70%) travestis/mulheres trans. Enquanto em 2019,

dos 15 casos de suicídios mapeados em 2019, 5 (33%) eram homens trans/transmasculinos e 10 (67%) foram travestis e mulheres trans. Nos anos de 2017 e 2018 não havia sido feito o recorte sobre gênero.

Gráfico: Suicídio de pessoas trans por identidade de gênero



Fonte 2019-2020: ObservatorioTrans / 2021: ANTRA

AUTORA: BENEVIDES, Bruna, 2022.

Existe um mito relacionado as questões de saúde mental das pessoas trans, onde está posto no senso comum que a travestilidade ou transexualidade em si, seriam fatores que causariam ideações suicidas, depressão, ansiedade ou outras questões de saúde mental. São ideias que estão postas sob um viés estigmatizante e patologizante, que ignoram os resultados positivos de uma transição em ambientes acolhedores, com apoio dos pais, amigos e familiares, acesso a tratamentos de saúde e acompanhamento nas questões de transição para quem deseja ou precisa, garantia de atendimento humanizado, respeito e uso de nome social e banheiro de acordo com a identidade de gênero das pessoas trans nos espaços sociais, são alguns dos fatores que podem vir a garantir a qualidade e melhora da saúde mental de nossa população.

As pessoas LGBTQIA+ comumente são excluídas de vários grupos sociais, seja pelos

próprios pais, famílias e ou pela sociedade, tendo constantemente sua orientação e/ou identidade questionadas. A discriminação começa desde muito cedo e está relacionado a uma reação à quebra dos padrões sociais de gênero. Se uma criança tem pênis, é esperado um comportamento social masculino e vice-versa – caso fuja disso, ela vira motivo de chacota e pode ser agredida de diversas formas. A discriminação, notavelmente, gera uma série de efeitos negativos sobre a saúde mental do indivíduo e contribui mais tarde para o seu adoecimento.

A ONG Internacional National Gay and Lesbian Task Force aponta que 41% das pessoas trans já tentaram suicídio nos EUA em algum momento, contra 1,2% da população cisgênero (aquela que não é trans). Uma pesquisa do Instituto Williams de Los Angeles publicada em 2014 estimou que 40% das pessoas trans já tentou cometer suicídio. Já uma pesquisa da Universidade de Columbia nos Estados informa que o índice de suicídio é 5 vezes mais frequente entre LGBT.

Essa é uma questão muito cara e sensível para a população LGBTI em geral, em especial para a pessoas Trans e deve ser vista inicialmente pelo viés de saúde pública que, paralelo as questões de transfobia, devem ser prevenidos de forma continua eficaz. Além de observarmos que há vários outros fatores podem levar ao suicídio de pessoas Trans como, por exemplo, o contexto social, econômico, disfunções químicas, e as próprias questões de saúde mental.

Onde apenas com um diálogo qualificado e aprofundado, com estudos e levantamentos feitos com pessoas da área da saúde mental diretamente envolvidas nas questões de saúde mental, poderemos pensar em estratégias para minimizar os índices que são alarmantes em nossa população.

A maioria dos homens trans no Brasil, por exemplo, já passou por violência verbal, institucional e física. Grande parte do sofrimento psíquico vem da discriminação que existe nos equipamentos de saúde, na educação e na própria família.

A pesquisa “Os Homens Trans no Brasil: as políticas públicas e a luta pela afirmação de suas identidades”, de Roberto Cezar Maia de Souza, da Faculdade de Psicologia Maurício de Nassau, em 2016, traz dados importantes e alarmantes sobre a população de homens trans brasileiros: como o fato de que 66,4% homens trans entrevistados que afirmaram já ter pensado em suicídio. Realizada em parceria com o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), a pesquisa contou com 242 pessoas de todas as regiões do Brasil⁸¹.

81. DOSSIÊ: a carne mais barata do mercado. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-31335485/documents/5a4bd0e51c26cuBf611F/Dossie2018.pdf>

Silva et al. (2020) trazem que as pessoas trans começam a vivenciar experiências de agressão e discriminação desde o momento que se permitem exteriorizar sua identidade de gênero. Assim, a descoberta do gênero é o momento no qual são vítimas de violência física e verbal no contexto familiar. Não estar nos padrões de gênero esperados pela família é um dos primeiros sórdidos e desumanos obstáculos vivenciados. As pessoas travestis e transexuais que estavam no ambiente doméstico demonstraram maior proporção de ideação suicida quando comparados com aqueles que tinham sido expulsos do núcleo familiar⁸².

Segundo Costa, Cândido e Bizerra (2015), as pessoas trans sofrem com o preconceito, discriminação, sentimento de invisibilidade e violação de todas as naturezas promovidos pela sociedade no mundo atual. Tais condições dificultam ainda mais o acesso aos serviços públicos, entre eles educação, saúde, meios sociais e segurança pública. Eles apresentam ainda como agravantes de sua saúde riscos à integridade psíquica, física e moral, causando redução da qualidade de vida e promovendo danos à saúde mental e física principalmente, sendo os processos de sofrimento e sensação de inferioridade⁸³ (apud Correa et al., 2020).

Casos de suicídio tem sido relatado com maior frequência nas redes sociais e em grupos de convivência de pessoas trans, especialmente entre pessoas negras e em situação de vulnerabilidade. Uma pesquisa feita nos Estados Unidos com 129 pessoas trans concluiu que o respeito ao nome social diminui as taxas de depressão e suicídio, além de reforçar a necessidade de se debater a saúde mental com a comunidade trans⁸⁴.

Em suma, em relação a comunidade trans, o abuso físico ou sexual, a exclusão familiar, o desemprego, a violência, a ausência de esperança, o transtorno de ansiedade generalizada, a depressão, humilhação, baixa autoestima, são fatores que podem levar ao suicídio. É um problema social preocupante, reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um problema de saúde pública e que aumenta todo ano, afetando milhares de pessoas anualmente por casos de suicídio.

82. SILVA, G. W. S. et al. Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não-governamentais. **Cien Saude Colet [periódico na internet]**

83. CORREA, Fábio Henrique Mendonça et al.. Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico. *J. bras. psiquiatr.* [online]. 2020, vol.69, n.1, pp.13-22.

84. CAVALCANTE, Isabella. Respeitar nome social reduz riscos de suicídio e depressão, diz estudo. *Metrópolis*, 26/4/2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/comportamento/respeitar-nome-social-reduz-riscos-de-suicidio-e-depressao-diz-estudo>

11. Recomendações

Diante de todo esse cenário, pensamos algumas recomendações que podem ser incorporadas a fim de promover o enfrentamento da transfobia e de suas múltiplas formas, na busca por ambiente social onde as pessoas trans possam existir, serem protegidas e se sentirem seguras.

Recomendações gerais

- Realização de mutirões no órgãos do sistema de assistência social, para emissão emergencial e gratuita de documentação, regularização e inclusão no cadastro da rede de assistência e programas sociais para pessoas LGBTI+, idosas, em situação de rua, população periférica de baixa renda, migrantes e/ou que morem fora das capitais, em assentamentos de movimentos pelo direito a terra, e profissionais do sexo a fim de que possam ser atendidas pelas medidas sócio econômicas;
- Inclusão da proteção específica às profissionais do sexo nos planos de proteção social;
- Impedir prisões pelo exercício das atividades relacionadas ao trabalho sexual, afastando-se de medidas punitivas, retirada forçada das ruas e criminalização da atividade;
- Garantir o direito à autodeclaração de gênero das pessoas trans e gênero diversas em todas as áreas de atuação do estado;
- Incentivo de campanhas e ações para o enfrentamento da exploração de profissionais do sexo;
- Incluir no currículo escolar, temas ligados a educação sexual inclusiva, e a tolerância à diversidade.
- Apoio e incentivo às ações da comunidade LGBTI+ no enfrentamento das vulnerabilidades, da fome e desemprego durante a pandemia, com atenção especial aos territórios controlados pelo narcotráfico, periferias e comunidades de favelas;
- Realização de campanhas e ações contra a violência doméstica, seja física ou psicológica motivada por LGBTIfobia;
- Garantia do atendimento e acolhimento nos abrigos públicos de acordo com a autodeclaração de gênero e respeitando a orientação sexual das pessoas e famílias LGBTI+;

- Garantia de distribuição de alimentos, materiais de higiene e insumos necessários para a proteção ao COVID-19 à população LGBTI+ em situação de sua, desempregados, profissionais do sexo e outros profissionais autônomos ou que tiveram suas atividades interrompidas devido a necessidade de isolamento social;
- Garantia de atendimento e acolhimento de travestis e mulheres transexuais nos mecanismos e canais de atenção à mulher vítima de violência;
- Garantia de atendimento livre de discriminação contra LGBTI+, pessoas vivendo com HIV e profissionais do sexo nos órgãos de saúde;
- Garantir o respeito a identidade de gênero e o nome social das pessoas trans nas unidades de saúde, com respeito a auto declaração de gênero em caso de internações em unidades de saúde;
- Garantir o uso do nome social e pronomes adequados no tratamento das pessoas trans e seus acompanhantes nas unidades de saúde, de assistência social ou abordagens por agentes de segurança pública;
- Em caso de óbitos, garantir o marcador da identidade de gênero e o respeito a identidade de gênero das pessoas trans nos laudos cadavéricos, atestados de óbito e lápides;
- Garantia de não interrupção da dispensação dos medicamentos usados na hormonização das pessoas trans e continuidade dos atendimentos ambulatoriais previstos no processo transexualizador, inclusive a possibilidade de serem feitos por home office;
- Garantia da continuidade do tratamento para pessoas LGBTI+ vivendo com HIV e a distribuição de medicamentos antirretrovirais;
- Mudança de regime e revisão de pena das pessoas LGBTI+ vivendo com HIV em privação de liberdade para regime domiciliar;
- Incentivo a pesquisas sobre a interação do coronavírus e pessoas em hormonização, uso de silicone industrial e vivendo com HIV;
- Realizar campanhas públicas que incluam a diversidade LGBTI+ a fim conscientizar sobre seus direitos, os impactos da transfobia e sobre os efeitos da criminalização da LGBTIfobia;
- Garantir políticas emergenciais específicas para enfrentar os impactos da pandemia na população trans, com atenção as profissionais do sexo, moradores de favela e da periferia, pessoas em situação de rua, egressas do sistema prisional e aquelas privadas de liberdade e sistema socioeducativo;
- Garantir o cumprimento da decisão do STF sobre retificação de nome e gênero das pessoas trans, assim como o correto enquadramento do reconhecimento da homotransfobia como forma de racismo nos termos da decisão do STF que

criminalizou a discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero;

- Incluir marcadores de identidade de gênero e questões sócio econômicas da população trans no censo demográfico previsto para 2021;
- Implementação de espaços públicos de abrigo para pessoas trans idosas, assim como crianças e adolescentes expulsas de casa;
- Criar e implementar medidas legais e políticas antidiscriminação, e ações afirmativas/ medidas positivas no campo da educação e do emprego, para evitar que qualquer pessoa tenha que depender da venda de sexo como meio de sobrevivência devido à pobreza ou discriminação.
- Implementar ações governamentais, promovendo as articulações entre os órgãos estaduais e municipais, e entre estes, e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) de assistência social, educação ou defesa de direitos que tratem da temática diretamente necessárias à implementação da política de proteção à Comunidade LGBTI+ ;
- Transversalizar, político-administrativamente os programas, projetos, serviços e benefícios de atenção a pessoas LGBTI+ com deficiência ou mobilidade reduzida, em situação de rua, em privação de liberdade, as profissionais do sexo, trabalhadores do campo, indígenas e em território de favela;
- Atuar em defesa do estado laico e na luta pelos direitos humanos.

Recomendações para a segurança pública

- Criação de protocolos policiais para enfrentamento da violência lgbtifóbica no Brasil, assim como para o correto atendimento e abordagem de pessoas LGBTI+ por agentes de segurança pública;
- Providenciar formação para sensibilização e educação de agentes públicos em todas as áreas, mas especialmente da segurança pública, órgãos de proteção a vítimas de violência e espaços destinados a mulheres vítimas de violência doméstica e em espaços estatais sobre a importância do acolhimento das pessoas trans respeitando suas especificidades;
- Coletar e analisar dados sobre violências, tentativas de homicídio, assassinatos e violações de direitos humanos contra a população de travestis e demais pessoas trans;
- Combater a impunidade e a subnotificação de abuso e violência; e
- Apoiar e incentivar o trabalho de monitoramento da violência com a celebração de parcerias com as instituições da sociedade civil que atue na área.

Recomendações e ações emergenciais para o enfrentamento da violência política de gênero

- Construção de estratégias para identificar, denunciar e monitorar os suspeitos;
- As Câmaras Municipais devem organizar um plano de segurança para as parlamentares, com alocação de recursos específicos para a implementação de medidas de proteção, envolvendo seus gabinetes, assessores e familiares, em articulação com instituições locais e órgãos de segurança, com atenção especial para a garantir do pleno exercício do mandato, sem prejuízo da parlamentar junto as suas bases eleitorais;
- As Câmaras Municipais devem destinar recursos pessoais, financeiros e institucionais para a implementação de um plano de proteção das parlamentares;
- Mobilização dos partidos, para que as ações de proteção às parlamentares cis sejam estendidas e garantidas as travestis e mulheres trans;
- Devem ser organizadas equipes de segurança, devidamente preparadas e formadas para as questões relacionadas com a população trans;
- Organização de uma rede de acompanhamento e monitoramento das parlamentares e dos casos noticiados e denunciados à polícia/justiça;
- Conscientizar sobre os impactos de discursos políticos-religiosos que incentivam a discriminação motivadas por gênero, identidade de gênero, raça ou etnia dentro das casas legislativas;
- Realizar audiências públicas, debates e discussões intersetoriais entre órgãos públicos e a sociedade sobre os impactos da violência política motivada por transfobia e questões relacionadas a população trans;
- Implementar medidas a fim de que seja erradicada a violência política contra mulheres, cis e trans, negras e moradoras de periferia.

12. Artigos

1. Operações policiais contra travestis na ditadura e na democracia⁸⁵

Bruna Benevides

Sara Wagner York

Renan Quinalha

Muitos caminhos foram semeados para que sonhos de existências possíveis se consolidassem neste momento e mais especificamente para 2022. A organização dos movimentos sociais trans/travestis ocorre com maior evidência a partir do advento AIDS/HIV (apesar de aparecer no mundo e fazer suas primeiras vítimas em 1978/79, no Brasil os números aparecem em 1981/82), década de 1980/90. Alguns casos, ainda que abafados pelo movimento GLS, precedem a luta coletiva do movimento que hoje chamamos TRANS. Há sobretudo um levante interno, no então, movimento GLS, marcado como contra-movimento que ocorre em razão da postura transfóbica e misógina por parte de alguns atores que naquele momento apoiavam a exclusão de corpos que estivessem em grande dissonância ao corpo heteronormativo aceito. Neste capítulo, abordaremos alguns momentos históricos que foram fundamentais para que chegássemos até o presente com tanta força, esmero e união.

O movimento GLS também produzia violência e estava muito latente naquele período fazendo inclusive vítimas como a própria Brenda Lee. Gilberta que é um outro símbolo de quem fugiu do país por conta da violência policial, as operações de limpeza racial que aconteciam, faz do movimento o trans, um fruto do casamento da AIDS/HIV e da violência sistêmica para manutenção da cisgeneridade como modo naturalizado de manutenção de algumas vidas e descarte de outras.

As travestis estiveram – e ainda seguem – na linha de frente das violências do Estado contra a população LGBTI+. Operações policiais são, historicamente, o principal instrumento para a perseguição dos corpos dissidentes dos padrões de gênero e sexualidade, apesar do

85. Este texto traz diversos elementos da pesquisa contida em QUINALHA, Renan. *Contra a Moral e os Bons Costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

vácuo apresentado pela quase ausência direta de violência policial nos últimos anos. Em 2021 há um retorno das práticas de outrora, que vão de agressão ‘com bala de borracha’ a educadora trans⁸⁶ à agressões injustificáveis⁸⁷, um caso que relembra o trato dispensado a LGBTs pelo policial “Bigode”⁸⁸ ou ainda a covardia exercida pelas guardas municipais em algumas cidades do Brasil⁸⁹.

O objetivo deste texto é mapear, por meio de fontes de imprensa, documentos e depoimentos, algumas dessas operações policiais desde o período da ditadura (1964 – 1985) até os nossos dias a fim de analisar tanto as continuidades quanto os deslocamentos nesses modos de governo das identidades TRANS/travestis ou sob rasura de mesma acuidade.

A repressão policial na ditadura

As polícias enquanto instrumentos de gestão da pobreza e de moralização dos espaços públicos não foram criação da ditadura. Contudo, foi nesse período de enorme concentração do poder nas mãos do Executivo que as polícias foram reorganizadas e formatadas para atuarem em uma lógica militarizada de perseguição de inimigos internos, incluídas aí as pessoas LGBT.

A repressão policial nas ruas foi a face mais visível da constante e costumeira violência que se abateu contra homossexuais, travestis e prostitutas nos grandes centros urbanos durante a ditadura. Pontos de sociabilidade e de diversão frequentados por essa população sofreram não apenas monitoramento intensificado, mas também batidas policiais seguidas de prisões arbitrárias, pela prática das mais diversas formas de torturas física e psicológica, pela extorsão e outros métodos de violação de direitos humanos.

Como dito, tal imposição violenta de isolamento e confinamento de LGBTs em guetos ostensivamente vigiados e rotineiramente abordados por forças de segurança pública não começou com a ditadura e tampouco se encerrou com ela. Contudo, a acentuada centralização do poder, típica dos regimes autoritários, foi conjugada com a estruturação de um mosaico repressivo em que o policiamento cumpria uma função essencial em espaços

86. <https://br.noticias.yahoo.com/estava-ouvindo-musica-na-rua-e-guarda-atirou-com-bala-de-borracha-denuncia-educadora-trans-231811384.html>

87. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/30/mulher-trans-e-agredida-por-guarda-na-regiao-da-cracolandia-centro-de-sp-veja-video.ghtml>

88. https://www.facebook.com/watch/?extid=CL-UNK-UNK-UNK-IOS_GK0T-GK1C&v=905818949576669

89. <https://www.otempo.com.br/brasil/travesti-negra-torturada-em-teresina-implorou-para-ser-morta-1.2531287>

públicos, como as ruas. Ao lado da espionagem, da censura e da propaganda, a polícia política se constituiu como um dos pilares da atuação estatal. Ela não apenas deixou de ser controlada por um órgão externo e pela opinião pública, cujos principais meios de informação encontravam-se sob domínio da censura, mas também foi investida de atribuições cada vez mais abrangentes e de caráter militarizado na proteção da vaga ideia de segurança nacional contra os “inimigos internos”, cujos contornos eram definidos convenientemente em termos políticos e também morais.

O circuito da perseguição contra LGBTs passava por batidas policiais ostensivas, que mobilizavam um número expressivo de agentes. Estas investidas ocorriam nas regiões de maior concentração, especialmente nos guetos e outros espaços de confinamento, que acabavam propiciando algum acolhimento e proteção aos homossexuais. Geralmente, eram detidos sem qualquer acusação mais consistente e submetidos a constrangimentos públicos pela exposição de seus corpos ou de suas preferências sexuais, que muitas vezes eram enrustidas e escondidas devido ao preconceito vivido nos universos escolar, familiar e profissional.

Apesar da ausência de legislação expressa criminalizando orientações sexuais ou identidades de gênero não-normativas, diversos outros tipos ou contravenções foram abundantemente mobilizados para enquadrar LGBTs e coibir a sua existência aberta. Vadiagem, atentado público ao pudor, corrupção de menores, violação da moral e dos bons costumes, furtos e roubos, porte e uso de drogas foram alguns dos dispositivos utilizados para instrumentalizar o direito e realizar um controle legal destes grupos, geralmente jogados em um submundo associado a diversos tipos de crimes morais ou patrimoniais. A prática policial criminalizava, assim, as condutas que a legislação não definia como delitos penais.

LGBTs, depois de detidos, eram levados para os distritos policiais ou prisões comuns, onde permaneciam por horas ou dias. Ali, eram submetidos a diversas humilhações e torturas relacionadas, muitas vezes, à orientação sexual ou à identidade de gênero. Como muitos eram abordados em zonas de prostituição e se dedicavam a esta atividade profissional, as “bichas” e travestis eram também extorquidas para serem liberadas ou mesmo para terem um tratamento menos violento. Ficavam por dias incomunicáveis, em condições precárias, que sempre foram características típicas do sistema penitenciário comum brasileiro, recebendo até mesmo menos atenção por parte de familiares e imprensa do que os presos políticos na época da abertura. Em vez de detenções por longos períodos, era mais comum ocorrer frequentes prisões por curtos períodos de tempo. LGBTs não eram, assim, eliminados fisicamente, como acontecia com os subversivos “políticos”. Antes, o objetivo dos órgãos repressivos era, primordialmente, um saneamento moral e uma higienização

social que implicavam em disciplinamento das identidades dissidentes, sua normalização a partir dos valores conservadores irradiados pelo regime autoritário e a expulsão dos espaços públicos, ainda que fossem os guetos ocupados por essa população.

A orientação clara de dispersão das pessoas LGBT dos lugares onde se concentravam em busca de amores furtivos ou de novas amizades expressava uma política executada por diversos organismos estatais e ainda era reforçada por alguns agentes públicos que imprimiam suas concepções conservadoras com total liberdade contando, frequentemente, com o respaldo de seus superiores.

Diversos são os registros históricos de abusos cometidos pelo aparato de segurança contra a população LGBT, mas a maior parte das fontes disponíveis datam do final da década de 1970, quando estava em pleno curso o processo de abertura. A maior fonte de registros das ações policiais investidas contra esta população segue, ainda, sendo os vestígios deixados nas notícias publicadas na imprensa. Contudo, uma das dificuldades encontradas é o fato de que os principais jornais pouco publicavam sobre LGBTs e as demais publicações de grande circulação eram de cunho sensacionalista. Assim, foi sobretudo na imprensa alternativa que se intensificou, no final da ditadura, os registros mais confiáveis, tanto das ofensivas da repressão, como das resistências do movimento organizado.

Neste sentido, uma das mais importantes fontes foi o *Lampião da Esquina*, por se tratar do principal jornal em circulação naquele momento dedicado aos interesses dos homossexuais. Logo no seu primeiro ano de existência, a publicação já começava a denunciar e a documentar violações de direitos de LGBTs decorrentes de operações policiais nas ruas, sobretudo no eixo Rio-São Paulo, onde se concentravam os editorialistas e colaboradores. Passemos, então, à análise das fontes que nos revelam como a perseguição às pessoas LGBT se materializou nos territórios urbanos das grandes cidades.

"Não sabe porque a gente se corta? É o único jeito de não ir presa"

Logo na primeira edição do jornal, foi veiculada uma longa reportagem, de autoria de Antônio Chrysóstomo, sobre a vida noturna dos "caubóis" e de outras personagens cativas do "triângulo da badalação entendida ou da prostituição masculina", expressão que fazia referência à Cinelândia, Galeria Alaska e Avenida São João, com expressiva concentração de homossexuais. A matéria já apontava o medo e a violência a que estavam sujeitos os frequentadores desses locais, sobretudo, as travestis.

Na matéria, quem relata a violência policial é uma travesti, designada como "Paulo, Paulete, Paulona, a Doida – me chama como quiser", conforme ela mesma se apresentava.

Segundo Chrystóstomo, tratava-se de “um cara [sic] disposto a tudo, cansado de apanhar, de ir preso, de lavar latrina de distrito policial, sem saber que crime cometeu”. Ao perceber seus braços cheios de cortes e cicatrizes nos pulsos, até a altura do cotovelo, o jornalista questionou o que teria produzido aquelas escoriações, ao que Paulete respondeu: “Você não tá com nada, hein cara? Não sabe porque a gente se corta? É o único jeito de não ir presa, quando a polícia baixa na Lapa e na Cinelândia”.

Pegas “em flagrante” no trottoir que faziam para ganhar a vida, travestis como Paulete andavam municiadas com giletes que enfiavam nos seus próprios braços como um esforço antes de serem arrastadas para os camburões policiais que as levariam para a detenção. Assim, elas se viam obrigadas a mutilarem seus corpos, mesmo que isso deixasse suas marcas gravadas, para tentar escapar da violência do Estado. Nesta mesma entrevista, Paulete afirmou que, ao se cortarem, não dava outra: “os homens tem de levar [...] pro hospital, senão morre de sangrar. E no hospital a gente não apanha, até tratam bem”.⁹⁰

Uma matéria intitulada “Gays quebram pau com delega machão”, do Jornal O Povo, de 28 de outubro de 1982, retrata a reação àquilo que ficou conhecido como “Operação Bicha”, desencadeada sob o pretexto de que muitos furtos que estariam acontecendo na região da Lapa e Cruz Vermelha estariam sendo levados a cabo por travestis que ali trabalhavam como prostitutas.

Assim começava o relato: “Doravante, só vai poder rodar bolsinha na área da 5a DP ... quem tiver carteirinha e for devidamente catalogado naquela especialidade. Até os estagiários de bicha ou prostituta estão obrigados a isso”⁹¹. O delegado determinou a retirada de “circulação” de mais de “50 ‘figurinhas’ que esvoaçavam pela dita área”, mas a matéria sensacionalista mencionava que, mais difícil do que retirar as bichas e prostitutas, foi “a trabalhadeira que elas deram na 5ª DP com seus gritos e shows de histeria madrugada adentro”.⁹² Algumas das travestis entrevistadas concluíram que “agora, ‘todas’ estão apavoradas com a nova ordem do delegado: prostituta e bicha de catálogo é uma novidade”.⁹³ Nem era tão inédito um procedimento dessa natureza, pois o delegado Guido Fonseca, em São Paulo, já adotava medidas semelhantes em São Paulo.

90. “Os caubois, seus clientes: todos querem ser felizes no triângulo da badalação”. Lampião da Esquina, edição 1, maio/junho de 1978, p. 5

91. Jornal O Povo, 28 de outubro de 1982. Até mesmo uma matéria sensacionalista como essa despertava atenção da espionagem política, conforme análise dessa notícia presente na Informação n. 317/19/AC/82, da AC/SNI para o DSI/MJ, sobre “acompanhamento de assuntos contrários à moral e aos bons costumes, veiculados por órgãos de imprensa, em textos ou manchetes, caracterizando abuso no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação...” (BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_1839).

92. Jornal “O Povo”, 28 de outubro de 1982 (BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_1839).

93. Jornal “O Povo”, 28 de outubro de 1982 (BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_1839).

De qualquer modo, vale notar que este tipo de violência homofóbica e transfóbica não era algo novo no Rio de Janeiro que ressuscitou, na década de 1970, uma figura conhecida na Zona Sul e no Centro e que havia sido responsável, desde os anos 1950, por batidas policiais nas boates, bares e hotéis cariocas: o delegado Deraldo Padilha. Naquela época, ele ocupou a Divisão de Meretrício da Delegacia de Costumes e Diversões, perseguindo incansavelmente prostitutas, travestis e homossexuais. Sempre acompanhado pela imprensa, que propagandeava suas ações, ele voltava à ativa depois de um afastamento no ano de 1968, acumulando a titularidade dos 12º e 13º Distritos Policiais de Copacabana. A truculência com que ele invadia os estabelecimentos comerciais era tanta, que a associação comercial e industrial da Zona Sul começou a criticar e até a processar Padilha, a fim de interromper suas arbitrariedades. Ele acabou sendo aposentado compulsoriamente por ato do presidente Médici, em 19 de janeiro de 1973, sem que tenha sido claramente declinada a motivação⁹⁴.

Outros delegados procediam da mesma maneira, alinhados à orientação da própria Secretária de Segurança Pública, como o Delegado José Gomes de Andrade que, em certa ocasião, chegou a afirmar:

Desde que assumi a 5ª DP, há dois meses, vimos fazendo várias investidas na Praça Tiradentes, apesar desta não ter um grande número de ocorrências, para ver se conseguimos afastar os marginais e os homossexuais da área. O novo Secretário de Segurança Pública tem imprimido um maior rigor e, com a continuidade deste trabalho, a coisa tende a acabar. A partir do momento em que tivermos uma atuação sistemática na região, os homossexuais não vão se sentir bem ali e irão procurar outro lugar.⁹⁵

“Corre bicharada que a polícia chegou”

Pelo menos desde 1977, com a gestão de Erasmo Dias à frente da Secretaria de Segurança Pública paulista, intensificou-se, sobremaneira, as ações policiais para coibir a expansão das zonas de sociabilidade homossexual e de prostituição. Ainda que não fossem novidade, as ofensivas do Estado se multiplicavam por todas as grandes cidades. Mas foi mesmo em São Paulo, onde se concentrava o maior contingente de bichas, lésbicas e travestis, que teve lugar a maior e mais sistemática operação repressiva levada a cabo contra essas populações.

94. MOREIRA, Antônio Carlos. “Deraldo Padilha: perfil de um delegado exibicionista”. *Lampião da Esquina*, n. 26, julho de 1980, p. 19.

95. MOREIRA, Antônio Carlos. “Corre que lá vem os home!” *Lampião da Esquina*, n. 36, maio de 1981, p. 13.

Exemplo de uma medida restritiva de direitos que preparava o terreno para as operações mais ostensivas foi a Portaria 390, de 1976, editada pela Delegacia Seccional Centro, em São Paulo. A norma era dedicada especificamente às travestis, que deviam assinar um Termo de Declarações com diversas informações pessoais (e.g. gastos com hormônios e ganho mensal); os prontuários policiais deveriam “ser ilustrados com fotos dos pervertidos, para que os juízes [pudessem] avaliar seu grau de periculosidade”⁹⁶.

A iminente presença do Papa João Paulo II em São Paulo, prevista para acontecer no dia 29 de junho de 1980, era o pretexto perfeito para desencadear uma cruzada moral contra corpos incômodos, tidos como imorais, que ocupavam espaços centrais da cidade. O combate à prostituição e às pessoas LGBTQs, que sempre existiu, foi intensificado, a pretexto da visita ilustre, embora tenha projetado seus efeitos muito além dela.

Em 25 de março de 1980, o Estado de São Paulo publicou um anúncio de página inteira, com grande destaque, e que circulou por três dias, sobre uma reportagem que seria publicada em breve abordando o perigo representado pelas travestis nas ruas da cidade:

Eles se vestem de mulher, tomam conta de vários pontos espalhados pela cidade, são violentos e chegam a matar. Há poucos dias um antiquário foi jogado de baixo de um carro na República do Líbano e morreu na frente da mulher e dos filhos. O que a cidade, a Polícia e a Justiça têm a dizer sobre os Travestis? O ESTADO mostra o problema, em matéria especial sexta e sábado.⁹⁷

Esse crime de assassinato do antiquário Agnaldo Guimarães, supostamente cometido por travestis em 15 de março, em uma zona residencial de São Paulo, foi o quanto bastou para o jornal mais influente do país, naquele momento, veicular duas reportagens, nos dias 28 e 29 de março de 1980, alertando a população sobre o “perigo dos travestis”. Sob o pretexto de prestar um “serviço público”, o periódico, que por seu caráter conservador até então evitava publicar matérias relativas aos LGBTQs⁹⁸, denunciava a “invasão” dessas pessoas em certas regiões centrais. O jornal já vinha, regularmente, desde 1979, alimentando uma opo-

96. OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate a homossexualidade na cidade de São Paulo - (1976 – 1982). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EDUFSCAR, 2014, p. 157.

97. O Estado de São Paulo, 25 de março de 1980, p. 35.

98. Segundo Penteado, o jornal “sempre evitou referências ao homossexualismo em suas páginas” (PENTEADO, Darcy. Um apelo da tradicional família Mesquita: prendam, matem e comam os travestis!. Lâmpião da Esquina, n. 24, maio de 1980, p. 2). Para MacRae, “a novidade foi uma série de artigos publicados pelo ‘O Estado de S. Paulo’ em que se fazia uma campanha pela erradicação dos travestis, especialmente aqueles que faziam ponto em áreas residenciais finas da cidade” (MACRAE, Edward. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 223).

sição entre as “famílias decentes” e as “prostitutas” na região central, publicando diversas matérias sobre o “Edifício Século XX”, outrora de alto padrão, que estava sendo, cada vez mais, ocupado por trabalhadoras do sexo.⁹⁹

Não por outra razão, ainda na democracia, décadas após a transição, vemos relatos de operações muito semelhantes que contam não apenas com a omissão, mas com a ação de instituições do Estado como as polícias, detendo travestis arbitrariamente e violando seus direitos básicos¹⁰⁰. Apesar dessa violência transfóbica persistente, o que muda, hoje, é que há um movimento mais organizado e com maior capacidade de denúncia e de cobrança em relação ao Estado¹⁰¹, fazendo com que tais práticas não sejam mais ignoradas ou ocultadas como acontecia há tão pouco tempo entre nós. Daí a importância de denunciar e divulgar quaisquer tipos de violências contra a população LGBT, que, desde decisão do Supremo Tribunal Federal de 2019, consistem em prática de racismo, criminalizado pela nossa legislação.

(In)conclusões

É a violência que fez com que surgisse a partir da sociedade civil, movimentos sociais que unificam a nossa mobilização e inserção política no/de Estado, contribuindo para a proposição de políticas públicas. O Programa Brasil Sem Homofobia, muitos aliados e ativistas trans, como Fernanda Benvenutty, por exemplo, tiveram um papel fundamental no estabelecimento das primeiras políticas para população LGBT em nível federal e que reverberam nos estados. Na sequência, movimentos da década de 1980 abrem várias conquistas e as movimentações que marcam o próprio dia 29 de Janeiro, que é o dia da Visibilidade Trans. O dia no qual as travestis, em 2004 denunciam a situação de violência, falta de direitos básicos e o não compromisso do Estado para com nossas vidas. O Estado denunciado como um dos maiores perpetradores dessa violência, seja pela mão violenta da polícia como descrito neste artigo ou seja indiretamente, pela falta de políticas públicas e omissão.

Dados estatísticos e outros estudos seguem sem apoio direto do Estado. Se o recorte é feito por gênero, mulheres são os maiores alvos e a população Intersexo sequer aparece nos registros levados a público. Se o recorte é por raça, a população preta ainda é majoritariamente a mais violentada e a indígena, pouco se sabe sobre identidades de gênero e

99. OCANHA, Rafael Freitas. “Amor, feijão, abaixo camburão” – Imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983). Dissertação (Mestrado em História), PUC/SP, 2014, p. 80-81.

100. <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/travestis-sao-detidas-e-acusam-pms-de-abuso-de-autoridade-no-centro-de-sp.ghtml>

101. <https://ponte.org/veronica-bolina-como-um-caso-de-saude-mental-virou-caso-de-policia/>

dados interseccionados. Território, etarismo e geração, capacitismo e tantos outros tópicos ainda não configuram nos mapas do Estado, apesar de tudo as abordagens violentas têm cor, território e identidade de gênero como destino, como o caso de 2017 quando o prefeito João Dória, manda recolher 20 travestis que estavam na Praça da República em São Paulo. O Estado segue em muitos espaços, replicando a lógica higienista de retirar travestis do território em que elas foram colocadas compulsoriamente e impedindo de trabalhar e sobreviver, mesmo que no Brasil não seja crime se prostituir. A nome da defesa da família, a sociedade ainda segue apontando os dedos para a vítima como se fosse seu algoz¹⁰². As travestis que eram caçadas pelos policiais diariamente, hoje quando vão a alguns fóruns e seminários são recebidas como parte da estrutura e contribuem para políticas de segurança pública. De reféns do estado passamos a educadoras sociais produzindo conteúdos, lives, material didático, cartilhas, literatura (que vão das ficcionais às literaturas médicas). Só mantendo essa postura vigilante e sem tolerância com a violência é que conseguiremos construir uma democracia com inclusão e diversidade.

102. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/moradores-de-bairro-nobre-de-sp-fecham-ruas-com-portoes-para-impedir-prostituicao-e-crimes.ghtml>

2. Jornalismo transfóbico? Uma análise da imprensa na cobertura sobre pessoas trans

por Caê Vasconcelos¹⁰³ e Vitória Régia da Silva¹⁰⁴

É comum abrirmos os jornais, impressos ou virtuais, ou ligarmos a televisão e nos depararmos com transfobias da imprensa. Desde o desrespeito às identidades de gênero de pessoas transvestigêneres até o desconhecimento dos jornalistas que noticiam as histórias. Expressões como “nascido no corpo errado”, exposição dos nomes mortos e desrespeito aos pronomes são corriqueiras na imprensa brasileira.

Imprensa brasileira essa, aliás, que ainda é composta, em sua maioria, por mulheres (58%), brancas (68%) e solteiras (53%) com até 40 anos, segundo a pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ainda existe uma ausência de dados sobre identidade de gênero e orientação sexual na categoria, mas é perceptível que a presença é especialmente cisgênero e heterossexual. Esse é o principal motivo pelo qual ainda vemos em 2021 tantos erros nos veículos de comunicação.

Em maio de 2021, o [Fantástico](#) definiu que a menstruação é algo do “corpo feminino” em uma matéria sobre pobreza menstrual, excluindo homens trans e pessoas transmasculinas, não-binárias e Intesexo com vagina de uma conversa muito importante. No mesmo mês, Pedro Bial se referiu a travestis no pronome masculino durante seu programa “[Conversa com Bial](#)” em um papo com o ex-jogador Ronaldo Fenômeno. Em julho, o [Encontro com Fátima Bernardes](#), colocou um psiquiatra cis-hétero-branco para explicar a diferença das identidades mulher trans e travesti e deu palco para um show de transfobia e desinformação – que foi corrigido no programa do dia seguinte após as críticas de pessoas trans nas redes sociais.

Já em agosto, o Jornal Nacional foi acusado de transfobia, porque erraram o pronome do cantore Demi Lovato, que este ano, falou publicamente sobre sua não-binariedade. Durante a apresentação do jornal, William Bonner, se referiu u Demi, que usa pronomes

103. **Caê Vasconcelos** é jornalista, homem trans, bissexual e cria de Vila Nova Cachoeirinha, uma das periferias zona norte de São Paulo. É autor do livro-reportagem “Transresistência: Pessoas trans no mercado de trabalho” (Dita Livros, 2021) e repórter especializado na cobertura LGBTQ+ e de direitos humanos. Reportagens publicadas em Ponte Jornalismo, Agência Mural de Jornalismo das Periferias, Uol, Yahoo, El País, Revista AzMina e Omelete. Ganhou o prêmio de melhor TCC pela Abraji em 2018 e foi o primeiro jornalista trans da história do programa de entrevista Roda Viva, da TV Cultura, em 2021.

104. **Vitória Régia da Silva** é jornalista, editora-chefe da Revista Capitolina e repórter da Gênero e Número. Em sua trajetória, sempre trabalhou com reportagens, workshops e cobertura de temas que envolvem recortes de raça, gênero e sexualidade. É co-fundadora do Bisibilidade, coletivo de mulheres bissexuais do Rio de Janeiro e faz parte da Frente Bissexual Brasileira.

neutros, como ‘cantora americana’, desrespeitando sua identidade. Situações como essa, infelizmente, não são incomum no jornalismo brasileiro que ainda se recusa a respeitar a identidade de gênero das pessoas trans.

Em março a imprensa já havia demonstrado despreparo para noticiar a transição do ator Elliot Page. Na maioria das matérias traziam o nome morto de Elliot logo no título e, apesar delu ter falado sobre a não-binaridade e dos pronomes masculinos e neutros, a imprensa o identificou como homem trans.

Novamente em outubro, quando o governo Bolsonaro vetou a gratuidade de absorventes para pessoas em situação de pobreza menstrual, a imprensa tradicional deu uma aula do que não se deve fazer quando falamos de assuntos que envolvem pessoas trans. O [G1](#) notificou o fato chamando os absorventes de “absorventes femininos”. Só alteraram para “absorvente menstrual” no final do dia, após receber inúmeras críticas. No mesmo dia, a imprensa independente, como [AzMina](#) e o [Nós, mulheres das periferias](#), mostraram que, sim, é possível fazer um jornalismo que realmente incluía as demandas da população trans.

Erros como esses mostram que os profissionais não se esforçam para buscar as informações, apurar os fatos do que se é noticiado porque as vidas trans, no Brasil, não importam. Mas as mortes importam. Raramente vemos pessoas trans e travestis na imprensa em pautas positivas, para falar de vida e de potência. A imprensa prefere estampar os corpos violentados e tombados do que os corpos em movimento. É importante termos esses registros para criação deste dossiê e para evidenciar o impacto da transfobia, mas é importante também termos outras narrativas na imprensa, principalmente escritas por pessoas trans.

Quando se opta por falar apenas das mortes e das violências, se gera, na sociedade, um estigma, que é ruim para moldar como a cisgeneridade enxerga a transgeneridade e para pessoas trans conseguirem se reconhecer, sem medo de morrer a cada passo dado. É importante comemorarmos as nossas vitórias, mesmo que ainda remotas. É importante darmos espaço para a arte, para o cinema, para a música, para as dezenas de potências que temos.

O jornalismo tem uma função importante de guardião da memória e não podemos continuar contribuindo para violentar ainda mais, mesmo após morte, a vida e memórias das pessoas trans. E dá para falar dos assassinatos humanizando aquela vida que foi arrancada. O primeiro passo é respeitar a história daquela vítima. Respeitar seu nome, seu pronome, sua identidade. Ninguém precisa saber o nome dado para ela no primeiro nascimento. Não é função do jornalismo trazer essa informação para contar uma história. Em uma sociedade

cisheteronormativa, as pessoas trans não precisam, a cada explicação, serem lembradas que, um dia, foram lidas no gênero que não as representa. Nenhuma pessoa trans “vira” algo, ela é. Nenhuma pessoa trans merece ou deve ser lembrada pelo nome que ela não escolheu para ela. Nenhuma pessoa trans “muda de sexo” – até porque “sexo biológico” é uma expressão ultrapassada (ou que minimamente requer atualização), por isso é sempre melhor usar “gênero”.

Como a imprensa retrata as mortes?

Analizamos alguns casos emblemáticos que foram cobertos pela imprensa nos últimos anos para mostrar alguns erros e escolhas editoriais que propagam a transfobia contra as vítimas, assim como os acertos nas apurações e abordagens. É possível ver o despreparado em diversos níveis e como o jornalismo trata as mortes como casos isolados.

Laura Vermont

Apesar de ser anterior ao dossiê anual a ANTRA, o emblemático assassinato da jovem Laura Vermont, executada aos 18 anos na zona leste de São Paulo (SP), mostra algumas das maiores dificuldades da imprensa em cobrir casos de violências e assassinatos contra a população trans.

A morte de Laura foi revelada pela [Ponte Jornalismo](#), veículo especializado na cobertura de segurança pública que tinha acabado de ganhar vida, e chegou a ser replicado por portais como R7 e G1. Na época, um [vídeo que mostra o momento em que Laura é espancada](#) por 5 homens foi exaustivamente usado pela imprensa. A exposição da violência foi a abordagem usada.

Além disso, algumas matérias, como uma do [G1](#), deram um imenso espaço para a versão policial que criminalizava Laura, dizendo que a jovem estava com “um canivete e alterada”. Apesar de ter a família negando essa versão, o espaço dado para a versão policial foi bem maior. Com o passar dos anos, os veículos pararam de acompanhar o caso de perto e apenas a Ponte continuou a cobertura para não deixar a morte de Laura ser esquecida, seguindo de perto a [família da jovem](#).

Durante os anos, a imensa maioria dos veículos usou a identidade travesti para definir Laura, apesar da mãe da jovem afirmar que ela se identificava como mulher trans. Isso mostra como é muito comum que os jornalistas e editores que escolhem, na hora da matéria

ser publicada, como identificar uma pessoa trans, sendo que essa deveria ser uma das perguntas feitas para as pessoas vitimadas, no caso de Laura a família, que sempre a acolheu.

Dandara Kettlyn de Velasques – Dandara Santos

Quem acompanha o dossiê anualmente já leu bastante sobre Dandara, que na imprensa foi chamada de Dandara dos Santos, mas, como bem nos lembrou Neon Cunha na edição de 2019, se chamava Dandara Kettlyn de Velasques.

Espancada com socos, chutes, pedradas, golpes de madeira e tiros, Dandara foi executada aos 42 anos, no bairro de Bom Jardim, periferia de Fortaleza (CE). Oito homens participaram do crime.

A crueldade das torturas e do assassinato de Dandara impulsionaram a cobertura jornalística, realizada por veículos locais, do Ceará, nacionais e internacionais. O caso foi acompanhado durante os últimos 4 anos, incluindo com matérias sobre o júri popular dos assassinos de Dandara.

Apesar disso, a negação do nome foi um dos erros mais comuns na cobertura, já que o nome de registro foi exposto pela imprensa. E, assim como Laura, teve sua morte filmada e assistida incansavelmente pela cisgeneridade. Os vídeos foram fundamentais para que os culpados fossem responsabilizados pelo crime, mas, novamente, a exposição da violência foi usada.

Quelly da Silva

“Ele era um demônio. Eu arranquei o coração dele. É isso”, disse Caio Santos de Oliveira, de 20 anos, que confessou ter assassinado Quelly da Silva, de 35 anos, em Campinas (SP) que responsabilizou a vítima pelo que houve. Essa confissão e o requinte de crueldade do caso estampou as chamadas das organizações de mídia.

Quelly foi ferida no rosto e na cabeça com vários golpes de uma garrafa de vidro e ainda teve o peito aberto e o coração arrancado pelo criminoso, que colocou uma santa no lugar e guardou o órgão em sua casa. Além disso, ainda furtou seus pertences.

Apesar do Huffpost, veículo que deixou de funcionar em 2020, ter confirmado com a Polícia Militar o nome social da vítima, ainda identificam na matéria seu nome morto, o que não era necessário e desrespeitava a identidade de gênero e nome da vítima.

Oliveira foi preso em flagrante no dia seguinte do assassinato e o crime foi registrado como latrocínio, roubo seguido de morte. Além de noticiarem o caso, veículos como G1 e CBN de Campinas também informaram o desfecho: o réu foi absolvido após ter sido diagnosticado como portador de esquizofrenia em exame feito por médico psiquiatra. O juiz do caso determinou a internação dele “pelo prazo mínimo de dois anos”.

Thadeu Nascimento

Em maio de 2017, o jovem Thadeu Nascimento, de 24 anos, morador de Salvador, foi morto a tiros e com requinte de crueldade. Ele foi encontrado sem roupa, com sinais de tortura em um bairro diferente do que morava, após desaparecer de casa. Segundo familiares, havia sinais de arrombamento e objetos foram levados.

O caso saiu em portais como G1 e no site Me Salte, mas não teve grande cobertura na imprensa. Inclusive, foi difícil encontrar informações sobre o caso devido à falta de cobertura contínua sobre ele.

Nesse sentido, é importante destacar como são poucos os casos de assassinato e violência contra homens trans e transmasculinos na mídia, o que não significa que isso não aconteça, mas reflete as barreiras em como a sociedade ainda enxerga e valida esses corpos. Segundo levantamento da ANTRA em 2017, foram assassinados 10 homens trans em relação às 169 travestis e mulheres trans.

Segundo o site Desacato, em outubro de 2017 dois homens foram presos acusados do homicídio. Ele teria sido confundido com um informante que denunciava o tráfico de drogas no bairro de Cajazeiras 3.

Matheusa Passareli

Um dos casos recentes, mais emblemáticos de violência contra pessoas trans, o jovem não-binário Matheusa Passareli Simões Vieira, 21 anos, era estudante de Artes Visuais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e ativista negra e LGBTI. Em abril de 2018, foi morto com um tiro de fuzil e esquartejado no Morro do Dezoito, em Água Santa Zona Norte do Rio de Janeiro.

Desorientada e nua, após vir de uma festa onde fazia um trabalho, ela foi capturada pelos criminosos e levada para o “tribunal do tráfico”. Seu corpo foi esquartejado e inci-

nerado e os restos mortais nunca foram encontrados. A polícia conseguiu identificar os autores do crime e prenderam o homem que matou e esquartejou a estudante universitária. Ele confessou e deu detalhes do crime.

A cobertura foi extensa sobre o caso, do BuzzFeed à Revista Veja, há matérias sobre o que houve com a estudante. Em pesquisa Google o nome Matheusa aparece em quase 300 mil resultados. Mais uma vez, o requinte de crueldade e a relação com o tráfico chamam atenção ao caso.

A própria Uerj se manifestou sobre o ocorrido e destacou como Passareli era uma defensora da educação pública. Como uma pessoa não-binária, os pronomes femininos da jovem foram respeitados na imprensa, mas alguns veículos ainda traziam seu nome morto nas reportagens.

Keron Ravach

A primeira semana de 2021 começou com o assassinato de Keron Ravach, adolescente trans de 13 anos que foi morta com pauladas, socos, chutes, facadas e pedradas por um adolescente de 17 anos em Camocim, a 457 km de Fortaleza (CE).

O crime demorou alguns dias para começar a ter repercussão na imprensa. O jornal local “O Povo” foi o primeiro a fazer uma matéria denunciando a morte de Keron e foi seguido pela Ponte Jornalismo. Depois da cobertura da Ponte, veículos como Alma Preta, G1, Veja, Carta Capital e entre outros também fizeram reportagens.

Apesar de respeitar a identidade de gênero e os pronomes de Keron, todas as matérias trouxeram a versão da polícia de que Keron teria se recusado a fazer um programa com o seu agressor, umas com mais e outras com menos destaque. Veículos como [O Povo](#) e a [Ponte](#) trouxeram a versão dos amigos negando o fato. Já o [G1](#) trouxe o valor do programa no título da reportagem.

Lorena Muniz

Em fevereiro de 2021, Lorena Muniz, 25 anos, foi deixada para trás em uma clínica em São Paulo durante um incêndio. A jovem, que veio de Recife para realizar o sonho de colocar próteses mamárias, perdeu a vida por negligência dos proprietários e funcionários da clínica.

O caso ganhou repercussão na imprensa depois da família da jovem, principalmente o namorado, postarem o fato nas redes sociais. A cobertura foi feita pelo G1, Uol, Brasil de Fato, Ponte Jornalismo, Alma Preta, Metrôpoles, Carta Capital, Veja, entre outros.

Inicialmente, a imprensa noticiou o fato como um acidente, mas, com o passar do tempo e as cobranças impulsionadas nas redes sociais, tanto a imprensa quanto a polícia começaram a tratar o caso como homicídio culposo, quando não há intenção de matar.

O caso deu espaço para que matérias investigativas sobre como atuam as clínicas clandestinas, como a reportagem da [Ponte](#) e do [Profissão Repórter](#), da Rede Globo.

Roberta Nascimento da Silva

Foi um caso que gerou comoção nacional e teve uma considerável cobertura midiática. Em julho de 2021, a jovem Roberta Nascimento da Silva, 32 anos, foi atacada por um adolescente que ateou fogo ao seu corpo em Recife (PE). O ataque deixou, inicialmente, 40% do seu corpo queimado e uma série de complicações médicas.

Segundo o registro policial, a vítima não tinha documentos e morava na rua. Como o acusado era menor de idade, o caso foi registrado como “ato infracional análogo a homicídio doloso tentado”.

Depois que sofreu o ataque Silva precisou amputar os dois braços e enfrentou outras complicações como queimaduras de terceiro grau, o que levou a sua morte apenas duas semanas depois da tentativa de homicídio.

O caso teve tanta repercussão que o prefeito da cidade, João Campos (PSB), se manifestou nas redes sociais desde a publicização do caso até a sua morte e a co-deputada Robeyoncé Lima foi até o Hospital visitar a vítima. Diversos veículos como Ponte Jornalismo, O Povo Online, Brasil247, G1 e Brasil de Fato cobriram o caso.

Um destaque da cobertura é que os veículos além de informarem sobre o caso, mostraram como a situação não é isolada, e que outras mulheres trans e travestis foram assassinadas em apenas um mês, o que mostra a importância do jornalismo com contexto e dados para revelar uma situação de inequidade.

Vidas e narrativas trans importam

Quando falamos de uma imprensa que respeita as vidas transvestigêneres, falamos de uma imprensa que respeita os nomes, identidades e singularidades das pessoas trans e travestis. Falamos de uma imprensa que não enxerga as corpos transvestigêneres apenas quando tombam, mas que conseguem ver toda a potência dessas pessoas.

Quando falamos de uma imprensa que respeita as vidas transvestigêneres, falamos de uma imprensa feita por pessoas trans e travestis. Falamos de redações que contratam, acolhem e deem espaço para que as pessoas trans e travestis possam realmente fazer seu trabalho. Falamos de pessoas trans em todos os cargos, dos estágios até as cadeiras mais altas da pirâmide de uma redação.

Quando falamos de uma imprensa que respeita as vidas transvestigêneres, falamos de uma imprensa que cobra o cis-tema, que não se cala quando uma pessoa transvestigênera é impedida de usar o banheiro, de acessar às salas de aula, de usar o nome social, de ter acesso ao mercado de trabalho.

Quando falamos de uma imprensa que respeita as vidas transvestigêneres, falamos de uma imprensa que sabe que foi responsável por disseminar inúmeras fake news acerca das vivências trans, que foi responsável pelo apagamento e invisibilização da população trans ao longo das décadas.

Quando falamos de uma imprensa que respeita as vidas transvestigêneres, falamos de uma imprensa que entende a importância de falar de música, de arte, de cinema, de afeto, de apoio, de acolhimento e de narrativas positivas sobre a população T.

Quando falamos de uma imprensa que respeita as vidas transvestigêneres, falamos de um jornalismo que assume que é parcial, mas que seu lado é o da luta contra a transfobia, o cissexismo, o machismo, o patriarcado e a opressão de classe, fatores estes responsáveis pelos assassinatos.

A luta contra a transfobia também é da imprensa. Venham realmente ser pessoas aliadas, jornalistas.

3. Juventudes trans na encruzilhada do presente

Carta à Teresa

por Céu Cavalcanti¹⁰⁵

Teresa,

Começo esses escritos te pedindo desculpas. Tomo emprestado teu nome como elemento que me ajuda a, por hora, compor forma ao imaginar destinatária a quem dirigir essas breves linhas que aqui se seguem. Nesse momento enquanto te escrevo você é ainda um pedacinho de matéria humana se desenvolvendo dentro da barriga do seu pai e, ainda assim, fazem poucos dias você foi protagonista de um momento que modifica perspectivas e prioridades, como bem falou sua mãe (minha irmã travesti). Essa semana te vimos pela primeira vez numa tela de ultrassom e isso, dimensiona ainda mais a tua chegada nesse mundo e tempo.

Não nos cabe ainda saber se você será uma pessoa trans, tampouco isso significa que nos cabe pressupor que você será uma pessoa cis, mas fato é que você chegará ao mundo em inícios de 2022 bem no cerne de uma comunidade de pessoas trans. Atravessamos os efeitos de uma pandemia de Coronavírus ao mesmo tempo em que as dinâmicas políticas de casas legislativas e executivas nos últimos cinco anos (potencializadas pelo golpe de 2016), viram cada vez mais à direita num misto confusamente hipócrita de liberalismo de mercado e conservadorismo de costumes. Como um breve registro temporal que nos permita colocar em análise os efeitos desses tempos em nossas comunidades trans - especialmente as juventudes - cabe um breve passeio.

Há uma ousada senhorinha poetisa chamada Wislawa Szymborska que escreve que o livro dos acontecimentos está sempre aberto pela metade, de modo que é sempre precário e provisório tentar delimitar os inícios das linhas que produzem o emaranhado do presente. Nessa dinâmica, parece sempre haver retornos. O já citado golpe de 2016 escancara aos poucos um Brasil ressentido pelos tímidos avanços que no decorrer da primeira quinzena dos anos 2000 produziram inegáveis crescimentos. Em 2014, como efeito direto de programas de redistribuição de renda básica e da criação e fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social, o nosso país finalmente sai do mapa da fome. Estima-se que nos primeiros 15 anos do século, reduzimos a pobreza em 15% e a extrema pobreza em

105. Céu Cavalcanti, travesti, pernambucana, psicóloga. Atualmente reside no Rio de Janeiro e é doutoranda em psicologia pela UFRJ. Vice-presidenta do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. Integra a Articulação Nacional de Psicólogues Trans (ANP Trans) e compõe a diretoria Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSOS) na gestão 2022-2023

25%. Junto a isso, como efeito direto de um conjunto de lutas sociais, pautas das diversidades começam a tomar espaço em mesas de composição e negociação direta com o governo.

O presente é sempre composto por muitas linhas, Tetê. E se conseguimos aos poucos ir disputando ano a ano acesso, visibilidade e dignidade nos mais diferentes espaços, há algo da ordem de uma política do ódio que foi tomando espaço nas vidas de todes e, nesse momento, nos chega como um atravessamento quase inescapável.

Em 2014 havia um filósofo brasileiro que já afirmava em tons premonitórios que toda a América latina entraria num momento de “expectativas decrescentes”. Ele apontava que com o avanço de políticas sociais dos últimos anos, a redução (ainda que pouca) das desigualdades sociais, produziria um contraefeito de acirramento de lógicas antidemocráticas (ARANTES, 2014). Infelizmente vivemos muito rapidamente essa mudança. Vimos nossas expectativas de futuro diminuírem um pouco a cada ano, a cada novo corte, a cada novo pronunciamento dos representantes do país. Depois do golpe de 2016, entramos em uma espiral decrescente de direitos sendo retirados dia a dia, até que, em 2018 uma campanha presidencial passa a fazer uso do discurso de ódio e do pânico moral como principais - e únicas - bandeiras de governo. Ser abertamente contrário à vidas de pessoas LGBTI volta a ser não só possível, como incentivado. Gênero passa a ser o discurso principal de toda a horda conservadora na medida em que, o uso conveniente do falso conceito de “ideologia de gênero”, inflamado categoricamente enquanto pânico moral, se compõe como ferramenta ideal para a manipulação de massas de manobra. Sim, eles foram maioria e essa constatação tornou um pouco mais difícil as vidas trans no Brasil de 2018 em diante.

O projeto de governo começou a ser sistematicamente cumprido. Já nos primeiros meses de mandato um vídeo circula abertamente quando a então ministra do ministério dos direitos humanos, dança comemorando que no Brasil estaria extinta a “ideologia de gênero” e que a partir dali “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”. A fala imediatamente virou piada, mas, enquanto pessoas trans, sentimos na carne o tom de ameaça implícita que em definitivo nunca foi sobre a cor de roupas, mas sobre o enrijecimento da cisgeneridade como única opção de vida. Pouco tempo após, o Decreto nº 9.759 de 11 de abril de 2019 extingue quase todos os conselhos de direitos e de participação social, inclusive o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT. Houve à época mobilizações na tentativa de revogar esse decreto, mas sem sucesso. A imagem que metaforiza esse tempo é de descida de ladeira. A cada semana havia novos comentários, ações, revogações que nos levam à exaustão.

Em meio a tudo isso, chegamos em 2020 em uma grande pandemia de Coronavírus que modificou drasticamente nossos modos possíveis de habitar as coletividades. No início, sem saber ainda muito bem o que viria, esperamos passar rapidamente por uma quarentena que de semana em semana segue se estendendo por quase dois anos. Como esperado, as formas de gestão do risco e as proposições sanitárias por parte do governo foram as piores possíveis. Negacionismo somado com perseguição explícita à ciência foram ingredientes para tornar o Brasil o epicentro da contaminação. “Bem vindo ao Estado Suicidário” é um texto escrito por Vladimir Safatle que pensa sobre como a gestão da Pandemia radicaliza no Brasil de Bolsonaro a gestão da morte (de algumas pessoas) como produto central da política. Vimos e vivemos Teresa, no decorrer de 2020 e 2021, um contínuo de absurdos que produziram até agora enquanto escrevo o número de 620 mil pessoas brasileiras mortas por COVID-19.

Enquanto isso, populações indígenas são cada vez mais atacadas em seu próprio território pelo acirramento da violência armada, como também nas vias legais pela proposição de projetos que retiram direitos e garantias dos povos indígenas. Em paralelo, vimos o acirramento da lógica militarizada de guerra contra alguns territórios, o que gera nesses últimos anos um aumento de 11% no assassinato de juventudes negras, segundo o IPEA. Inevitável pensar que no fluxo esse cenário os números de assassinatos de pessoas trans também aumentaram em meio a um contexto de complexidades interseccionais que modulam raça, classe e território na dança das precarizações.

Há um paradoxo, Tetê, por um lado temos muito mais visibilidade que em 2016, nossas pautas tem um pouco mais de eco, mas por outro é mais difícil a subsistência imediata. Alimentos básicos, moradia, transporte e vestimenta vão, dia a dia, se tornando cada vez mais difíceis e pessoas trans, já sendo um grupo marginalizado pelos impedimentos de acessos, temos em geral, ainda mais dificuldade de garantir nossas subsistências nesses tempos de “crise” e de ódio. As tais expectativas decrescentes desceram mais do que poderíamos imaginar e talvez em décadas nunca foi tão difícil ser jovem como hoje. Uma matéria da folha publicada em junho de 2021 aponta que, pela falta de perspectivas, 47% dos jovens têm produzido o desejo de migrar do país. Esse número generalizado a partir da perspectiva de uma população entendida como cisgênera nos convoca a pensar sobre as juventudes trans. Essa ausência de perspectivas não é fruto “natural” ou ordem divina. É efeito da produção ativa da destruição de garantias institucionais como política de gestão pública. Em nome de uma suposta guerra contra alguns, revogam-se direitos para todes, se destroem as políticas de participação social, implodem-se os espaços democráticos de deliberação e não à toa, Tetê, jogam com os afetos das massas a partir da manipulação do medo e da livre produção de mentiras absurdas. Há uma geometria relativamente linear: o medo é pro-

duzido e manipulado, o que a sua vez produz ódio irracional direcionado a “bodes expiatórios”, o que por sua vez, produz desejo de aniquilamento, de guerra, de destruição e punição desses grupos entendidos como risco. (isso quem me falou foi Pedro Paulo Bicalho ainda no início de 2018).

Inevitáveis efeitos - acumulamos algumas imagens que sempre nos assombram. Uma delas me acompanha por todo o ano de 2021 e sei que seguirá comigo por muito tempo. Na primeira semana de janeiro, uma fotografia circula nas minhas redes. Nela, uma criança com cabelo preto, amarrado com um coque no alto da cabeça segura uma flor vermelha de hibisco. Keron Ravach tinha apenas 13 anos quando foi brutalmente assassinada com socos, chutes e pauladas na cidade de Camocim, interior do Ceará. A morte de Keron nivela ainda mais para baixo as estatísticas de idade mínima para assassinato de pessoas trans no Brasil. É inevitável às vezes, enquanto sigo distraída a vida cotidiana, me pegar de repente voltando para essa imagem: uma criança tímida numa calçada segurando uma flor de hibisco. O absurdo da hipocrisia posta é que o discurso que definiu as últimas eleições foi em grande medida a ideia de “defesa às infâncias”. Quem defendeu Keron? Ela não contava no perfil de infância a ser protegida? Quem se importou com o fato de que sua morte se deu numa via pública, em contextos de precariedade? Quem se importa que ela tenha morrido sozinha, sem suporte, sem socorro, sem defesa? Ah Teresa, eu não queria te falar essas coisas e rezo para que você demore muito tempo a entender o que aqui escrevo.

Preciado (2021), filósofo homem trans, no livro “Um apartamento em Urano” escreveu uma carta dirigida a todo um conjunto de pessoas que ele chamou de crianças da bala, crianças que desde cedo percebem sozinhas que elas próprias são o alvo dos discursos de ódio de suas famílias. Keron foi uma criança cuja bala se literalizou no espancamento fatal. Muitas de nós fomos crianças da bala que, crescemos com o risco de morte incrustado em nós e apesar disso, seguimos nossas vidas desenvolvendo estratégias de esticar um pouco mais a vida em seu limite - sobrevida, sobreviver.

O que dizer às atuais crianças da bala? O que dizer para a atual juventude trans que começa a habitar territórios e produzir a si nesse nosso complexo tempo insalubre? Teresa, se falo em diagonal com juventudes trans mirando em ti é porque talvez a condição de imaginação política que por hora ando necessitada, entenda que ao te alcançar como imagem-diálogo, lanço uma flecha em direção a um tempo ainda por vir, um tempo que estamos disputando coletivamente no hoje, um tempo que preciso imaginar como melhor, apesar de ainda tanta lama misturada com sangue. Apesar de Keron, de Roberta e de tantas outras, outros, outres.

Se o futuro é um pouco mais difícil e imprevisível hoje do que foi alguns anos atrás, é urgente pensarmos o efeito desse tempo em nossas comunidades trans, em especial entre aquelas de nós mais vulnerabilizadas pela intersecção de opressões capacitistas, de raça, classe, geração e território. Enquanto nação, esperança em futuros ainda que mínimos é uma dívida nossa com as juventudes trans que vivem no país, que segue sendo o que mais nos mata no mundo todo. Perdão, Tetê, mas mesmo antes de você, eu já andava me sentindo tia de toda jovem pessoa trans que conheço. Travestis quando passamos dos 30, talvez, chegamos nessa inevitável percepção. Esse sentimento de tia me responsabiliza de alguns modos e me faz resgatar um trecho de uma música que Ivan Lins escreveu para a geração seguinte. Ele diz: *“Perdoem por tantos perigos/ Perdoem a falta de abrigo/ Perdoem a falta de amigos/ Os dias eram assim/ Perdoem a falta de folhas/ Perdoem a falta de ar/ Perdoem a falta de escolhas/ Os dias eram assim.”*

Perdoem, jovens pessoas trans. Vocês não deveriam ter que iniciar a vida social tendo que lidar com tanto ódio, com tantos perigos, com a ignorância escolhida como projeto de nação. Deveríamos ter entendido o quanto balas entranhadas produzem sufocamentos. Deveríamos ter entendido que democracia necessariamente implica o reconhecimento e o fortalecimento das diferenças e que tudo isso só se faz com reparação histórica, redistribuição e com justiça social. Deveríamos ao menos ter entendido que políticas feministas são incompatíveis com a transfobia. Mas nem isso.

Sabe Teresa, lembro agora de uma cena que vivi no encontro nacional do FONATRANS em 2019 na cidade do Rio de Janeiro. Em uma determinada mesa, falávamos sobre conjuntura e muitas pessoas apontavam medo do que viria. Nesse momento, Jovanna Baby levanta e pede a fala. Ela traz com altivez de que se nós, jovens travestis estávamos receosas do tempo de hoje, precisávamos imaginar o que foi ter sido travesti nos anos 80. Certa vez, ela aponta que o Brasil sempre foi um território muito duro para vidas trans, mas que juntas sempre conseguimos desenhar estratégias minimamente possíveis, seja a partir do estado, seja contando unicamente com nossas redes de afeto. Ela lembrava que hoje ao menos já conseguimos colher pequenos frutos de lutas coletivas das gerações anteriores, nos possibilitando inclusive dispor de ferramentas outras na disputa por vidas melhores para nós e às nossas. A memória viva de Jovanna Baby, agora eternizada no livro de sua autoria Bajubá Odara é importante ferramenta para as gerações seguintes de pessoas trans.

A pista de vida apontada por Jovanna ganha forma na afirmação de Viviane Vergueiro (2018) ao dizer “sou travestis”. O que aqui me chega é bem similar ao que Audre Lorde já assinalava, de que não há libertação fora da comunidade, só há no máximo uma trégua precária e temporária entre alguém e sua opressão. Se sufocamento é a grade metáfora do

nosso tempo, a produção de respiros passa a ser tarefa política das mais fundamentais e isso, desconfio, só se faz mais possível em coletivo. Em comunidade podemos construir micromundos onde nossas vidas são viáveis, celebradas e amadas. Paradoxo das bolhas, Tetê. Se o mundo se faz as vezes impossível, a construção de redes subterrâneas entre nós é fundamento estratégico de fortalecimento e produção de vida. Jota Mombaça (2021) cansa de escrever para despertar a empatia de quem nos mata e passa a escrever àquelas de nós que vibram e vivem apesar de. Jota profetiza:

“Não vão nos matar agora porque ainda estamos aqui. Com nossas mortas amontoadas, clamando por justiça, em becos infinitos, por todos os lugares. Nós estamos aqui e elas estão conosco, ouvindo essa conversa e nutrindo o apocalipse do mundo que nos mata. (p 13-14)

Não vão nos matar agora, permaneceremos aqui, ainda que nossa existência física se esvazie, permaneceremos como memória sutil encarnada no corpo de todas as que vierem depois de nós. E elas, eles, elus, ainda que possa ocorrer de não herdar políticas públicas estruturadas que garantam plena dignidade e vida, herdarão não somente nossas lutas, mas também herdarão nossas alegrias, nossos amores, nossas esperanças e sonhos. Mas agora enquanto ainda é o nosso tempo, enquanto ainda estamos aqui, marcando que não vão nos matar agora, lembro de minha querida Jaqueline Gomes de Jesus que em 2017 escreveu que: “Seguimos sonhando, amando e realizando, oxalá sendo sonhadas, amadas e realizadas. Nossa luta e nossa vitória são todo dia!”

Há um estranho mito cisgênero que diz que homens produzem pensamento e mulheres sentimentos. Esse mesmo mito diz que travestis não teríamos capacidade para produzir nenhum dos dois. Em alguma medida, Tetê, percebo agora enquanto te escrevo que esse texto foi uma tentativa de operar as duas dimensões ao mesmo tempo. Não foi planejado e talvez me seja até inevitável. Nessa carta cifrada que escrevo às juventudes trans penso ser fundamental afirmar a radicalidade de nossa presença viva no hoje, apesar de tudo. Em nossa carne trans, todes estão aqui conosco a todo momento – todes que já se foram, todes que ainda virão. Se os tempos andam duros, que reaprendamos das nossas mais velhas as artes de habitar as brechas e escorrer pelos possíveis. Que possamos, tal como nos ensina o adinkra Sankofa a caminhar para frente olhando para trás, mas levando na boca o sagrado ovo que guarda o futuro.

Todos os dias tenho a convicção de que minha vida, com todo o afeto, reconhecimento e possibilidades em que ela se dá materializa o impossível de gerações anteriores. Teresa, tua existência como criança filha de um casal transcentrado e que chega cercada numa

grande comunidade de afeto e acolhimento me é um mundo absolutamente novo. Você já encarna o meu próprio impossível... e essa travesti emotiva que tem a sorte de ser sua tia e madrinha já te ama e agradece muito por isso.

Que sejam, pois, nossos impossíveis que nos produzam o desejo de permanência e articulação.

Com amor e esperança em dias melhores

Céu

Referências

ARANTES, Paulo. O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014

JESUS, Jaqueline Gomes de. O simples fato de Jesus ser uma travesti. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/o-simples-fato-de-jesus-ser-uma-travesti/>. 2017. Acesso em 30/11/2021.

MOMBAÇA, Jota. Não vão nos matar agora. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

PRECIADO, Paul B. Um apartamento em Urano : crônicas da travessia - 1ª ed. - Arcozelo : Bazarov, 2020

SAFATLE, Vladimir. Bem-vindo ao estado suicidário. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/23>. 2021. Acesso em 30/11/2021.

SZYMBORSKA, Wisława. Poemas — São Paulo : Companhia das Letras, 2011.

SILVA. Jovanna Cardoso da. Bajubá Odara: resumo histórico do nascimento do movimento social de travestis e transexuais no Brasil – Picos, PI: Jovanna Cardoso da Silva, 2021.

4. A epidemia crescente de transfobia nos feminismos.

*Bruna Benevides*¹⁰⁶

Existem e sempre existiram diversas discussões em torno do que é ser mulher. De quem seria essa mulher como um ideal e ser político, e sobre como a luta feminista frente ao machismo e o patriarcado vem passando por diversas rupturas de pactos anteriormente traçados pelos ideais cristãos, coloniais e imperialistas na disputa pelos direitos de (algumas) mulheres, colocando outras em um lugar subalterno como se fossem cidadãs se segunda ou terceira categoria, sobretudo mulheres lésbicas, negras, indígenas e trans.

E mais recentemente tem se acirrado questões graves relacionadas a transfobia dentro de algumas perspectivas feministas, a partir de uma narrativa que deseja se posicionar como “o real e único feminismo”(sic) e tentar definir o que é ser mulher, principalmente para negar que mulheres trans são mulheres, e que vem sendo conhecidas como feministas trans-excludentes ou antitrans.

Nesse sentido, um dos principais problemas dos feminismos trans-excludentes é a insistência na disseminação de uma ideia em que supostamente a opressão de gênero é igual para todas as mulheres cisgêneras independente de raça, classe e construção social, e que se basearia em seu *sexo biológico* (sistema sexo-gênero em que o gênero é informado pelo genital), ou seja, pelo fato de serem nascido portadoras de vagina e que, ainda de acordo com as teorias trans excludentes, esta seria então a raiz de toda a violência e subalternização de mulheres *nascidas fêmeas*(SIC).

E o erro está exatamente no fato de acreditarem no mito de uma mulher universal. O que seria um ideal antifeminista, inclusive já denunciado por feministas negras e lésbicas em diversos momentos da luta feminista – visto que há o apagamento das sexualidades

106. BRUNA BENEVIDES; Travesti, Sargenta da Marinha do Brasil, Eleita uma das 100 mulheres pionerias do mundo na categoria Leadership, Power and Politics pela Women of the World Foundation em 2020; Vencedora do prêmio faz diferença do jornal o Globo; Consultora de Diversidade sexual, de Gênero e Direitos Humanos da população LGBTI+. Atual Secretária de articulação política da Associação Nacional de travestis e Transexuais (ANTRA) e responsável pela pesquisa anual sobre violência contra a população Trans brasileira; Pesquisadora em segurança pública e sobre pessoas trans nas eleições e violência política de gênero; Coordenadora do projeto “TransBrasil, pessoas trans no sistema prisional” (2021); e dos Projetos “Resistência arco-íris” (2019) e “Transformação” (2020/21) na ENSP/Fiocruz; Responsável pelo pré-vestibular social Preparam Niterói desde 2016. Membro da diretoria da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), membro Fundadora do Fórum Estadual de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro (Fórum TTRJ) e do Observatório da violência contra travestis e pessoas trans na América Latina e Caribe (ObservatórioLAC). Membro da Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI+ (RENOSP LGBTI+). Contato: bruna-marx@hotmail.com

não hegemônicas e das mulheres negras que não eram/são reconhecidas nesse lugar universal. Mulheres negras (que eram vistas sem humanidade) e lésbicas (excluídas do feminismo nos anos 70 porque até então acreditava-se que a raiz do problema das mulheres eram suas relações com os homens, e por serem lésbicas não seriam oprimidas – já que se relacionavam com mulheres) não ocupavam lugar nos feminismos por não terem reconhecidas as suas subjetividades. Já que a construção social da mulher trans, negra, PCD, indígena e periférica não é a mesma da mulher cisgênera branca hetero e rica, que tem diversos acessos e formas eficientes de negociação com a estrutura hegemônica. E que, apesar de oprimidas, tem maiores condições de acessos a espaços, direitos e de escuta em relação as demais mulheres.

A aproximação de ideais trans excludentes como agenda política

No Brasil, as ações dos feminismos antitrans estão entrelaçadas com o campo bolsorista no ataque contra os direitos relacionados à identidade de gênero na infância, principalmente. Na Espanha, desde o ano passado, feministas antigênero têm vociferado contra a nova lei de identidade de gênero proposta pela coalizão de esquerda Unidas Podemos, o que resulta num impasse dentro do PSOE que hoje lidera essa coalizão. Nesse contexto difícil, Lydia Falcón, líder do partido feminista espanhol, e Alicia Rubio, deputada do Vox na Assembleia de Madri, estiveram juntas em um debate virtual e se alinharam abertamente contra a proposta da lei. Há também cenários complexos se conformando na Argentina, México e Colômbia. Não podemos continuar afásicas frente a essas dinâmicas, mesmo quando seja incômodo debatê-las. (Sônia Corrêa – Em entrevista para o Portal Catarinas)

Seja por ação direta ou por omissão, a transfobia tem encontrado um caminho livre e propício para o crescimento de ideais trans-excludentes dentro dos feminismos, nos espaços acadêmicos e políticos ditos progressistas, sobretudo quando temos visto muitas feministas cisgêneras se esquivando de se posicionarem publicamente contra a transfobia que vem sendo publicamente disseminada por grupos de feministas anti trans.

Temos visto o fortalecimento de uma postura transfóbica e reacionária sendo normalizada dentro dos feminismos. Seja no México, USA, Reino unido, Espanha, Argentina, Uruguai e aqui no BRASIL a ideologia reacionária de feministas trans excludentes segue fazendo estragos na vida e nos direitos das pessoas trans, que aliadas a fundamentalistas religiosos, grupos de extrema direita e outros grupos anti gênero, que no Brasil ganha contornos anti trans, ganharam espaço, segurança e acesso institucional ao longo dos últimos anos.

O crescimento de alianças desses grupos de feministas com fundamentalistas religiosos e com a extrema direita, alguns deles que tem posições contrárias aos direitos das mulheres como o aborto e direitos sexuais e reprodutivos, apesar de não serem novidade quanto a perseguição dos direitos trans, tem incluído uma movimentação intensa onde há investimentos e mobilização política para barrar avanços de políticas trans-inclusivas.

E esses acordos incluem a construção de diversas narrativas em comum no que diz respeito as tentativas de biologização e genitalização do gênero, embora tenham perspectivas diferentes. Enquanto um grupo acredita que substituir “sexo” por “gênero, promoveria de alguma forma a violação da ideologia religiosa que afirma existir apenas macho (XY) e fêmea (XX), e que a existência de pessoas trans de alguma forma violaria uma suposta ordem divina (fundamentalistas religiosos), o outro grupo acredita em um suposto apagamento dos direitos das mulheres para a inclusão de “homens biológicos” – de onde advém toda a opressão da mulher (feministas trans excludentes). Ambos tratam pessoas intersexos como inexistentes ou como “aberrações genéticas”.

A ideia de substituir sexo por gênero apaga a ideia genitalista e cissexista que pretende reduzir o ser mulher a um genital. O que é extremamente sexista!

As semelhanças e aproximações desses discursos são muitas, em forma e em conteúdo. Partilham ainda da mesma forma de tratar pessoas trans invalidando suas identidades de gênero e tentando anular e algumas vezes impedir qualquer possibilidade de distanciamento da designação de gênero atribuída no nascimento, motivada pelo genital. Tratam mulheres trans como se fossem homens cisgêneros – doentes ou pervertidos, sugerem que sofrem de uma espécie de autoginefilia ou que de alguma forma pretendem “transicionar crianças por conta de desejos pedófilos”, e invalidam a existência de homens trans por acreditarem na ideia de que seriam “mulheres seduzidas pelo patriarcado”(sic).

O vigor das mobilizações feministas trans excludentes se amplificou mais recentemente, possivelmente por que essa rede dispõe de mais apoio financeiro para a promoção de uma agenda contra os direitos trans, assim como em ações anti trans com a construção de projetos de lei que visam institucionalizar a transfobia e garantir o direito de seguirem violando nossos direitos. Mais preocupante ainda é observar que, alguns países, como e o caso do Reino Unido, a grande mídia, inclusive a mídia progressista, tem replicado os argumentos de feministas anti-trans sem maiores interrogações.

Tudo sendo co-orientado e assessorado por mulheres cis feministas – muitas que se posicionam à esquerda e ocupam partidos progressistas, e que tem se colocado como

as grandes responsáveis por encampar a perseguição de mulheres trans “do lado de cá”, ganhando apelidos como *fascistas de gênero* ou *fundamentalistas de gênero* – pautadas no cissexismo, que valida apenas corpos cisgêneros, enquanto invalidam e agem mutuamente para aniquilar as existências trans.

Há ainda a ideia de que mulheres trans escolheriam “virar mulher” e que por isso a violência que sofrem não seria em decorrência de “terem nascido mulheres”, mas por uma suposta escolha consciente de tentar se colocar como aquilo que verdadeiramente não são – mulheres, enquanto afirmam que as mulheres cisgêneras sofreriam violência de forma involuntária por terem vagina e não devido a seu gênero. Atribuindo assim, certo essencialismo de gênero ao ser mulher de forma contrária aos estudos de gênero e de forma essencialmente transfóbica.

Eu poderia mencionar outras muitas semelhanças, mas o fato é que retroagir as discussões de gênero com a intenção de definir o “ser mulher” por critérios exclusivamente biológicos me parece um movimento altamente perigoso para a luta e as conquistas que as mulheres tem tido até aqui, vida lei Maria da Penha, por exemplo.

Quando olhamos para a lei do feminicídio, vemos essa aproximação mais diretamente e na prática. Ao resgatar as discussões da lei para que ela se referisse a violência motivada por gênero, houve um intenso *lobby* da bancada fundamentalista apoiada por feministas trans excludentes para que o uso do termo gênero (como havia sido aprovado na lei Maria da Penha) fosse substituído por sexo, dessa vez de forma intencional e articulada no sentido de não assegurar proteção na lei a mulheres trans por questões de gênero.

E desde então, temos visto que a insistência no uso do termo sexo admite a real intenção de limitar os direitos das pessoas trans. Vimos o mesmo recentemente quando a lei que protege parlamentares mulheres vítima de violência política foi aprovada também com a substituição da violência política motivada pelo sexo feminino e não pelo gênero – o que acabou por excluir mulheres trans – novamente pela pressão da bancada fundamentalistas e comemorada por feministas trans excludentes nas redes sociais.

“Quando entendemos que a transfobia é estrutural, entendemos também que pessoas trans igualmente estão vulneráveis a violência de gênero, tal como mulheres cis. A transfobia não ocorre por conta de como pessoas trans se portam, se vestem ou se sentem. A transfobia acontece e existe porque a sociedade se estrutura por meio de normas cisgêneras que marginalizam, estigmatizam, discriminam e excluem pessoas trans – independentemente da performance de gênero individual das pessoas trans; anteriormente à forma

como, em termos individuais, pessoas trans expressam seus gêneros.

A violência pela qual pessoas trans passam não é por conta dos nossos sentimentos. Pessoas trans sofrem transfobia, pelo fato de sermos pessoas trans.

Somos igualmente alvos de violência de forma “involuntária”. A luta pelos direitos das mulheres trans não é antagônica com a luta de mulheres cis e vice-versa. Quando uma avança e outra também avança. Quando lutamos contra a lógica da culpabilização da vítima de violência de gênero, estamos lutando pelos interesses e direitos de mulheres cis, trans e travestis.” (Beatriz Pagliarini para o blog Transfeminismo)

Usar “Sexo biológico” para definir “o que é ser mulher” tem sido usado ainda por fundamentalistas e feministas trans excludentes como pauta anti-trans como nos esportes, uso de banheiros, no sistema prisional, e na política externa internacional do Brasil. Inclusive para dizer quem não é mulher e que essa ideia deveria ser aceita por todas as pessoas sob o manto de uma suposta defesa dos direitos de meninas e mulheres.

E nessa perspectiva, há a disseminação e manipulação de pesquisas, com a inclusão de dados falsos ou inventados e narrativas altamente violentas contra pessoas trans nas redes sociais. Criando uma rede de divulgação e replicação de *TransPanic* e fakenews para tentar justificar a exclusão de mulheres trans do espaços unissexuais destinados a mulheres e ainda afirmar que a autodeclaração de gênero das mulheres trans abriria espaço para abusadores ou predadores sexuais. Ou que mulheres trans seriam abusadores e pedófilos se passando por mulheres para violar corpos femininos(sic).

A Internet: O playground de feministas trans excludentes

A internet/rede social tem sido um dos maiores espaços de propagação de ideais trans-excludentes, por grandes páginas feministas – algumas famosas, que tem atraído mulheres feministas jovens que passam a acreditar que avançar nos direitos das mulheres trans, faria retroceder os direitos das demais mulheres, já que seriam homens ocupando espaços femininos. Promovendo ainda perseguições, xingamentos, humilhações e exposições de *nomes mortos* e direcionamento de ódio contra pessoas trans.

O cenário cotidiano para pessoas trans e não binárias é repleto de extrema violência, invalidação e discriminação constante, inclusive entre pessoas cis-LGB. Em 2020, a ANTRA realizou uma pesquisa que incluiu uma breve análise sobre como atuam os grupos de ódio na rede social e, entre outros, os grupos LGB trans excludentes e RADFEM/TERF estavam

como os grupos mais citados por publicarem transfobia e ódio transfóbico na rede social, ao lado de grupos como policiais militares, cristãos fundamentalistas, a base de apoio bolsonarista e outros – maiores responsáveis pela disseminação de *lgbtifobia* na rede social.

É importante ressaltar que essa discussão não é teórica, e ganha contornos altamente nocivos para os feminismos, e enfraquece a organização ampliada que inclui todas as mulheres. Afinal de contas, a violência, o adoecimento e mal estar causados por ideais trans-excludentes, acabam por criar instabilidade e esvaziar os espaços feministas onde pessoas trans deveriam ser acolhidas, e acabam expulsando corpos trans, impedindo que possam agregar na luta das demais mulheres, contribuindo para a perpetuação de estigmas e criando um campo altamente fértil para transfobia.

Tentativas de silenciamento como estratégias de vitimização

Infelizmente, tem sido comum as tentativas de invalidação de denúncias feitas por pessoas trans contra essas pessoas. Insistentemente vemos mulheres cis relativizando as denúncias de transfobia ou evitando tocar no assunto para não enfrentar os incômodos que essa situação nos impõe. E vejam bem, estamos falando de um grupo de mulheres cisgêneras que escolheu se organizar e atuam para perseguir e oprimir o grupo mais violado e marginalizado entre os grupos minorizados e que não tem proteção legal a seu favor.

Não se tratando de um sujeito específico ou de uma característica pessoal, mas de uma ideologia política que ajuda a manter marginalizada a população trans.

Tentam de diversas formas esvaziar a discussão se dizendo mal interpretadas, usam exemplos e informações sem comprovação, casos excepcionalíssimos ou contendo meias verdades para se dizerem perseguidas e que estariam sendo vítimas de misóginia de “machos de saia” ao se referirem a mulheres trans, quando verdade a disputa está em torno de um *sistema* discriminatório que insiste em uma luta contra os direitos e as existências de pessoas trans.

Constrangem feministas aliadas e páginas feministas que apoiam ou publicam informações sobre pessoas trans. Algumas vezes recorrem a justificativa de “direito a liberdade de expressão” para continuarem sendo transfóbicas, outras respondem com mais transfobia, e muitas vezes quando são expostas ou confrontadas, assumem posturas antifeministas e usam estratégias da extrema direita acusando mulheres trans de tentar silenciar sua ideologia que já se provou diversas vezes transfóbica e violenta.

Como feministas trans excludentes se referem a mulheres trans.

Ainda na mesma perspectiva de utilizar as estratégias de direita, criam inimigos imaginários e colocam pessoas trans como perigosas, adotando a política “nós contra eles”. Dizem ainda que o “transgenderismo” seria uma espécie de seita que pretende *transexualizar* crianças e adolescentes, ou ainda de promover o que chama de “cura gay” para homens gays cis afeminados e lésbicas cis masculinizadas que, de acordo com elas, estariam sendo seduzidos a se afirmarem trans por pressão de transativistas(sic).

Perseguem, expulsam de espaços e expõem mulheres trans lésbicas, acusando o relacionamento entre trans lésbicas e lésbicas cis seria uma espécie de estupro ao “obrigá-las a se relacionar com seus pintos” ou que homens trans gays seriam mulheres lésbicas cis que transicionaram para se relacionar com homens cis e estaria obrigando esses homens a serem hétero — já que os homens trans na verdade seriam mulheres enganadas e obviamente sem autonomia.

Negam a existência de crianças trans e criam um terrorismo em torno de uma suposta “epidemia trans” entre jovens, dizem que afirmar a existência de crianças seria algo análogo a “abuso infantil” e nesse campo tem feito aproximações com Damares, Janaína Paschoal e outras mulheres também anti-feministas que se colocam como defensoras dos direitos das crianças, para proibir o acesso a cuidados de saúde e a transição social de crianças e adolescentes trans. Incluindo a perseguição e ameaças de denúncias “por abuso infantil” os pais que decidem acolher seus filhos trans.

Denunciar essas violências e nomear as pessoas que usam dessa opressão contra pessoas trans, é um posicionamento esperado em defesa das pessoas trans.

Chimamanda e a Transfobia dentro do feminismo negro

É muito difícil pensar que, nem mesmo no feminismo negro, na luta contra o racismo e a precarização das vidas negras, estejamos sendo consideradas. Apesar de ser o espaço de maior abertura dentro dos feminismos, ainda há uma reprodução *cistêmica* da transfobia. É cada vez mais urgente abrir diálogos sustentados sobre gênero e o direito a identidade de gênero com pessoas negras cis, sobretudo mulheres, inclusive para identificar interseções entre as pautas de lutas contra a discriminação das pessoas trans, travestis e não binárias e a luta antirracista.

Enquanto gritamos “Não à Transfobia”, dizem que estamos enfraquecendo a luta antirracista e muitas vezes nos silenciam. Dizem que “somos todos pretos” e que a luta antirracista caberia todas as pessoas negras, mesmo a comunidade LGBTI+ e especialmente as pessoas trans serem vítimas constantes de apagamento em qualquer outro espaço fora do movimento LGBTI+, e dentro dele também, resistem a discutir o enfrentamento da transfobia nos espaços pretos, como se não fossemos negras.

E nesse sentido, Chimamanda Nigoze se coloca com uma das grandes expoentes de ideais trans-excludentes junto ao feminismo negro – mundialmente. E tem reproduzido o discurso trans excludente de feministas cissexistas brancas e disseminando diversas formas de transfobia ao propagar uma única narrativa sobre o que ela acredita serem a vida e a história das mulheres trans.

Certa vez “escorregou” na transfobia ao reproduzir a ideia de feministas trans excludentes de que mulheres trans teriam e gozariam de diversos privilégios oriundos de uma suposta socialização masculina – novamente a universalidade do discurso sem pensar qualquer recorte – e sugeriu que mulheres trans não seriam “mulheres de verdade” e que “devido a privilégios masculinos”, ao nos comparar como homens, “mulheres trans não deveriam ser tratadas como as demais mulheres” – que não tiveram esse mesmo privilégio e que “não devemos misturar as experiências de mulheres nascidas fêmeas(SIC)”. Dizer que mulheres trans tem qualquer privilégio soa um tanto problemático vindo de uma mulher negra, nigeriana e feminista.

O problema dessa perspectiva é justamente invisibilizar as reais experiências das mulheres trans, ao sugerir que nossas existências seriam as mesmas das dos homens cisgêneros – quando temos fortíssimas evidências e dados que comprovam que não são. E isso demonstra o quanto a cisgeneridade incompreende nossas vivências, seja por não fazer questão de aprender, pela transfobia ou por não se importar com nossas vidas.

Tempos depois – após várias reclamações na rede social – veio uma tentativa de “explicação” sobre o que havia sido dito, e ela completou: “Não me desculparei porque não acho que tenho algo pelo que me desculpar”.

Além de ter se tornado ícone rad, as atitudes de Nigoze que corroboram com a transfobia, permitem que grupos trans excludentes a utilizem como *token* por ser negra e feminista influente, especialmente quando apoiou publicamente a *JKRollg* sobre sua obra transfóbica afirmando que seria “uma obra perfeitamente razoável”.

E nesse sentido é extremamente decepcionante ver uma mulher negra como a Chimamanda ir por esse caminho tão violento. Reproduzindo essa lógica colonial e excludente

que diminui a mulher a seu genital e vê-la ignorar questões de raça e classe, tão caros a ela – pelas alianças com as “cisters”.

Certa vez ela disse: “Acho que as mulheres brancas precisam acordar e dizer: ‘Nem todas as mulheres são brancas’ e no mesmo sentido poderíamos refletir: ‘Acho que as mulheres cis precisam acordar e dizer: ‘Nem todas as mulheres são cis’.

E o fato é que esse mesmo discurso segue sendo passado entre feministas e aceitos com naturalidade. E qual recado está sendo dado ao futuro da luta feminista em relação as pessoas trans?

Afinal, o que podemos fazer?

Se essas pessoas não querem ser acusadas de transfobia ou de serem RADFEM/ TERFs, sugiro que deixem de tomar atitudes que atrapalham de diversas formas a luta das pessoas trans. Abandonem as alianças trans excludentes e a reprodução de transfobia, aprendam a ouvir pessoas trans e enfrentem a transfobia.

Eu acredito que o feminismo precisa ser interseccional, antirracista e anticapitalista. Que, inclusive, escute e acolha homens trans sem oprimir suas identidades.

É muito triste constatar que o feminismo seja usado para esse propósito, principalmente aqui no país que mais assassina pessoas trans no mundo. A nossa construção feminista deveria seguir alinhada com Lélia Gonzales e Angela Davis, e jamais deveria ser pautada pela autora de Harry Potter ou por ideais conservadores e retrógrados!

E nesse sentido, é extremamente importante:

- Ter posicionamentos públicos contra a transfobia e em defesa dos direitos das pessoas trans;
- Enfrentar a disseminação de ideais trans excludentes;
- Erradicar toda forma de transfobia em espaços feministas;
- Conhecer a luta transfeminista;
- Denunciar posturas trans-excludentes;
- Se relacionar com pessoas trans socialmente a fim de naturalizar nossas existências;
- Não antagonizar a luta trans à luta das mulheres cisgêneras;
- Reconhecer que mulheres trans e travestis tem muito a agregar a luta feminista.

Referências

O Feminismo tem medo de desapegar da categoria mulher. <https://catarinas.info/o-feminismo-tem-medo-de-desapegar-da-categoria-mulher/>

Banheiro feminino é para mulheres! <https://brunabenevidex.medium.com/banheiro-feminino-%C3%A9-para-mulheres-c03f173956b3>

A autodeclaração de gênero de mulheres trans expõe mulheres cis a predadores sexuais? <https://brunabenevidex.medium.com/a-autodeclara%C3%A7%C3%A3o-de-g%C3%AAnero-de-mulheres-trans-exp%C3%B5e-mulheres-cis-a-predadores-sexuais-11b27e1ff85e>

Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas Trans brasileiras em 2020. <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>

A Internet Secreta das Feministas Transfóbicas. <https://ichi.pro/pt/a-internet-secreta-das-feministas-transfobicas-17285273483031>

Ativistas antitrans arrecadaram quase £ 1 milhão para combater os direitos trans nos tribunais. <http://encurtador.com.br/cxHLP>

Aliança anti trans radfem x religiosos. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51624850>

Palestra RADFEM/TERF com a ALT RIGHT. https://www.nbcnews.com/news/amp/ncna964246?_twitter_impression=true

Polícia acredita que caso no spa dos EUA seja *fakenews* e *TransPanic* de grupos anti-trans. <https://slate.com/human-interest/2021/07/wi-spa-la-transphobic-protest.amp>

Aliança LGB e sua organização anti trans. <https://brunabenevidex.medium.com/alian%C3%A7a-lgb-%C3%A9-um-cavalo-de-tr%C3%B3ia-dentro-do-arco-%C3%ADris-b9038ecc1789>

Woman Human Rights Campaign – WHRC se diz pelos direitos das mulheres, mas atua perseguindo direitos trans. <https://terfiles.medium.com/anti-trans-group-wants-to-eliminate-trans-people-a32d90ba3db8>

Uma recente submissão à ONU pela WoLF em colaboração com a organização anti-LGBT de direita cristã “United Families International” mostrou a amplitude da colaboração

entre fundamentalistas religiosos e feministas radicais contra direitos trans. <https://committees.parliament.uk/writtenevidence/17510/pdf/>

No Brasil Radfem, através da WHRC, foram a AGU contra o direito de mulheres trans e travestis no sistemas prisional poderem ir para unidade feminina. outline.com/j53wnj

TERFs da Aliança LGB Brasil patrocinaram webinar contra o acolhimento e cuidados em saúde de jovens trans. <https://www.instagram.com/p/CNaKcY1nTmZ/?igshid=r87g1r-6gczgq>

Itamaraty orienta que gênero seja substituído por sexo/critério biológicos e tem apoio das radfem, que querem manter critérios biológicos para definir o que é ser mulher a fim de excluir mulheres trans. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/itamaraty-orienta-diplomatas-a-frisar-que-genero-e- apenas-sexo-biologico.shtml>

REALIZAÇÃO



APOIO



APOIO INTERNACIONAL





Antra

Associação Nacional de
Travestis e Transexuais